

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**SER JOVEM MORADOR DE ÁREAS POPULARES:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE
SEUS LOCAIS DE MORADIA.**

Giovanna Karla Araújo Silva

Maceió
2011

GIOVANNA KARLA ARAÚJO SILVA

**SER JOVEM MORADOR DE ÁREAS POPULARES:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE
SEUS LOCAIS DE MORADIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira

Maceió
2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586s Silva, Giovanna Karla Araújo.
Ser jovem morador de áreas populares : um estudo das representações sociais dos jovens sobre seus locais de moradia / Giovanna Karla Araújo Silva. – 2011.
162 f. : il.

Orientadora: Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 156-162.

1. Representações sociais. 2. Juventude. 3. Cidades e vilas.
4. Reconhecimento (psicologia). 5. Consumo. I. Título.

CDU: 316.334.56 (813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS



TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANNA KARLA ARAÚJO SILVA

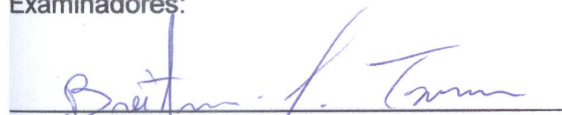
Título do Trabalho: **SER JOVEM MORADOR DE ÁREAS POPULARES: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE SEUS LOCAIS DE MORADIA.**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof. Dr.ª Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (PPGS/UFAL)

Examinadores:


Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares (PPGS/UFAL)

Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes (PPGP/UFAL)

Maceió, 28 de Março de 2011.

DEDICATÓRIA

*À Ana Paula,
Por tudo,
Por todo este tempo...*

AGRADECIMENTOS

A Ruth Vasconcelos, pela orientação, pela ética, cuidado e afeto dedicados a nossa dissertação. Pela inspiração que me fez “voltar ao trabalho”.

Aos jovens moradores do Selma Bandeira, pela partilha de suas vivências.

A Sérgio Silva, pela companhia tranqüila e amiga, que me apresentou o Benedito Bentes e o Selma Bandeira.

A Mariana, por fazer tudo mais leve.

A minha família, pela companhia constante, mesmo à distância.

A Eugênio “José”, por todos os grandes momentos partilhados e pela parceria amiga importante ao longo de todo este caminho.

A Sérgio, pelo carinho e reflexões acadêmicas.

Aos professores e colegas do Mestrado em Sociologia.

Aos professores Breitner e Jefferson pela importante contribuição, na banca de qualificação, para o andamento deste trabalho.

RESUMO

A relação entre juventude e cidade tem sido debatida de variadas maneiras e sob diferentes perspectivas acadêmicas. Muitos destes trabalhos vêm salientando que jovens pobres são, frequentemente, alvo de representações negativas que os associam à criminalidade e à violência. Nesse trabalho estudamos as representações sociais de jovens sobre seus locais de moradia, tendo por base as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nos últimos tempos. Estas modificações, em nosso entendimento, estão relacionadas à posição central que as práticas de consumo vêm assumindo nas vidas humanas, provocando profundas alterações no tecido social. Vivemos numa conjuntura em que a vida social (e individual) passa a ser mobilizada pelo consumo. Assim, a capacidade ou não de consumir passa a ser um divisor de águas entre aqueles que merecem o reconhecimento social e aqueles que estão fadados ao lugar de sujeitos inadequados, por serem consumidores falhos. Discutimos, em nosso trabalho, como as relações sociais e a organização dos espaços da cidade influenciam na atribuição de respeito e auto estima dos vários segmentos sociais, ao tempo em que delimitam os lugares de reconhecimento e não reconhecimento no espaço social. Para responder as questões relativas aos efeitos de situações de humilhação e não reconhecimento na existência social de jovens moradores de áreas populares, escutamos 16 jovens moradores do Conjunto Habitacional Selma Bandeira, do bairro Benedito Bentes, em Maceió. Foram realizados dois grupos focais, quatro entrevistas, e dois meses de observação participante. As análises revelaram que as situações de discriminação e violência simbólica vivenciadas pelos jovens são comumente traduzidas em pensamentos de não valorização do espaço onde vivem, na percepção de fragilidade existencial e na gradativa retração de suas trajetórias pela cidade. Concluímos que a constante exposição a situações de humilhação, discriminação e falso reconhecimento, associadas a uma histórica reprodução da precariedade das condições econômicas, sociais e políticas subtraem, em grande medida, as possibilidades de os jovens construir e elaborar estratégias que possam produzir mudanças significativas em relação ao lugar que ocupam no tecido social. Apesar de desejarem ter o reconhecimento social, os jovens vivem submetidos a uma dinâmica, uma estrutura social, que dificulta a ampliação de seus deslocamentos e as conquistas de novos espaços a partir das disputas inscritas em seus locais de moradia, e nas relações que estabelecem com a cidade de Maceió.

Palavras-chave: Juventude. Cidade. Reconhecimento. Consumo.

ABSTRACT

The relationship between youth and the citizenship has been debated in several ways and from different academic perspectives. Many of these studies have pointed out that poor youth are often the target of negative portrayals that associate them to crime and violence. In this work we study the social representations of young people about their places of residence, based on the economic, political and social changes in recent times. These changes, in our view, are related to the central position that consumer practices are taking on human lives, causing deep changes in the society. We live in an environment where the social life (and individual) is being driven by consumption. Thus, the ability to consume or not becomes a fence between those who deserve social recognition, and those who are doomed to the place of inappropriate for being failure consumers. We discussed in our work, how social relations and organization of city spaces influence the assignment of respect and self esteem of several social sectors, at the time that define the places of recognition and misrecognition in social space. To answer questions concerning the effects of humiliating situations and misrecognizing of youth social existence living in popular areas, we heard 16 young residents of Conjunto Habitacional Selma Bandeira, Benedito Bentes neighborhood in Maceió. Two focus groups were conducted four interviews, and two months of participant observation. The analysis revealed that cases of discrimination and violence experienced by young people is symbolic commonly translated into thoughts not valuing living space, the perception of existential fragility and the gradual retraction of their trajectories through the city. We conclude that the constant exposure to situations of humiliation, discrimination and false recognition associated with a historical reproduction of the precarious economic conditions, social and political subtract in a large extent, the opportunities for youth to build and develop strategies that can produce significant changes in relation to their place in the society. Despite the wish to have social recognition, young people live undergoing a dynamic, a social framework that difficult the expansion of their displacement and the achievements of new spaces from the disputes listed in their places of residence, and in establishing relations with the city of Maceio.

Keywords: Young. City. Recognition. Consumption.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01	Mapa de bairros de Maceió.....	87
Fig. 02	Vista área do Benedito Bentes em 1986.....	88
Fig. 03	Vista aérea do Benedito Bentes em 2009.....	92
Fig. 04	Planta do Conjunto confeccionada pelo Posto de Saúde.....	92
Fig. 05	Planta do Conjunto mostrando limites territoriais do Selma Bandeira.....	93
Fig. 06	A área verde que circunda o conjunto.....	93
Fig. 07	Área verde com descampado que circunda o espaço do Selma Bandeira.....	94
Fig. 08	Limite do Selma Bandeira com o Conjunto Moacir Andrade.....	94
Fig. 09	Limite do Selma Bandeira com o Conjunto Paulo Bandeira.....	95
Fig. 10	Vista da principal rua do Conjunto.....	95
Fig. 11	Principal rua do Conjunto vista por outro ângulo, com jovens reunidos..	96
Fig. 12	Área de jogo de futebol organizada pelos jovens.....	97
Fig. 13	Área de futebol vista por outro ângulo.....	97
Fig. 14	Jovens jogando bola na área de futebol organizada por eles.....	98
Fig. 15	A Escola Selma Bandeira com jovens reunidos.....	99
Fig. 16	Entrada da Escola Selma Bandeira.....	99
Fig. 17	Sede do Programa de Erradicação do Trabalho infantil, com jovens reunidos.....	100
Fig. 18	A base do Policiamento Comunitário com policiais e jovens jogando bola.....	102
Fig. 19	Área onde está instalada a base do Policiamento Comunitário, com jovens jogando futebol.....	103
Fig. 20	Jovens jogando futebol próximo à base do Policiamento Comunitário.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Perfil do Grupo 1.....	111
Quadro 02	Perfil do Grupo 2.....	111
Quadro 03	Perfil das entrevistas individuais.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. MODERNIDADE LÍQUIDA: QUANDO A LÓGICA DE MERCADO É TRANSPOSTA PARA OS VÍNCULOS SOCIAIS	28
1.1 O reconhecimento social na Modernidade Líquida.....	31
1.2 Espaço social, consumo e reconhecimento.....	38
1.3 Os consumidores falhos ou a posição de não reconhecimento no campo social.....	43
2. CIDADE E JUVENTUDE NA MODERNIDADE LÍQUIDA	53
2.1 A cidade na Modernidade Líquida.....	53
2.1.1 Cidade e reconhecimento social.....	62
2.2 Ser jovem hoje.....	65
2.2.1 Os jovens na posição de consumidores falhos.....	75
3. A CIDADE DE MACEIÓ E O CONJUNTO HABITACIONAL SELMA BANDEIRA	81
3.1 Da remoção espacial à reprodução social? Problematizando intervenções nos espaços da cidade.....	81
3.2 O Conjunto Habitacional Selma Bandeira.....	86
4. SER JOVEM MORADOR DE ÁREAS POPULARES: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS NO SELMA BANDEIRA	106
4.1 “Como vai se não tem como ir?”: deslocamentos e trajetórias.....	116
4.2 “A gente não pode mais”: os jovens, os Programas e os Projetos.....	129
4.3 “Podia, mas não podia”: entre o consumo e a subsistência.....	135
4.4 “Bate uma foto e depois vem contá quem ta vivo”: os jovens e as experiências com a morte.....	141
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

Há muito observamos as dinâmicas sociais envolvidas na formação e desenvolvimento das cidades. Interessamo-nos pelas trajetórias empreendidas por diferentes segmentos sociais, os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e os significados que alguns grupos sociais recebiam por parte do mercado de consumo, da mídia ou mesmo as representações presentes nas interações mais comuns das conversas informais.

Durante nosso trabalho como Psicóloga, em uma Política Pública da área da Assistência Social, em um Centro Especializado no atendimento e acompanhamento de vítimas de violência a partir também de seus locais de moradia – CREAS –, pudemos nos aproximar mais do cotidiano e das vivências de pessoas onde à baixa condição econômica eram somados o pouco capital cultural e a dificuldade de mobilidade nos espaços da cidade. Ao mesmo tempo em que adicionávamos um conjunto de conhecimentos técnicos sobre Políticas Públicas, como membro do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, que auxiliou a formar o delineamento de questões que nos conduziram até às discussões presentes nessa dissertação.

Durante este período não apenas a condição de vida destas pessoas atendidas pelo Centro nos chamava a atenção; mas, também, a maneira pela qual alguns gestores de políticas públicas e profissionais de diversas áreas interagiam com elas ou as representavam em seus discursos. Em sua grande parte o modelo de interação e os elementos do discurso, eram acompanhados de posturas e práticas discriminatórias e reducionistas que, além de atribuir a estas pessoas a responsabilidade direta por suas mazelas sociais e suas precárias condições de existência, as responsabilizavam pela “desordem e desestruturação do tecido social” e pelos transtornos observados no espaço das cidades.

Já nesta época nos questionávamos sobre os efeitos destas representações negativas na existência social destas pessoas, inclusive na vida dos jovens.

Concomitantemente ao trabalho desenvolvido no CREAS, passamos a trabalhar como pesquisadora responsável pelo trabalho em Maceió do Programa de Redução de Violência Letal contra Adolescentes e Jovens – PRVL – desenvolvido pelo Observatório de Favelas, sediado no Rio de Janeiro. A pesquisa incluiu entrevistas e aplicação de questionários com gestores e responsáveis estaduais e municipais por programas e projetos com foco no trabalho com juventudes, além de um mapeamento e entrevistas com Conselhos Estaduais e Municipais, Organizações não Governamentais e grupos formados pela sociedade civil, que também trabalhassem com jovens com este segmento social.

Em absolutamente todas as entrevistas realizadas com gestores, a postura que observávamos no Centro Especializado de Assistência Social se repetiu: aos jovens, pobres, eram atribuídas às responsabilidades pelos conflitos de toda ordem no espaço das cidades. Durante este período começamos a notar também que essa atribuição que os jovens pobres recebiam, de serem um grupo social-problema para os espaços e vida nas cidades, parecia se sustentar na percepção de que os lugares de moradia destes jovens eram um “celeiro de marginais”. A máxima *“diz-me de onde vens, que eu te direi quem és”*, foi repetida em algumas ocasiões nas entrevistas e aplicação de questionários.

Concomitantemente foram divulgados pelo Observatório de Favelas e por outras organizações, dados que apontavam os jovens como principais vítimas de violência letal e Maceió como a capital com os mais altos índices destes homicídios.

Estes dados, somados aos dados locais produzidos pela Secretaria de Defesa Social, traçaram um perfil das vítimas de homicídios da capital alagoana: jovens, negros e pobres, entre 14 e 25 anos, moradores, em sua maioria, do Complexo Habitacional Benedito Bentes.

Intuímos que, a partir dali, a violência em Maceió passaria a ter não apenas os responsáveis pela produção da desordem urbana, como ouvíamos nas entrevistas, mas também o solo fértil onde esta violência era gestada, o Benedito Bentes.

Os dados iniciais da pesquisa que desenvolvemos para o Observatório de Favelas apontavam o Benedito Bentes como um dos bairros que mais possuíam programas e projetos voltados para a juventude. Com este resultado decidimos, em conjunto com a coordenação do Programa de Redução da Violência Letal, acompanhar programas e projetos no Benedito Bentes.

Neste íterim nos perguntávamos: como um bairro pode, ao mesmo tempo, ter os maiores índices de vítimas de homicídios e acolher em sua estrutura física o maior número de programas e projetos voltados para a juventude?

Com base nos dados que traçavam o perfil das vítimas de violência letal em Maceió, o Benedito Bentes foi escolhido, pelo Poder Público, para ser um dos Territórios da Paz e, em decorrência disto, passar a abrigar mais programas e projetos voltados para a diminuição dos índices de violência e a redução das desigualdades sociais.

Os trabalhos envolvendo estas dinâmicas de práticas e representações da violência, somados à bibliografia estudada, e às discussões realizadas no Núcleo de Estudos da Violência em Alagoas (NEVIAL) do qual fazemos parte, nos conduziu a uma ampla pesquisa sobre jovens, violência, políticas ditas de enfrentamento à violência, locais de moradia populares e combate à desigualdade social, que estará sendo exposta nas páginas que seguem.

Intentamos, com o desenho do percurso que nos levou a esta dissertação, revelar que esta pesquisa tem uma história no tempo e na vivência prática com o tema em que nos propomos estudar. É com essas vivências que nosso trabalho dialoga a todo momento.

Nosso estudo teve por objetivo apreender as representações sociais construídas por jovens moradores de espaços populares acerca das diferentes experiências sociais e subjetivas

vivenciadas a partir do lugar que ocupam no espaço da cidade e de seus deslocamentos no espaço urbano.

Consideramos que as cidades constituem espaços plurais e heterogêneos, produtores e produtos de diferentes sentidos e significados a depender da posição e do lugar que o sujeito – neste caso, jovens – ocupa no espaço social. Mesmo reconhecendo que os habitantes de uma cidade estabelecem relações diferenciadas com o espaço urbano, a partir de suas percepções e diferentes trajetórias, consideramos, para fim de nosso estudo, que os jovens moradores de áreas populares, são aqueles que têm essa relação construída a partir da discriminação, do não reconhecimento social e dos poucos usos que fazem dos espaços da cidade para além de seus locais de moradia. Dito isto, consideramos que estes jovens veem a pouca mobilidade social traduzida em suas precárias trajetórias no espaço da cidade.

Ainda que não seja pertinente afirmar que no Brasil vivemos uma experiência de *apartheid social*, podemos aferir que as desigualdades sociais, produzidas pela histórica concentração de renda em nosso país, produtora de um número consideravelmente alto de pessoas que ocupam posições precárias na estrutura social – o que Jessé Souza denomina *ralé estrutural* – estabelecem espaços de exclusão que não permitem o acesso de todos os segmentos sociais indistintamente. Não é preciso ir muito longe para constatar que alguns estabelecimentos urbanos, como equipamentos de consumo, *shopping centers*, restaurantes, estabelecimentos comerciais, bancos considerados de “primeira categoria”, que controlam a presença de jovens, negros e pobres que por ventura ousem frequentá-los. Podemos notar que esses jovens são *personas no gratas* simplesmente porque não são portadores de um capital econômico, cultural e social, que os habilitem a circular em tais ambientes ou, ainda, por trazerem em seus corpos sinais externos, desvalorizados, tais como a maneira de vestir, de se portar e de falar. Tais comportamentos – vestir, falar, se portar – constituintes de qualquer

grupo social, no caso deles, que operam como distinções, passam a funcionar como estigmas¹ sociais e fazem com que seus portadores passem a ser vistos como sujeitos inadequados, indesejados, inaptos.

Pensamos que, no caso que nos propomos estudar, estes jovens fazem parte de um segmento equivalente ao grupo social denominado por Jessé Souza como ralé estrutural e que também pode ser pensado a partir da definição de consumidor falho construída por Zygmunt Bauman².

Posto isso, propomos problematizar em nosso trabalho, como em pleno contexto da modernidade líquida³, no nascedouro do séc. XXI, são estabelecidos critérios, que passam a ser hegemônicos para amplos segmentos da sociedade, onde ficam instituídos os sujeitos considerados aptos e reconhecidos como sujeitos de direitos e aqueles que são considerados inadequados, não merecedores do reconhecimento social ou perversamente reconhecidos.

Na verdade, não estamos defendendo a idéia de que esta postura discriminatória estaria circunscrita ao atual momento histórico da modernidade líquida (conceito elaborado por Bauman), mas sim, destacar como e por que esta percepção representacional atinge de forma contundente os jovens pobres, que circulam nos contextos urbanos e que se aventuram a frequentar espaços para além de seus locais de moradia, portanto, que ousam frequentar espaços que não lhes pertencem na demarcação dos lugares, que são permitidos apenas aos que podem, em função do montante do capital econômico e cultural de que dispõem.

Entendemos que jovens moradores de áreas consideradas periféricas sofrem com esquemas classificatórios e discriminatórios, regidos por critérios únicos de atribuição de valor diferencial de seres humanos que, postos em prática por segmentos dominantes da

¹ Passaremos a considerar este conceito através da perspectiva de Goffman (1988), para quem estigma é “*a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena*”.

² Os conceitos de ralé estrutural e consumidor falho serão desenvolvidos no Capítulo 1.

³ Desenvolveremos este conceito no Capítulo 1.

sociedade, os veem como um “perigo potencial” à sociedade em função do lugar que ocupam no tecido social.

Esta percepção sustenta-se numa posição equivocada de que a violência tem como principal motivação a condição de ser pobre. Na verdade, esta é uma posição que incorre num reducionismo teórico, quando atribui à variável econômica a causa explicativa para as práticas de violência no contexto social, ao mesmo tempo em que é uma posição discriminatória, porque criminaliza a pobreza atribuindo uma essência negativa a este segmento social.

Embora nosso trabalho não tenha como foco principal a questão da violência contra os jovens, nem a violência produzida pelos mesmos, tampouco as políticas públicas voltadas para a juventude, não podemos deixar de perceber que estas posturas discriminatórias geram situações de humilhação, indiferença e falso reconhecimento perpetrados contra os jovens, e que são, em seu todo, posturas e práticas violentas.

Charles Taylor, ao falar do reconhecimento social como uma necessidade vital para os indivíduos, aborda as possíveis conseqüências danosas do falso reconhecimento.

“A tese é de que a nossa identidade é em parte formada pelo reconhecimento ou pela necessidade deste. Muito frequentemente, nos casos de falso reconhecimento (*misrecognition*) por parte dos outros, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo real, uma distorção efetiva, na medida em que os outros projetem nele uma imagem desvalorizada e redutora de si mesmos. Não reconhecimento e falso reconhecimento podem infligir mal, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa forma de vida redutora, distorcida, e falsa... Nessa perspectiva, não reconhecimento não significa apenas ausência do devido respeito. Ele pode infligir feridas graves a alguém atingindo as suas vítimas com uma motivadora auto-imagem depreciativa. O reconhecimento devido não é apenas uma cortesia que devemos às pessoas. É uma necessidade humana vital” (Taylor apud Souza, 2003; 35).

Sublinhamos que ao se pensar Políticas Públicas para redução da violência tendo como eixo norteador e orientador das práticas a relação causal entre juventude, pobreza e violência é uma expressão de falso reconhecimento e inclusão precária.⁴

Ansart (2005;15) aponta que situações de discriminação e exclusão vivenciadas pelos sujeitos podem provocar sensações de diminuição, espoliação de autonomia, impossibilidade de elaboração de respostas e uma fragmentação entre a imagem que fazem de si e a imagem desvalorizada e difamante que os outros lhe infligem.

Se pensarmos que situações de discriminação envolvem uma diferenciação valorativa de suas práticas – como um jovem se vê cerceado ao entrar em uma loja pelo seu modo de vestir, de falar etc – e que situações de exclusão podem também ser traduzidas pela falta de transporte público que dê a esse jovem condições de se deslocar no espaço da cidade, por exemplo, é fácil entender o que Ansart diz sobre sensação de diminuição, espoliação de autonomia e dificuldade de elaboração de estratégias.

Esse pequeno exemplo de situações é capaz, a nosso ver, de realmente gerar fragmentação na imagem de si à medida que estas experiências podem contribuir para que o jovem perceba – através da imposição de limites de suas práticas – o lugar de desvalorização que ocupa no tecido social.

Pensamos que a impossibilidade de elaborar uma resposta, posta por Ansart, não significa que esses jovens não sejam capazes de elaborar estratégias para tais situações; mas, e isso é muito importante, suas práticas podem ser orientadas pela percepção negativa que fazem de si, ao assimilarem a posição de desvalor que ocupam no espaço social.

Dito de outra forma, queremos ressaltar que a permanente exposição a práticas de desvalorização e não reconhecimento influenciam diretamente na construção das

⁴ Trabalhamos a noção de inclusão precária à semelhança de Martins (2003;20) para quem as políticas econômicas atuais não são políticas de exclusão. “*são políticas de inclusão das pessoas (...) estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente(e barata) reprodução do capital*”.

representações destes jovens, suas percepções sobre si mesmos e sobre os locais onde moram, atingindo, conseqüentemente, suas práticas.

Defendemos, assim, que menos espaços de práticas e pouca mobilidade podem gerar dificuldades para a elaboração de respostas e estratégias – individuais e coletivas – que façam com que eles possam assumir posições de reconhecimento de si mesmos no campo social.

Discutiremos, no decorrer de nossa dissertação, a condição de ser jovem na modernidade líquida, focalizando particularmente como a sociedade de consumo produz mecanismos perversos nos processos de exclusão onde alguns jovens ficam à margem, vivenciando os efeitos de uma sociabilidade que valoriza o ter como condição de ser socialmente reconhecido. Estes mecanismos, por sua vez, estariam na base da construção de práticas de Políticas Públicas que acabam por produzir uma inclusão perversa e deixam, ao mesmo tempo, opacos os seus modos de funcionar.

Sabemos que a experiência de vida de cada sujeito ou grupo social está absolutamente relacionada ao campo ou espaço social em que estão inseridos. Afirmamos isto baseada na compreensão de que o campo representacional, que estabelece valores, sentidos e significados através dos quais os sujeitos apreendem o mundo, são construções sociais e históricas. Na perspectiva de Bourdieu, “*os agentes têm uma apreensão ativa do mundo*” mas, apesar de constituírem suas visões de mundo particular, estas são “*operadas sob coações estruturais*”. Ou seja, a forma como compreendemos e apreendemos os momentos do mundo passam pela “*interiorização das estruturas sociais*”. (Bourdieu, 2004; 157/158).

Assim, partimos do pressuposto de que as representações sociais são constituintes e constitutivas dos espaços sociais onde os sujeitos estão inseridos, elas definem os “esquemas de percepção e apreciação” que os sujeitos adotam, e que passam a ser sua referência avaliativa para pensar as experiências vivenciadas no contexto social. Este seria, portanto o conceito de *habitus* para Bourdieu (2004).

As representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu habitus como sistema de esquema de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O habitus é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas e apreciação de práticas. E, os dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foram construídas (Bourdieu, 2004; 158).

Entendemos que esses “esquemas de percepção e apreciação” da realidade orientam as diferentes práticas sociais dos sujeitos inseridos nos vários campos sociais. Como afirmamos anteriormente, a sociedade é constituída por vários campos sociais onde os sujeitos se distinguem em função dos montantes de capital econômico, cultural, social, simbólico que dispõem (Bourdieu, 2004).

Nosso trabalho buscou identificar as representações sociais que os jovens, inseridos em contextos sociais precarizados, têm acerca do local em que vivem e da relação deste com os outros espaços da cidade. Considerando que as cidades constituem campos de disputas simbólicas, entendemos que as representações que alguns jovens têm da cidade, não estão desconectadas das representações que alguns setores da sociedade têm deles. Ou seja, a forma como os jovens se percebem e percebem o local onde moram têm relação direta com suas vivências sociais e práticas cotidianas. Nosso trabalho vem exatamente pensar esta complexa relação no contexto da sociedade de consumo que, por si só, apresenta um projeto discriminatório particularmente em relação àqueles que são considerados consumidores falhos.

Pretendemos situar toda a discussão de nosso trabalho articulando a condição de ser jovem num atual momento histórico em que as cidades passam a ser o lugar privilegiado da produção e reprodução das vidas humanas. Esse momento histórico aponta não somente uma mudança na forma de vida dos agrupamentos humanos, mas também aponta modificações importantes nas relações de produção e de consumo. É nos espaços da cidade, entendido

enquanto espaço de representações e disputas simbólicas, que o apelo ao consumo e a centralidade deste está cada dia mais se intensificando.

A cidade que parece emergir destas transformações não se assemelharia tanto à cidade retratada pelo filme *Metrópolis*⁵ de Fritz Lang quando este pensou uma cidade dividida em duas classes (elite dominante e classe operária), onde o desejo e o consumo estariam postos apenas a uma pequena parcela da população urbana. Tampouco imaginamos uma cidade na qual bairros constituídos por precárias condições de existência social sejam um vasto “celeiro” de desordem, sociabilidade violenta, tráfico de drogas, como retratados em tantas outras películas.

Estamos pensando em um espaço urbano complexo onde a especulação imobiliária cresce a cada dia, onde a estigmatização de grupos sociais que vai desenhando, e vão se redefinindo espaços físicos e representacionais no campo social.

Dentre estes grupos sociais destacamos a situação de jovens que levados a viver em locais precarizados têm suas existências sociais mediadas por representações negativas e/ou falso reconhecimento.

O Índice de Homicídios na Adolescência⁶ – IHA –, produzido pelo Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro alerta que se o país nada fizer para prevenir as causas dos homicídios de jovens, teremos a probabilidade de chegarmos a 2012 com um número de perdas equivalentes à população de uma cidade inteira.

Isso, à princípio, pareceria contrário a uma sociedade cada vez mais voltada para o novo e a exaltação da juventude. Mas, esta aparente contradição desaparece quando ficamos sabendo que a maioria dos jovens que estão morrendo não é de cor branca, não tem nenhum

⁵ O filme *Metrópolis* se passa em 2026, a população está dividida em duas classes dominantes: a elite dominante e a classe operária que vive no mundo subterrâneo, escravizada pelas monstruosas máquinas que fazem funcionar a todo vapor a cidade.

⁶ Para conhecer os dados e as discussões do Índice de Homicídios na Adolescência, ver www.observatoriodefavelas.org.br

modelo de sucesso financeiro, tampouco é capaz de grandes compras. Não se enquadram, portanto, no modelo de sujeito forjado para o consumo.

Os jovens que são vítimas de violência letal são jovens, e, se pensarmos ironicamente, são jovens, apenas. Jovens que ocupam posições hierarquicamente inferiores no campo social, que vivem em locais onde as relações que estabelecem com outros espaços sociais são assimétricas, desiguais. Quando afirmamos que “são jovens, apenas”, queremos realçar nossa indignação perante este fato.

Evidente que esta posição está longe de ser neutra; ao contrário, nossa dissertação se propõe a uma reflexão crítica orientada para uma reflexão prática. Quando salientamos que “são jovens, apenas” queremos ressaltar que a condição de ser jovem pressupõe uma construção social que expressa modelos, formas de estar no mundo e pertencimentos diferenciados.

Propomos, com este trabalho, produzir elementos para uma apreensão do universo representacional de jovens que ocupam lugares de não reconhecimento em função de estarem excluídos, ou incluídos perversamente, no processo de produção e de consumo na sociedade moderna.

O tema do reconhecimento nos impele a pensar que a falta de reconhecimento social pode provocar profundas feridas subjetivas nos jovens, feridas que podem ser traduzidas em sofrimento como a humilhação e, ainda, a possibilidade destes jovens se auto representarem e representarem seus locais de moradia a partir do lugar da falta de respeito social, havendo uma naturalização perversa de mecanismos que foram construídos socialmente. O social, se tornar natural.

A humilhação e o não reconhecimento podem ainda exibir um outro matiz: são expressões de relações sociais produzidas numa sociedade onde o consumo adquire um importante papel nos processos individuais e de grupo, fabricando disposições de

comportamento considerados aceitáveis, relegando indivíduos ou grupos de indivíduos – jovens – a condições precárias de existência através de esquemas de classificações perversos onde estes podem passar a ser vistos como *subgente* (Souza,2003).

Metodologia

O título do nosso trabalho, de antemão, já deixa explícito o nosso objetivo: compreender o que é ser jovem morador de áreas populares. Ao mesmo tempo define, também de antemão, os caminhos que nos levaram a este objetivo: As representações sociais construídas por jovens sobre seus locais de moradia.

Segundo Wagner (2002; 149) *“a representação social é concebida como um processo social que envolve comunicação e discurso, ao longo do qual significados e objetos sociais são construídos e elaborados”*.

Além de comunicação e discurso, as representações sociais:

“são sempre construtivas; elas constituem o mundo tal como ele é conhecido e as identidades que elas sustentam garantem ao sujeito um lugar nesse mundo. Assim, ao serem internalizadas, as representações passam a expressar a relação do sujeito com o mundo que ele conhece e, ao mesmo tempo, elas o situam nesse mundo” (Duveen, 2002; 267).

Ao fazermos a escolha pelo caminho das representações sociais começamos a abordar também, deixar explícito, a posição que tomamos em relação a uma discussão cara à sociologia: a relação entre indivíduo e sociedade ou, posta em termos epistemológicos, a discussão entre objetivismo e subjetivismo.

Na perspectiva das Representações Sociais os indivíduos não são:

apenas processadores de informações, nem meros “portadores” de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, “produzem e comunicam incessantemente suas próprias

representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos” (De Sá, 1995; 28).

Assim, assumimos a posição de que,

a realidade social de que falam os objetivistas também é um objeto de percepção (...) visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social”. No entanto, essa visão (construída por agentes sociais) “é operada sob coações estruturais (Bourdieu, 1997; 157).

Ao escolher nos orientarmos pelas Representações Sociais lembramos que ela é ao mesmo tempo um caminho de teoria e de prática, “tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba” (De Sá, 1995; 19).

Da mesma forma que ao falarmos em agentes sociais e construção de realidades, nos distanciamos de pensar os jovens aqui estudados enquanto “*idiotas sociais*”, nos aproximando, desta forma, de alguns postulados da Etnometodologia, praticamente, quando adota a posição de *que os indivíduos utilizam métodos para dar sentido e, ao mesmo tempo, realizar as suas ações todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar*”. (Coulon, 1995; 30).

Desta maneira, pensamos que não somente os comportamentos intitulados de senso comum são considerados a partir da perspectiva de atividades cotidianas, como também a Sociologia passa a ser considerada como atividade prática que constrói seus próprios métodos para dar sentido àquilo que pretende estudar (Coulon, 1995; 30).

Resta-nos ainda explicitar os meios que utilizamos para acessar as representações sociais e seus conteúdos.

No andamento da pesquisa pensamos em utilizar um caminho que pudessemos acessar as representações sociais sem que perdêssemos a dimensão do vivido, ou seja, que pudessemos captar *o que* estávamos tentando conhecer – as representações sociais dos jovens –, *o como* é conhecido – a maneira como ela é construída –, mas sem perder, ou

ignorar, quem conhece – os jovens – e, de *onde* conhecem, ou seja, os contextos onde construíram suas representações sociais.

Valorizar a dimensão do vivido, do contexto que os jovens estavam inseridos e primar pela interação entre os jovens nos levou a fazer uma outra escolha: A combinação entre duas técnicas: A Observação Participante, realização de Grupos Focais e de Entrevistas.

Levamos em consideração o que Spink (1995) denominou de Imaginação Metodológica:

A complexidade do fenômeno possibilita, assim, a convivência quase sempre pacífica de diferentes vertentes de pesquisa, permitindo que sejam adotados procedimentos também diversificados para a coleta e análise dos dados (Spink, 1995;92).

A Observação Participante serviu como a possibilidade de acessar esta dimensão, do vivido, onde os jovens experienciam e elaboram suas práticas, dito de outro modo, onde as representações sociais são construídas.

Os grupos focais, por sua vez, nos auxiliou a coletar dados por meio de interações grupais, trazendo para as discussões as representações sociais construídas sobre o lugar em que vivem, mas também possibilitando-nos acessar os elementos que a compunham e a interação entre eles.

[O grupo focal] permite que o processo de interação grupal se desenvolva, favorecendo trocas, descobertas e participações (...) gera possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo de estudo (...) e pode ser associado a outras técnicas de coleta de dados, concomitantemente (Ressel, 2008; 780).

A realização das entrevistas aconteceu por considerarmos que algumas temáticas, que não foram trabalhadas nos grupos, necessitavam de um melhor aprofundamento.

Combinados – a observação participante, os grupos focais e as entrevistas– nos permitiram, em certa medida, “*comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes em seu ambiente natural*” (Gondim, 2002; 153).

O critério para a seleção dos jovens participantes da pesquisa primeiramente levou em consideração as pesquisas sobre violência que apontavam os jovens moradores do Benedito Bentes como maiores vítimas de homicídios.

Tínhamos inicialmente como interesse teórico, compreender os sentidos e significados que jovens do sexo masculino dão às suas práticas cotidianas em um contexto virtualmente definido a partir de dados de violência. Como estes percebiam o local onde viviam?

À medida que avançávamos na pesquisa empírica e íamos conhecendo as histórias e dinâmicas sócio-estruturais do Benedito Bentes pudemos contactar informações sobre o Conjunto Selma Bandeira e os programas e projetos que o conjunto abrigava em seu espaço físico. Estas informações nos levaram a um importante processo de redirecionamento do nosso objeto de pesquisa.

Se, por um lado, as perguntas que nortearam nossa dissertação puderam permanecer quase inalteradas – as questões relativas aos efeitos de situações de humilhação e não reconhecimento na existência social – o contexto onde elas seriam feitas mudou significativamente.

Pudemos entender que o bairro Benedito Bentes, definido também como Complexo Habitacional, não podia ser visto como homogêneo, simétrico, e livre de hierarquizações espaciais. As assimetrias existem, as desigualdades podem ser vistas não apenas em seu espaço físico, mas também, no espaço de construção de representações sobre ele.

Neste contexto, o Selma Bandeira emergiu como uma particularidade expressiva. O fato dele acolher políticas e projetos de cunho social e de segurança pública o fazia, naquele momento, um conjunto habitacional pioneiro nas políticas de enfrentamento às desigualdades e violência no Estado de Alagoas e trazia, a nós, outros questionamentos: quais as repercussões que a implementação destas políticas e programas trazem para a construção das representações sociais dos jovens sobre seus locais de moradia? A presença de projetos de

cunho social alterou as práticas sociais destes jovens? Suas trajetórias pela cidade sofreram alguma alteração? E, ainda, como esses jovens percebiam as políticas de enfrentamento à violência que estavam sendo implementadas?

Em outras palavras podemos dizer que as perguntas sobre a formação das representações dos jovens teriam que levar em consideração um contexto espacial politicamente novo e as diversas representações construídas a partir desse elemento.

Os critérios para formação dos grupos de discussão e entrevistas passaram, então, a considerar não somente a faixa etária e o sexo dos entrevistados, mas também o Selma Bandeira como local de residência. Incluímos o tempo de moradia no conjunto como um importante recorte porque tencionávamos trabalhar com uma geração de moradores que houvesse realizado suas primeiras aprendizagens sociais, seus esquemas de apreciação, percepção e ação, portanto seu *habitus*, a partir deste meio social (Bourdieu, 2004).

A partir disso, nossa Observação Participante foi reorientada para o Conjunto Selma Bandeira – conjunto situado no Complexo Habitacional Benedito Bentes – e pudemos, durante 2 meses, acompanhar as vivências dos jovens, conhecê-los, conhecer programas e projetos realizados no conjunto, conversar com moradores antigos, com profissionais da área de Saúde, Assistência, Educação e Segurança que trabalham no local. Fizemos também registro de imagens da estrutura do Selma Bandeira e de seus cotidianos⁷, que apresentamos no trabalho. O resultado desta interação com o contexto de vivência dos jovens será encontrado nas páginas que seguem.

Realizamos 2 grupos focais e 4 entrevistas, com jovens de 13 a 20 anos, moradores do Selma Bandeira. Os grupos focais e as entrevistas foram realizados no próprio conjunto habitacional e foram feitos em horários e dias distintos. Utilizamos esta faixa etária por

⁷ Salientamos, porém, que o recurso à imagem não se constitui em um recurso de método, mas tão somente, uma maneira de apresentar a estrutura física do conjunto Selma Bandeira.

porque ela contempla a faixa etária que foi referida nas pesquisas sobre homicídios de adolescentes e jovens no bairro.

Foi importante, também, para definir os jovens que estudamos enquanto grupo, trabalharmos com jovens que residem no Selma Bandeira desde que nasceram. Isso equivale a dizer que a idade dos jovens alude ao tempo de experiência social como morador do Conjunto. E que é essa, uma das situações em comum, vivenciadas por eles.

O que abordamos no presente trabalho, portanto, é fruto de um esforço teórico-prático para entender o que é ser jovem morador de espaços populares através das representações daqueles que vivenciam essa realidade social.

Entendemos que, a despeito de que as realidades sociais possam ser construídas de diversas maneiras, é o jovem, inserido em seu contexto social, elaborando suas percepções e orientando suas práticas que pode melhor esclarecer o que é vivenciar a juventude no local que chamamos de áreas populares. Entendemos que o conhecimento sociológico pode, também, ser um conhecimento implicado com as realidades que estuda e que vai formando, assim as suas próprias representações do tema estudado.

Baseado no que dissemos, informamos que, ao analisar as representações sociais dos jovens que trabalhamos, colocamos em análise também a nossa própria representação do que estudamos, a partir da elaboração e entendimento de nossa hipótese.

Por ora, adiantamos que nos impressiona a diversidade encontrada nas construções das representações sociais e a riqueza de elementos que os jovens “sociólogos práticos” constroem, ancoram e objetivam em seus cotidianos.

Essa dissertação é, desta maneira, também uma homenagem nada silenciosa a todos os jovens que vivenciam seus cotidianos a partir do contexto que estudamos.

Organizamos a dissertação em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, esboçamos a noção de qual contexto histórico nos orientamos e os desdobramentos que vieram de nossa escolha teórica para pensar a sociedade, o espaço social e as relações que os jovens estudados estão inseridos. Para isso, dialogamos com alguns conceitos de Zygmunt Bauman, Jessé Souza e Pierre Bourdieu.

A dimensão do consumo foi pensada à luz dos três tipos ideais construídos por Zygmunt Bauman para pensar as transformações na contemporaneidade.⁸ Derivam destes a noção e o desenho do campo social, suas relações de força, as posições ditadas no espaço social, o processo de reconhecimento e não reconhecimento e suas implicações materiais e subjetivas para os indivíduos ou grupos sociais inseridos nestas situações. A partir do desenho do espaço social, pudemos nos aprofundar na posição de indivíduos ou grupos que ocupam lugares de inclusão perversa, os consumidores falhos.

A partir do desenho do espaço social pudemos estabelecer uma aproximação entre o aporte teórico de Bauman e a cidade de Maceió. Para isso, contamos com o auxílio de Milton Santos, para quem a cidade espelha as transformações do Estado, da Sociedade e do Mercado e, também, a ajuda importante de Jessé Souza à medida que este pensa a desigualdade no espaço social brasileiro como fruto de uma modernização concreta neste país.

Com o capítulo 2 intentamos dar os contornos que a sociedade, pensada nos termos que escolhemos, deu aos agrupamentos humanos – cidade – e as conseqüências disto para a posição social que os jovens ocupam no espaço urbano. É neste capítulo que estão inscritas as relações entre os espaços da cidade e o reconhecimento social. Trabalhamos com a noção de Max Weber, para quem o estudo da cidade não pode resumi-la à sua dimensão física, o espaço da cidade é, também, um espaço de produção de sentido e significações.

⁸ “Tipos Ideais” pensado aqui como ferramentas cognitivas para iluminar aspectos da realidade social, conforme salienta Bauman (2008). “Tipos Ideais” (...) apesar de sua natureza abstrata, tornam a realidade social empírica, tal como se apresenta à experiência, descritível (Bauman, 2008;40).

No capítulo 3, intitulado A cidade de Maceió e o Conjunto Habitacional Selma Bandeira focamos, inicialmente e de maneira breve, as discussões sobre as intervenções efetivadas pelo Estado, nos espaços da cidade. Esta problematização foi importante para que pudéssemos ter uma idéia do processo de organização das cidades e do processo histórico de formação do Conjunto Habitacional Selma Bandeira. Esta delimitação tem ampla ligação com o fato de trabalharmos com jovens nascidos no Selma Bandeira e que tiveram seu processo de socialização a partir dele. Os jovens aqui considerados são, de certa maneira, “filhos do processo de remoção”, que atinge segmentos sociais.

Ainda no capítulo 3, nos utilizamos do recurso fotográfico como modo de expor as informações coletadas na observação participante. São fotos da estrutura do Conjunto, dos seus equipamentos públicos, ruas e áreas. Reforçamos que a utilização de imagem foi apenas para que pudéssemos compor o Conjunto Selma Bandeira, o espaço onde os jovens estão inseridos e que não teve objetivo analítico. As análises foram feitas a partir dos grupos focais e das entrevistas que apresentamos no capítulo 4.

Conforme dissemos, é no capítulo 4 que as análises dos grupos focais e as entrevistas estão localizadas. Neste momento, damos voz àqueles que geralmente ficam silenciados.

Antes de apresentarmos a análise dos dados, fizemos uma descrição de como os grupos focais e as entrevistas foram realizados. Vale observar que utilizamos pseudônimos para nos referirmos aos jovens entrevistados.

O capítulo está subdividido em itens e foi pensado assim devido às categorias de análise que construímos: O jovem e seus deslocamentos, os jovens e os programas e projetos, os jovens e o consumo, os jovens e a morte. Estas categorias estão relacionadas às discussões que fizemos no corpo do trabalho e estão, por isso, conectadas diretamente com elas.

Finalmente, nas considerações finais, retomamos algumas discussões teóricas a partir das análises que discutimos no capítulo 4.

1. MODERNIDADE LÍQUIDA: QUANDO A LÓGICA DE MERCADO É TRANSPOSTA PARA OS VÍNCULOS SOCIAIS

Neste capítulo discutiremos as transformações que vêm ocorrendo ao longo do período denominado modernidade, destacando algumas implicações para a vida social e tentando responder à questão de por que algumas pessoas, em especial os jovens, experienciam humilhação e desrespeito em suas vivências cotidianas. Para isso, caracterizaremos o espaço social, resultante de tais transformações, a partir da distribuição e posição dos agentes no campo social e tentaremos delimitar a posição de não reconhecimento social a partir da definição de consumidor falho trabalhada por Zygmunt Bauman.

Entendemos que este percurso pode nos auxiliar a compreender a condição de jovens que ocupam posições semelhantes no espaço da cidade, habitando locais com precárias condições de existência material, com posições próximas no espaço social e que não conseguem ter legitimadas suas práticas e percepções sociais.

Na maioria das vezes a produção acadêmica tem descrito as transformações nos últimos séculos a partir da variável econômica e tem se baseado nestas análises para compor diagnósticos e as saídas para os problemas políticos e sociais que vêm encontrando. Esta variável, além de reduzir o espaço social ao campo econômico, inviabiliza de percebê-lo como um espaço simbólico, múltiplo, caracterizado por diferentes estilos de vida e visões de mundo construídas a partir da posição dos agentes no campo social (Bourdieu, 2004).

Giddens (2002) é um dos autores que descreve a modernidade levando em consideração as diferenças que esta trouxe para a ordem social e as mudanças profundas que ela operou, em comparação com transformações de períodos precedentes. Essas modificações são vistas não somente como produto, mas também, como produtoras de alterações nas relações econômicas, políticas; mas, principalmente, na vida cotidiana.

Essas variações na ordem social e na vida cotidiana são, segundo Lefebvre (1999), muito influenciadas pela ciência e pela técnica no âmbito da produção da vida material que incidiram de maneira decisiva na forma de viver dos agrupamentos humanos a ponto de haver fortes demarcações que diferenciam as cidades antes e pós-industrialização. Segundo este autor, há um enorme contraste entre a realidade urbana anterior à industrialização, quando a cidade poderia ser descrita como uma totalidade orgânica, e logo após à industrialização, quando a cidade passa a ser delineada como ordem repressiva e estipulação.

Essas mutações no espaço urbano, geradas pela modernidade, a nosso ver, podem ser altamente representativas de uma perda gradativa do sentimento de pertença mais generalizado no espaço social, que concorre para o crescimento de práticas de humilhação e desrespeito social e uma maior sedimentação das desigualdades sociais.

É verdade que a modernidade trouxe grandes modificações para a produção da vida material e parece ter produzido um grande abismo entre os modos de produção que a precederam, mas o que nos interessa neste nosso trabalho é como as transformações nos últimos anos fizeram surgir uma organização do espaço social pautada na negação da alteridade, da diferença, com conseqüente fragilização de vínculos e relações sociais.

Podemos também pensar as mais recentes transformações sociais como resultado direto de práticas de um projeto modernizador, circunscrito inicialmente a um continente – o europeu – que tencionou elevar a vida humana aos patamares da justiça, da igualdade de direitos, liberdade e fraternidade. Se for esta a maneira de perceber as modificações sociais que vêm acontecendo, fatalmente chegaremos à suposição de que, ao contrário, aumentamos as relações de poder, dominação, desigualdade e os campos onde estas vêm se reproduzindo.

A despeito dos dissensos teóricos e metodológicos para explicar as mutações na ordem e na vida social o fato é que podemos identificar nas relações e vínculos distribuídos por todos os campos sociais uma lógica anteriormente presente nas práticas de mercado e consumo.

Zygmunt Bauman (2001) descreve esta nossa percepção dizendo que o espaço social foi colonizado pela lógica de mercado e do consumo. Por esta óptica, as ligações que unem os seres humanos ou que promoveriam distinções entre os diversos membros de uma sociedade estariam sendo viabilizadas através de laços constitutivamente frágeis que seguiriam o modelo de uma relação entre objetos materiais⁹.

Esse modelo *vis à vis*, para o autor, converge para moldes de comportamento e orientações de conduta que vão sendo modelados e remodelados como únicos padrões de sociabilidade aceitáveis (Bauman, 2008).

Dizer isso equivale a afirmar que subjetividades estão sendo construídas tendo como referência um campo cultural e simbólico onde é o desejo de consumo – e tudo mais que o circunscreve – que está sendo posto como valor e ideais, passando também a constituir uma forma de conhecimento de mundo e orientação de escolhas de vida dos sujeitos sociais (Cassab, 2001).

A modernidade onde estas transformações vêm ocorrendo é aquela que, para Bauman (2001; 2008), apostou na crítica como principal ferramenta de mutações sociais, deu à contemporaneidade uma sociedade cada dia mais orientada para o consumo e se especializou na produção de um enorme contingente humano não capaz de obter um reconhecimento no espaço social.¹⁰

É sobre esta relação entre reconhecimento social e consumo que nos ocuparemos a seguir.

⁹ Este diagnóstico de Bauman traz sérias conseqüências para o tecido social principalmente se pensarmos na condição de sujeitos jovens inseridos em uma complexa rede de significados de onde constroem as suas representações e delimitam suas práticas. Discutiremos este ponto no segundo capítulo.

¹⁰ Bauman transporta a definição dos líquidos e sólidos dada pela físico-química – a fluidez – para pensar a modernidade. Comparando a capacidade dos líquidos de mudarem com facilidade à fixidez e estabilidade que caracterizam os sólidos, o autor vai situando as transformações ocorridas no ordenamento social, com todas as conseqüências políticas, econômicas e sociais. Esta transposição o auxilia a definir o que ele chama de dois estágios da modernidade: A modernidade sólida – da sociedade de produtores – e a modernidade líquida, da sociedade de consumidores. (Bauman, 2001).

1. 1 – O reconhecimento social na Modernidade Líquida

Até aqui viemos falando sobre o que acontece quando a lógica de consumo passa a ditar as regras de convívio humano e o que isso acarreta no campo social.

Aqui e ali pudemos começar a antever que numa sociedade orientada para o consumo, nem todos ocupam, no campo social, a posição de consumidores habilitados. E, mesmo para aqueles a quem isso acontece, o processo não deixa de acarretar dificuldades, danos e consequências imprevistas em suas existências e no tecido social.

Neste item vamos apresentar com um pouco mais de detalhes o outro elemento da sociedade orientada para o consumo, o consumidor falho para que possamos inscrever, mais adiante, a relação entre juventudes e a condição de não reconhecimento social no espaço das cidades.

Quando afirmamos que subjetividades estão sendo construídas a partir de valores e ideais que se orientam para o consumo, seguindo o percurso teórico que Bauman propôs para pensar as transformações da contemporaneidade, começamos a problematizar a relação intrincada entre reconhecimento social e consumo.

Honneth (2009) trabalha a noção de reconhecimento subdividindo-o basicamente em três modos de reconhecimento, as formas de desrespeito e os componentes ameaçados da personalidade, quando o reconhecimento é negado.

O primeiro modo de reconhecimento está relacionado com as relações primárias do indivíduo, onde os maus tratos e violação são as formas de desrespeito que ameaçam a integridade física do indivíduo.

A segunda forma de reconhecimento se relaciona inteiramente com a esfera do direito e fala diretamente sobre a “*constituição específica das relações jurídicas modernas*”: não ser

reconhecido deste modo, pode acarretar ao indivíduo, degradação e ofensa (Honneth, 2009; 179).

Finalmente, o terceiro modo de reconhecimento social trabalhado por Honneth (2009) se refere diretamente “à negação do valor social de indivíduos ou grupos” (Freitas e Luna, 2006; 349). Negar esta forma de reconhecimento ao indivíduo, ou grupo, segundo Honneth (2009), é influenciar negativamente na integridade social e atingi-lo diretamente em sua dignidade.

Honneth (apud Freitas e Luna, 2006) afirma que para definirmos e falarmos algo sobre o reconhecimento social é necessário observar as interpretações historicamente predominantes acerca das finalidades sociais. Ou, dito de outro modo, devemos analisar quais são as orientações últimas que uma sociedade estabelece para seus membros, que formam as visões de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos (Bourdieu, 2004; 166).

Segundo Bauman (2008) uma das grandes transformações que marcaram o atual estágio da modernidade – a sua forma moderna líquida – foi realizada em nível do reconhecimento social. A sociedade deixou de se orientar para a segurança e para a estabilidade, passando a se nortear para o consumo, com todas as consequências que isso poderia trazer para o tecido social; ou seja, transformou “seus requisitos funcionais em motivos comportamentais dos atores”, instituindo a instabilidade, a valorização do excesso e do desperdício e a lógica do descarte como elementos centrais na dinâmica social (Bauman, 2001; 89).

Quando Honneth (2007) afirma que o reconhecimento social advém de habilidades adquiridas que contribuem para a reprodução social, uma questão se coloca para nós: De que maneira são construídos os tipos de estratégias de vida e padrões comportamentais indispensáveis para atender o tipo de demanda requerida por uma sociedade que se orienta

para o consumo? Este questionamento implica pensarmos, mais adiante, em como a sociedade tem tentado fabricar disposições de comportamentos nos jovens de maneira que suas escolhas, a despeito de suas posições no campo social e seus *habitus*, sejam definidos por uma orientação consumista.

Bauman (2008) responde a esta pergunta afirmando que a sociedade mobiliza uma matéria prima, presente nos indivíduos, para construir os padrões comportamentais valorizada por ela. É na ordem do desejo por felicidade, segundo Bauman, que estas estratégias de vida estão sendo construídas. Ao utilizar-se do desejo por felicidade, a matéria prima seria remodelada para associar a felicidade ao consumo incessante de objetos materiais. “(...) uma felicidade advinda de um volume e uma intensidade de desejos crescentes, que implicaria o uso imediato e na rápida substituição dos objetos” (Bauman, 2008; 44).

De acordo com o pensamento baumaniano os comportamentos esperados e treinados numa sociedade que se orienta para o consumo são o vício da escolha, o vivenciar o presente, a busca pela felicidade instantânea através da aquisição de objetos, a não tolerância à infelicidade, o excesso, o desperdício, a construção e reconstrução da identidade, a intolerância com o que é considerado defeito, o impulso de adquirir e juntar e a necessidade de substituir e descartar.

Para efeito das reflexões que estamos propondo neste trabalho, cabe-nos realçar que o consumo tem uma dimensão maior que o gesto da compra de um objeto; o consumir assume o “atributo de uma estratégia de vida”. Recomendamos mais uma vez Bauman, quando este afirma que,

Consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em “vendabilidade”: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado, ou reciclar as que já se possui, transformando-as em mercadorias para as quais a demanda pode continuar sendo criada (Bauman, 2008; 72).

Esta forma de consumo nos faz pensar nos efeitos nocivos deste tipo de socialização na vida dos jovens que ao definir formas de orientação, valores e práticas no espaço social esboçam novos “mapas do afeto” para as juventudes e prescrevem performances cotidianas a partir de premissas como o descarte, o individualismo, objetificação de si mesmo e do outro (Pais, 2006).

Se pensarmos que o consumo, da forma que Bauman o apresenta, vai além da fruição de objetos e faz com que os indivíduos remodelem a si mesmos, investindo em si mesmos como mercadoria, todos estes comportamentos treinados e esperados pela sociedade que se orienta para o consumo se aplicariam às coisas materiais, mas também – e isso é a parte mais inquietante, a nosso ver, das reflexões feitas pelo autor – às pessoas, a outros indivíduos. O vício da escolha, o excesso, o desperdício, a intolerância¹¹ com o que é considerado defeituoso, a necessidade de substituir e descartar podem estar presentes nas relações e vínculos sociais. Ou, podem ser encontradas naquele “*espaço que estabelece as fronteiras que tanto ligam como separam as pessoas, que tanto as une como as impede de tropeçar uma na outra*”, para utilizar as palavras de Arendt (1985; 50-52).

Por esta perspectiva ninguém, ocupando qualquer posição no espaço social, estaria livre da possibilidade de ser considerado uma mercadoria defeituosa e, na perspectiva do reconhecimento social, não ser reconhecido como membro de uma sociedade de consumidores.

Isto nos impele a pensar em importantes implicações para as práticas e a vida cotidiana. Estes padrões de comportamento de uma sociedade de consumo não apenas

¹¹ A intolerância tem a sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda” (RICCEUR, 2000: p. 20).

delineiam práticas, mas também atuam como “referenciais para o sujeito pensar o mundo e se pensar no mundo” (Vasconcelos, 2005; 34). Isso equivaleria o que nos alerta Bauman:

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. A “subjetividade” do “sujeito”, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadoria (Bauman, 2007).

Se for, conforme explicita Vasconcelos (2005), no campo da cultura que se estabelecem as trocas simbólicas que possibilitam o laço social entre os seres humanos, pressupondo o reconhecimento e o respeito da singularidade de cada um a partir dos referenciais valorativos e culturais que definem parâmetros coletivos para a composição do ordenamento social, imaginar o que acontece a um tecido social onde os referenciais utilizados são pautados pela lógica que advém do consumo é, no mínimo, inquietante.

Se pensarmos numa interação face a face, entre dois sujeitos que se percebem na categoria de objeto a ser consumido, que transformam a si mesmos em mercadoria, como pensar em interações onde não estejam presentes os sentimentos de insegurança, incerteza, medo da inadequação, insatisfação, ambivalência, ansiedade? Consideramos que estas interações escondem as estruturas que se concretizam nelas (Bourdieu, 2004).

Como não pensar no medo da inadequação e da deficiência quando alguém capaz de cumprir um dever social é alguém que atende às sugestões de compra de produtos e exhibe disposições de comportamentos orientados pelo consumo?

Ao pensarmos no ambiente líquido-moderno da sociedade e na cultura do consumo, postos por Bauman, de onde advém a maneira com que os indivíduos se comportam, como

separam as coisas e atribuem a elas relevância ou irrelevância, o que os estimula a agir, o que os atrai ou mesmo repele, o que desejam ou temem, somos levadas a pensar que esquemas avaliativos e disposições de comportamento são formados, internalizados, incorporados e visam atender às demandas e apelos desta sociedade orientada para o consumo. Isso nos leva a pensar “na introjeção e inscrição corporal de disposições que condicionam um estilo de vida e uma visão de mundo específica”, ou seja, na constituição de um *habitus* (Souza, 2003).

A noção de *habitus* nos auxilia a ligar esse conjunto disperso de disposições treinadas e incorporadas pelos indivíduos, na sociedade orientada para o consumo, com as estruturas que definem e prejudgam situações concretas. (Souza, 2003).

Souza (2003; 57) apresenta a noção de *habitus* como:

Um aprendizado não-intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos que são “in-corporados” e naturalizados permitindo ao seu possuidor perceber e classificar, sem mediação consciente e reflexiva, os signos opacos da cultura.

É importante lembrarmos, porém, que há um jogo e uma correlação de forças entre agentes que estão ocupando de maneira desigual o espaço social, e que trazem diferentes perspectivas relacionais para as estratégias de vida consumistas que pretendem se impor como verdade do mundo social (Bourdieu, 2004).

A idéia de que todos os jovens podem consumir e precisam, para isso, apenas da vontade individual e do querer, que se materializa primordialmente em propagandas de consumo tenta – ao negar simbolicamente a distância social – obter vantagens objetivas através de um suposto reconhecimento concedido a jovens que ocupam diferentes posições de desigualdade no espaço social. Essa “ideologia do desempenho consumista”, que busca homogeneizar o espaço social através da imagem de um jovem homogêneo e generalizado, tenta encobrir a distância social, negando-a simbolicamente através da linguagem midiática.

Agindo no sentido de fabricar desejos para as juventudes indiscriminadamente, a sociedade de consumo procura encobrir, ao mesmo tempo, as impossibilidades estruturais de objetivação de consumo de diversos jovens e a posição precarizada que estes ocupam na distribuição dos recursos materiais de existência (Bauman, 2008; Bourdieu, 1997).

O falso reconhecimento, concedido pela negação das distâncias sociais, se revela quando muitos destes jovens não conseguem adotar o estilo de vida – modo de andar e vestir, de falar e se comportar – modelado pela sociedade que se orienta para o consumo. É quando jovens pobres, com pouca ou quase nenhuma instrução – com pouco capital econômico e cultural – se vêem privados do reconhecimento social, experienciam cotidianos onde a humilhação está comumente presente e têm deslegitimadas as suas práticas no espaço da cidade (demonstraremos esta realidade a partir da fala dos jovens moradores do Conjunto Selma Bandeira).

Mas, se podemos começar a descrever os mecanismos perversos que a sociedade orientada para o consumo utiliza para obtenção do reconhecimento social, precisamos compreender os efeitos que tais mecanismos causam nos jovens em relação à suas tomadas de posição, escolhas, construção de sentido e significados, ou seja, às suas práticas e representações no campo social.

A estreita relação entre posição social, práticas cotidianas e representações sociais nos leva a tentar configurar as relações de força presentes em um espaço social na tentativa de conseguir apreender como o consumo se transforma no principal fator de estratificação social que orienta a distribuição de apreço e de estima social, além de passar a ser o maior critério de inclusão e exclusão sociais (Bauman, 2001). Para tanto, continuaremos a nos utilizar do recurso teórico de Zygmunt Bauman para apreender as transformações no campo social da contemporaneidade.

1.2 – Espaço social, consumo e reconhecimento

Para discutir esta questão, partimos da noção de Bourdieu (1997) para quem o espaço social é um conceito abstrato, invisível, mas que, no entanto, organiza as práticas e representações dos agentes. Esse espaço social, ao mesmo tempo em que se refere a posições ocupadas pelos agentes, tem íntima conexão com a visão de mundo¹² que estes agentes produzem. Isso quer dizer que o espaço social é, ao mesmo tempo, um espaço relacional, um campo de produção simbólica onde os sujeitos, agentes, estão distribuídos a partir dos diferentes tipos de capital que possuem (questão abordada na introdução deste trabalho).

Isso, a princípio, poderia estar em dissonância com o fato de dizermos que a sociedade que se orienta para o consumo é aquela que tenta, no espaço social, produzir disposições de comportamentos universais e homogêneos para manter a sua reprodução social. Mas, se a “ideologia consumista” – de que todos podem ser incluídos socialmente através do consumo, bastando para isso a vontade individual – tende a querer fazer desaparecer as diferenciações entre os sujeitos no campo social, as classificações e hierarquizações de práticas e representações no espaço social, que se escondem através deste pano de fundo ideológico, tendem a ser cada dia mais sedimentadas e contribuem para a perpetuação de desigualdade das relações materiais e simbólicas.

Bauman aponta que o lugar de cada indivíduo no campo social é ditado pelos “*lugares obtidos ou alocados no eixo que separa a excelência no consumo até a sua inépcia*” (Bauman, 2008; 71). Este eixo de medição, invisível e opaco na sociedade, faria surgir no

¹² O conceito de visão de mundo é definido pela noção de *ponto de vista* de Bourdieu. Para o autor, ponto de vista é um “*princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida*” (Bourdieu, 1997; 27).

espaço social, duas posições polarizadas que atentam para lugares concretos no campo social: a posição de consumidor habilitado e a de consumidor falho¹³.

Como a condição de consumo é posta por Bauman como a única condição de existência social reconhecida numa sociedade de consumidores, são os prêmios dados aos comportamentos estimulados para o consumo e as punições a quem os transgride que vão, ao ditar a “regra do jogo social”, selecionando e transformando a vida prática de cada um dos indivíduos e ditando as suas posições no espaço social. (Bauman, 2001; 2005; 2007; 2008.).

Esta observação atenta para o fato de que as posições relacionais ocupadas no campo social, com suas consequências para a vida dos sujeitos que as ocupam – não percamos de vista que os sujeitos que trabalhamos aqui, são sujeitos jovens – são construídas e reproduzidas social e cotidianamente e não dadas *a priori*. São as agências humanas dotadas de instrumentos de coerção e meios de persuasão ocultos – as orientações de mercado, o sistema educacional, as políticas públicas – que passam a desenhar as configurações reais do ordenamento social através dos prêmios e punições que estipulam para diferentes comportamentos e sedimentam assim as posições de consumidor habilitado e consumidor falho configuradas no espaço social.

Se concordarmos com o fato de que os prêmios e punições às disposições de comportamento no campo social têm como elemento tácito uma configuração valorativa – dada pelo eixo de desempenho no consumo – responsável pelo critério de exclusão e inclusão e de estigma social, fazendo brotar uma hierarquia e estratificação sociais, configurando e reconfigurando as relações de força no campo social, o reconhecimento social passaria não apenas pela possibilidade concreta de consumir, mas pela assimilação de práticas e valores de

¹³ É importante trabalharmos estas noções para podermos entender, através da perspectiva das representações sociais, o fato de que as condições sociais em que vive um grupo delimitam o espaço de experiência de seus membros, ao mesmo tempo em que determinam, em grande parte, o que e como os membros de um grupo pensam (Wagner, 2002).

uma vida orientada para o consumo: o impulso de adquirir e juntar, o descartar e o consumir, a competição, a atitude blasé, a monotonia, o excesso, o desperdício, a desrotinização, a fragmentação dos vínculos humanos, a aposta em vínculos precários, a excitação frente às compras, enfim, modos de falar, estilos de vida e de comportamento adequados a estes termos. (Bauman, 2001, 2005,2007,2008).

Se, para Bauman, a sociedade de consumidores interpela a todos os seus membros na condição de consumidores, independentemente de gênero, raça e classe social, mas ao mesmo tempo reconhece apenas a quem cumpre os requisitos básicos para ser reconhecido como consumidor habilitado, portanto, como membro, relegando como supérfluo e descartável quem não se adequa as suas proposições, sugerimos que os efeitos da lógica de consumo no campo social podem não se dar de maneira igual para todos os grupos ou indivíduos, ou seja, os efeitos de uma lógica de consumo no campo social podem não ser os mesmos para consumidores habilitados e consumidores falhos.

Ao estarmos atentas para o que Honneth (2007) pensa sobre as regras de distribuição de bens materiais – elas derivam, diz o autor, do grau de estima social desfrutado pelos grupos sociais de acordo com as hierarquias institucionalizadas de valor ou uma ordem normativa – somos levadas a refletir que ocupar uma posição de consumidor falho no espaço social é encontrar-se constantemente negado em seus direitos sociais, existenciais e políticos (veremos, no capítulo 4, como esta é a condição dos jovens que tomamos como objeto de nosso estudo).

A fonte de reconhecimento e respeito social, que seria presumida a partir da adequação a comportamentos e esquemas avaliativos, prontamente estabelecidos pela sociedade de consumo, estaria, desta maneira, vedada a uma grande parcela da população. Isto pode trazer sérias implicações para a leitura que os agentes sociais fazem da posição que ocupam no

campo social, o *sense of one's* e para o *sense of other's place*, ou seja, para o senso do seu espaço, de sua posição, no campo social e o senso do espaço dos outros (Bourdieu, 2004).

Não saber as “regras do jogo” social ou a sua disposição no contexto das lutas simbólicas pode levar à perpetuação de comportamentos considerados inadaptados à sociedade que se orienta para o consumo e favorecer a reprodução de situações cotidianas onde a humilhação estaria presente.

A humilhação na sociedade de consumo e a superficialidade e o desengajamento – tanto nas relações individuais, pessoais, privadas, quanto nas relações entre os grupos – situam-se, hoje, no centro dos processos de alienação e humilhação no individualismo contemporâneo e nas sociedades de consumo. (...) Ser o outro, o parceiro em uma relação desengajada – onde não se tem atenção, nem consideração, nem reconhecimento, nem existe a *fortiori* um sentimento de valorização – torna-se humilhante, pois revela a instrumentalização e intercambialidade entre os indivíduos, a desvalorização e o sentimento de inexistência de valor de si mesmo e do outro (Haroche, 2005; 42).

Essa idéia de precarização na leitura de posições, espaços e regras do campo social é trabalhada por Jessé Souza através da noção de *habitus* precário¹⁴.

O *habitus* precário é aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas (Souza, 2003; 167).

Esta precariedade de aprendizado das demandas, posta por Souza (2003), tem uma profunda relação com a não neutralidade das práticas do Estado e do Mercado que vai punindo, e premiando, as disposições de comportamento consideradas adequadas para uma

¹⁴ Souza (2003) trabalha *habitus* a partir de três noções: o *habitus* primário, fundamento profundo de reconhecimento infra e ultra jurídico, o *habitus* secundário – aqui equivalendo à noção de *habitus* trabalhada por Bourdieu – e o *habitus* precário.

dada sociedade. Esta não neutralidade do Estado e do Mercado vai, também, forjando as disposições de comportamento e os locais no campo social, fazendo com que uma grande parcela da população seja lançada para as bordas do tecido social por serem consideradas inaptas a uma sociedade orientada para o consumo.

Diversos autores apontam que o sistema penitenciário tem sido este exemplo para pensar nas bordas do tecido social. Ele tem sido a maior aplicação de sanções e controle social exercidos contra aqueles que “não apresentam os meios sociais ou psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial” (Souza, 2003; 154). O aumento considerável de indivíduos destinados à prisão, e a grande população atingida pela legislação criminal atentam para o fato de que o *bem-estar*, também projetado pela modernidade, além de não contemplar a todos, passa pela eliminação do outro, do indesejável.

Pensando a questão dos Direitos Humanos e a Democracia, Dornelles (2006) nos diz que:

(...) são os pobres e vulneráveis, os redundantes da era neo liberal, o refugio humano, a que Bauman se referiu, as vítimas preferenciais de um poder arbitrário, compondo um segmento de difícil identificação pela sua falta de homogeneidade. A estes segmentos está destinado o arbítrio, como também a “violência sem lei”, o extermínio, os processos ampliados de criminalização do modelo neoliberal (Dornelles, 2006; 215).

Para as nossas reflexões, as bordas do tecido social também podem ser aferidas na enorme desigualdade material e simbólica presentes nos espaços da cidade, em bairros e conjuntos habitacionais precarizados materialmente e na criminalização dos seus moradores. Trataremos agora de nos aprofundarmos sobre a posição de consumidor falho.

1.3 – Os consumidores falhos ou a posição de não-reconhecimento no campo social

O termo consumidor falho já pressupõe um desnível numa relação entre consumidores e aponta as desigualdades no espaço social. Os termos consumidor habilitado e consumidor falho já podem de antemão revelar uma perversa relação desigual no campo social. É por existir o consumidor falho que a habilidade de um consumidor se mantém e se perpetua. É por ser o contraponto da relação que o *consumidor falho* surge como o exemplo negativo do que um consumidor não deve ser e fazer.

Bauman trabalha a noção de consumidor falho ao longo de suas obras, mas, em *Vida para Consumo*, o autor, explicita de modo mais claro, o que ele denomina de consumidor falho:

Um número considerável de consumidores de jure fracassa no teste estabelecido, de modo informal, mas bastante tangível, para os consumidores de facto. Os que não passam no teste são “consumidores falhos”, por vezes subcategorizados como “pessoas que fracassaram em sua busca por asilo” ou como “imigrantes ilegais”, outras vezes como a “subclasse” (ou seja, um conjunto variado de pessoas que tiveram o acesso recusado a todas as classes reconhecidas, que são inaceitáveis como membros de uma classe”, quase sempre dispersos de modo anônimo nas estatísticas sobre os “pobres” ou as “pessoas abaixo da linha de pobreza” – segundo a definição clássica de Simmel, objetos de caridade, e não sujeitos capazes de discernir/escolher como o restante dos membros da sociedade de consumidores (Bauman, 2008; 98).

A não homogeneidade das pessoas aponta que muitos podem ser aqueles que ocupam a posição reservada aos consumidores falhos, no campo social, e que outra também pode ser a sua denominação, como o exemplo do termo subclasse.

O termo “subclasse” (...) implica uma sociedade que é tudo menos hospitaleira e atenciosa com todos, uma sociedade atenta, em vez disso, ao lembrete de Carl Schmitt de que o traço

definidor da soberania é a prerrogativa de eximir, excluir, e colocar de lado uma categoria de pessoas às quais a lei é aplicada mediante a negação ou revogação de sua aplicação (Bauman, 2008; 156).

Ao refletir sobre a construção social da desigualdade, Jessé Souza considera inadaptadas a parcela da população que não dispõe de condições sociais, econômicas e políticas. Esta parcela da população é, para Souza, um fenômeno de massa que veio sendo produzido ao longo de todo o processo de modernização brasileiro. Indivíduos e grupos sociais que, ao longo do tempo, transformaram-se em uma *ralé estrutural* – expressão desenvolvida por Jessé Souza a partir de Florestan Fernandes – sem possibilidades concretas de terem suas existências reconhecidas no campo social.

(...) é precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a “causa” óbvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou as condições perversas de eternização de um “*habitus* precário” que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída (Souza, 2003; 160).

Esta parcela da população brasileira, segundo Souza, não conseguiu decifrar as “novas regras do jogo social”. “As condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas” da nova ordem econômica e social que estava nascendo não puderam se formar e foram, precarizadas (Souza, 2003; 170).

Consumidores falhos, a nosso ver, também podem ser chamados de *ralé estrutural* e inadaptados, no caso dos jovens residentes no Selma Bandeira (no estudo que realizamos), porque são herdeiros diretos das condições de formação de desigualdade na sociedade brasileira. Ambos têm seus reconhecimentos no campo social comprometidos por não atenderem às demandas exigidas por uma dada sociedade. E, neste caso, expõe mais ainda a

construção histórica e social do lugar marginal que estes indivíduos, ou grupos, ocupam no campo social.

Quando falamos em lugar marginal para fazermos referência à posição ocupada pelo consumidor falho e/ ou pela ralé estrutural levamos em consideração que ele não é apenas um contexto social, “um pano de fundo teatral e sim um espaço ocupado, de sítio, de uso para determinado fim” (Spink, 2006; 97). Isso será importante quando pensarmos a relação da posição de consumidores falhos e a cidade no estudo que realizamos.

Indivíduos ou grupos sociais falham, enquanto consumidores, para Bauman, não apenas quando renegam a vida orientada para o consumo, mas também quando não têm condições materiais para consumir e não servindo, desta maneira, para a demanda criada pela indústria de consumo (Bauman, 2005).

O estado de redundância, indicando permanência e regularidade em sua condição de “sem-teto social”, que cabe aos consumidores falhos, pode também ser verificado na condição da ralé estrutural, enquanto imprestáveis, inadaptados e *“destituídos, principalmente, do reconhecimento pela sociedade de sua condição de “gente”* (Freitas e Luna, 2006; 355).

A rápida assimilação de comportamentos cada vez mais fluidos, fugazes, pertinentes ao modo de vida hoje faz com que uma grande parcela da população, já então precarizada em suas condições materiais de existência, em sua sobrevivência biológica, não consiga sequer “assegurar sua sobrevivência social” (Bauman, 2005; 21).

Podemos acrescentar, conforme já vimos, que os valores e normas aceitáveis numa sociedade de consumo têm um grande aporte institucional do Estado e do Mercado. As premiações a seus usos ou as sanções a quem não os assimilem estão, como bem informa Souza (2003), articuladas com a dinâmica institucional, as políticas públicas e as relações de mercado que consolidam esses valores e estas normas.

Podemos observar que o mercado que premia comportamentos considerados aceitáveis, também é aquele que elege os objetos a serem desejados e vendidos, que promete seus ganhos, suscita desejos, e faz um algo a mais: modela e forja o sujeito desta relação, o sujeito que irá consumir estes objetos. São sujeitos de feições jovens, brancos, com um modelo de sucesso financeiro, padronizados em seus modos de ser e estar no mundo. Um sujeito modelado, com sua identidade forjada e desconectada da noção de diferença e sem relação com a alteridade. Um modelo de sujeito que consome e vive entre iguais. Isso se configura como extremamente perverso quando lembramos que as variadas violências existentes no espaço da cidade vêm atingindo os jovens que não possuem este modelo de existência social.

Maneiras de andar e falar, corte de cabelo, formas de se vestir, um conjunto de sinais visíveis e aparentemente insignificantes que traduzem um “campo de forças de uma hierarquia não expressa – entre sexos, classes ou grupos de idade – contribuindo decisivamente para a naturalização da desigualdade em todas as suas dimensões” (Souza, 2003; 47).

Quando Bauman (2008) aponta que em uma sociedade orientada para o consumo, não ser um consumidor habilitado está fora de questão, está chamando à atenção para o fato de que a sociedade de consumo reconhece apenas a si mesma, e nenhuma outra cultura alternativa.

Este “campo de forças sociais de hierarquia não expressa”, no espaço social, é traduzido em lutas simbólicas “agindo através de representações individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades” – no caso, uma cultura de consumo – que por sua vez “tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estruturação do espaço social” (Bourdieu, 2004; 162-163).

Desta forma, podemos pensar que a sociedade que se orienta para o consumo não se legitima simplesmente através de uma imposição simbólica, onde os indivíduos que ocupam a posição de consumidores falhos no espaço social são apenas coagidos a permanecerem onde estão. Todavia, e isso é importante, como as estruturas de percepção e apreciação do mundo social são provenientes da estrutura objetiva do campo social, os sujeitos que ocupam a posição de consumidores falhos podem, ao perceber o mundo como evidente, aceitá-lo do modo como ele é, e passar a agir de forma passiva frente a situações de humilhação e constrangimento (aspecto que será trabalhado a partir das falas dos jovens moradores do Selma Bandeira, no capítulo 4).

Quando pensarmos mais adiante na possibilidade deste mecanismo atuar de forma contundente na vida de jovens pobres nos espaços da cidade, interferindo na produção de suas subjetividades e orientando as suas práticas, o que poderia parecer apenas diferenças de estilo de vida se converterão mais fortemente em uma violência simbólica¹⁵ perpetrada contra estes jovens.

Fridman (1999), ao refletir sobre as condições de vida dos consumidores falhos, retoma uma outra noção trabalhada por Bauman: a produção de seres humanos refugados. Nas obras de Bauman, a noção de consumidor falho e refugio humano se encontram. O consumidor falho é aquele indivíduo, ou grupo social que ao não atender as demandas criadas pela sociedade de consumo, é considerado “descartável”, “sobrante”, “refugio”. Atenta para a produção de seres humanos refugados com as consequências oriundas da Globalização e suas perversas formas de controle social, o autor diz:

¹⁵ A noção de violência simbólica trabalhada a partir de Bourdieu (2010) não minimiza, segundo o autor, o papel da violência física. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe (...) mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da dominação, fazem esta relação se vista como natural (...) quando os esquemas que ele [os jovens] põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (...) resultam da incorporação de classificações], assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (Bourdieu, 2010; 47).

A globalização garante ampla liberdade de movimentos e capacidades de agir à distância para alguns e reserva aos “consumidores falhos” o lugar de platéia desqualificada. (...) Nesse quadro os consumidores atiram-se nos bancos de dados mundiais e os descartáveis da humanidade são submetidos a novas formas de controle social (FRIDMAN, 1999;48).

Com esta afirmação, podemos refletir que a condição de ser um consumidor falho pode passar, também, pelo local que estes indivíduos ou grupo sociais ocupam no espaço da cidade, no espaço de tecnologia e de informação. E, novamente, pensar a noção de lugar como além da noção de contexto social geográfico.

Este fato pode ser ainda mais danoso se pensarmos, a partir do que viemos discutindo até aqui, que as pressões coercitivas atuantes em uma sociedade orientada para o consumo podem ser legitimadoras de mais desigualdades no campo social.

Cortês (2008), ao analisar a construção social da *estranheza* de certos sujeitos que não se ajustam às condições de existência impostas pela condição social contemporânea, (sejam eles os estrangeiros, os consumidores falhos e/ou seres humanos refugados) aponta que:

a crença moderna de que todos têm condições de abraçar os mais altos valores da civilização e que, portanto, estes se encontram universalmente disponíveis, constitui, na verdade, um blefe do liberalismo, pois a aposta não-declarada é que nem todos conseguirão sucesso na empreitada, uma vez que a abrangência do êxito descredenciaria a própria superioridade que se postula (Cortez, 2008;4).

Isso afetaria diretamente a noção de cidadania. Embora nosso trabalho não traga esta temática para discussão, convém assinalar que, para Bauman, a época da sociedade de consumidores é aquela que passou a definir o status de cidadão a partir da capacidade de consumo dos sujeitos. Como podemos inferir de observações diretas da sociedade, existe um grande abismo que separa a “ideologia” de que todos podem ser consumidores de fato e a possibilidade real de sua concretização. Este abismo pode nos revelar que tem havido uma

fabricação incessante de formas mascaradas de “produção de subcidadãos”, “subgentes” ou “subclasse” (Bauman, 2008; Souza, 2003).

Negar direitos, ou revogá-los, pode ser ainda outra faceta das lutas simbólicas que tornam visíveis, explícitas as divisões sociais que não se deixam revelar na noção moderna de dignidade e igualdade humanas.

A negação de direitos a que estão submetidos os ocupantes da posição de consumidores falhos pode ser, ainda, o espelho onde o poder político de manipular e classificar as diferenças de posições no espaço social pode ser mais facilmente identificável. Isso pode estar, a nosso ver, imbricado na rede de relações perversas que o mecanismo de não reconhecimento, posto a funcionar na sociedade orientada para o consumo, tece ao seu redor, à medida que reduz o espaço de tomadas de decisões dos sujeitos que ocupam a posição de consumidores falhos e precariza seus espaços de disposições, ou seja, seu *habitus* (Bourdieu, 2004).

Ao transpor estas reflexões para o espaço social, que os jovens estão inseridos, podemos verificar a gama de situações precárias a que muitos destes estão vivenciando em seus cotidianos. Ser um jovem que ocupa a posição de um consumidor falho, portanto, a posição de não-reconhecimento é ter a possibilidade de encontrar-se em meio a um processo de desestabilização de suas existências sociais e uma estigmatização de seus comportamentos. Discorreremos sobre isso mais adiante.

Com o objetivo teórico de analisar o estigma dos denominados estranhos – consumidores falhos, seres humanos refugados, estrangeiros – com a sociedade contemporânea, e sua relação ambivalente, Côtés aponta:

Se, de um lado, o estigma, em sua atribuição naturalizada de inferioridade, fere os princípios da liberdade individual, da igualdade de oportunidades e da perfectibilidade humana, alicerces centrais do orgulho liberal, sendo por isso, em muitos

casos, submetido a uma “existência subterrânea” (Bauman, 1999: 79); de outro, torna-se indispensável, porque é através do processo de estigmatização que a incongruência própria dos estranhos é recortada e separada do corpo social, que sua estranheza é fisicamente marcada em traços exteriores, visíveis e de fácil identificação (Côrtes, 2008; 4).

A questão da visibilidade está intimamente relacionada com a questão do reconhecimento social e as práticas de vida orientadas para o consumo. Da perspectiva das práticas de vida ela pode ser vista como a manipulação de corpos para que ele se torne o mais atraente possível, escondendo defeitos que são sugeridos pela vida para o consumo para que estejam assegurados a sua aceitação no espaço social.

Trinca (2008) ao fazer uma análise sobre a supremacia da aparência na “cultura do consumo” pontua:

(...) a mercadoria-corpo obedeceria à mesma lógica de outras mercadorias. Porém, nesse caso, não se trata de consumir apenas um corpo, mas também a imagem do corpo, não de um corpo real e sim de um corpo ideal, “perfeito e plástico”, modelo ao qual a realidade corporal deve se ajustar a fim de conquistar felicidade, prestígio e bem-estar (Trinca, 2008; 51).

Almeida (2006) assegura que as novas modalidades de sociabilidade, como imperativo de remodelar-se como mercadoria provocam remanejamentos cruciais nas economias internas dos jovens.

Para Haroche (2005) a visibilidade, na sociedade orientada para o consumo, apresenta-se como sinônimo de legitimidade, de utilidade, de garantia de qualidade, enquanto o invisível, o que não pode ou não é exposto, será o inútil, o insignificante, o inexistente.

Numa sociedade orientada para o consumo, nos termos propostos por Bauman, o inútil, o insignificante, o não exposto, pode ser visto como defeitos corporais assim como grupos de pessoas relegadas a espaços precários de existência. Mas, cumpre ressaltar que, de

uma maneira ou de outra, ambos estão relacionados à aceitação e ao reconhecimento no espaço das relações sociais.

Pensando nisso, ser considerado uma mercadoria defeituosa pode significar não contribuir para a reprodução social e, na perspectiva do reconhecimento social, não ser reconhecido como membro da sociedade de consumidores e ser então, considerado um consumidor falho e/ou refugo humano.

Bauman diz, ao longo de suas obras, que a partir do momento em que o descarte é considerado uma atividade primordial para que novos desejos sejam constantemente produzidos, isso quer dizer que a produção de lixo, e o lixo propriamente dito, são partes essenciais da manutenção do sistema em uma economia de vida orientada para o consumo. Descartar para consumir e consumir para descartar são imperativos deste tipo de sociedade. Vendo por este prisma, não há contradição alguma. O que parecia exclusão, no sentido de não tomar parte do processo, torna-se uma inclusão perversa. A enorme quantidade de produção de pessoas refugadas seguiria, invariavelmente, os padrões de manutenção deste sistema.

Não podemos deixar de dizer que estas condições ferem profundamente a integridade e a dignidade de indivíduos ou grupos sociais considerados consumidores falhos. Integridade no sentido atribuído por Honneth (2007) como dignidade e reconhecimento¹⁶. A tranquilidade advinda de que as suas orientações práticas encontram suporte dentro de sua sociedade fica enormemente comprometida pelo fato de que essa experiência de reconhecimento no campo social depende de pré-condições não disponíveis ao próprio sujeito, já que elas podem ser adquiridas somente com a cooperação de seus companheiros (Honneth, 2007; 88).

Baumam (2005) aponta que a diferença para o *estar* das coisas hoje são as soluções encontradas para dar conta do descarte do lixo e dos consumidores falhos indicados, tratados

¹⁶ Integridade é a indicação da capacidade dos sujeitos de, numa interação, saber que toda a gama de sua auto-orientação prática encontra suporte dentro de sua sociedade.

como seres humanos refugados. Se anteriormente pessoas refugadas, consideradas supérfluas, poderiam ser encaminhadas para outros países, hoje, quando a questão da globalização tornou-se um fato, as soluções têm que ser encontradas localmente, quer isto aconteça na Europa, nos Estados Unidos ou no Brasil.

Com isso, não podemos deixar de lembrar da abundância de programas e projetos sociais que pretendem “incluir” um enorme contingente de pessoas privadas de condições materiais e sociais de existência, e que ocupam a posição de consumidores falhos. Uma enorme quantidade destes programas se sustenta na idéia de viabilizar a inclusão através do consumo, ainda que jamais tire os beneficiários do lugar de consumidores falhos, inadaptados.

Como diria Martins (2003), essa reinclusão se dá de uma maneira que a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. Este fato revela outra forma perversa de inclusão aliada à individualização: estar nestas condições é uma “escolha do indivíduo que não aproveitou bem as oportunidades ou agiu de forma anti-social” (Pedroza, 2008; 491).

Os seres humanos refugados de uma sociedade onde o consumo passou a assumir um papel chave na coordenação e reprodução da estratificação social, onde a lógica do descarte e da rápida substituição de objetos transforma-se em regra de integração social, também podem (e comumente o são), ser apontados como classes perigosas¹⁷ e depositários de medos e desconfianças que tanto perpassam o espaço das cidades na contemporaneidade. Passemos a elas.

¹⁷ Grupo social representado pela relação ao “mundo do crime” e não ao “mundo do trabalho” (Guimarães, 2008).

2. CIDADE E JUVENTUDE NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre as vivências nos espaços da cidade, a partir das transformações que o atual estado da modernidade, posto por Bauman, trouxe para a questão do reconhecimento social e as repercussões destas para as práticas cotidianas dos jovens e, em especial, de jovens moradores de áreas populares.

Dirigiremos inicialmente o nosso foco de análise para a constituição e organização das cidades, de modo que possamos apreender as relações e correlações de forças inscritas no campo social.

Dos vários códigos que deciframos nos espaços da cidade, e a variabilidade de práticas sociais que pudemos encontrar, nos centraremos na situação social de bairros e conjuntos habitacionais caracterizados pela precarização das condições materiais de existência, considerando que é em função desse lugar de moradia que muitos jovens vivenciam situações de humilhação, indiferença, falta de respeito, não reconhecimento e falso reconhecimento social.

Iniciaremos problematizando, de forma bastante resumida, a questão sobre o que é cidade e assinalaremos a maneira pela qual abordaremos o fenômeno urbano.

2.1 – A cidade na Modernidade Líquida

Procuramos no dicionário da língua portuguesa a definição posta para a palavra cidade, do latim *civitate*, e encontramos:

“Substantivo feminino. 1. Complexo demográfico, social e economicamente formado por uma importante concentração populacional não agrícola, i.e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro, e cultural; urbe”.

Podemos notar que a definição de cidade, além de trazer aspectos característicos do que seja cidade – complexo demográfico, concentração populacional etc – possui também uma caracterização por oposição, ou seja, atenta para o fato do que a cidade não é uma concentração populacional agrícola. A cidade, ao ser definida assim, se opõe ou contrapõe ao agrícola, ao rural, ao campo.¹⁸

Alguns trabalhos utilizam o aspecto físico para definir o que seja cidade, levando em consideração o número de habitantes, seus limites territoriais, suas fronteiras físicas. Tudo aquilo que, via de regra, ajuda a defini-la enquanto um território na Unidade da Federação. Podemos encontrar este critério como base, comumente utilizada, em recenseamentos.

Isso nos leva a pensar que a definição de algo pode levar, ao mesmo tempo, ao aparecimento de relações, de diferenciações e, também, de hierarquizações e dicotomias.

A partir disso, começamos a inferir que relações hierarquizadas e assimétricas são, portanto, construídas, elaboradas socialmente, e não “objetos naturais” como à primeira vista possam parecer.

Weber (1976) ao problematizar o estudo da cidade, o que faz dela um conceito, um objeto de estudo da sociologia e a relação destes fatores com o modo de estudá-las, nos diz que não podemos levar em consideração apenas seu tamanho físico:

“Neste caso, só localidades relativamente grandes seriam cidades e dependeria das condições gerais o ponto a partir do qual se devem começar a considerá-las como tais. Porém para aquelas localidades que no passado possuíam caráter jurídico de cidades não se aplica de forma alguma a esta característica. E na Rússia atual existem “aldeias” com vários milhares de habitantes, maiores que muitas “cidades” antigas, que não possuíam mais que algumas centenas de vizinhos” (Weber, 1976;57).

¹⁸ O binômio campo-cidade, no mais das vezes opositor, está presente também em poesias, músicas, onde ora exaltam um estilo de vida, ora exaltam as benesses do outro.

O autor sugere que para definir cidade e aclarar o conceito, que de uma outra forma perderia sua especificidade, melhor seria falar em sentidos de cidade, ou seja, em cidade no sentido econômico, cidade no sentido político-administrativo, o que deixaria sua definição mais clara e com uma melhor possibilidade de estudá-la. Weber afirma ainda que, desta maneira, poderiam surgir categorias distintas de cidade e formas de trabalhá-las nessa perspectiva, nesse contexto.

Nossa pesquisa bibliográfica nos leva a crer que podemos passar a definir cidade a partir das novas configurações e redefinições de circuitos e práticas, das alterações de distância e proximidade, das novas referências de tempo e espaço. Esses novos significados, advindos das transformações e reconfigurações na ordem do consumo são, conforme nos indica Santos (2008), resultado das modificações que afetam a relação entre Estado, Economia e Sociedade.

Simmel (1976) enfrenta a equação de como a metrópole dispõe sobre os conteúdos individuais e superindividuais da vida tentando responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas. Com Simmel, a cidade ou, para usar a terminologia do autor, a metrópole, é estudada na perspectiva da vida mental dos cidadãos. Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida. Simmel parece abordar a questão do fenômeno urbano deslocando a questão da metrópole – sem deixar de considerá-la em suas discussões – para abordá-la pela perspectiva da personalidade do indivíduo e seus ajustamentos às forças externas.

É fato que ao considerar a problemática urbana, a relação indivíduo/sociedade – discussão tão cara à Sociologia – se coloca e recoloca a todo instante.

Como as transformações estruturais no espaço das cidades interferem na vida de segmentos sociais? Ou, por outro ângulo, como determinados segmentos sociais estruturam suas práticas em um meio social que ao se transformar requer novas leituras do espaço social?

Ao questionar esta relação na problemática urbana, encontramos respostas variadas, que parecem deslocar o pêndulo da discussão da questão do objetivismo – subjetivismo ou, ainda, de considerações que tomam uma via explicativa meramente econômica, onde tudo o mais são apenas epifenômenos desta.

Optamos por uma maneira de abordar o problema que leva em consideração não apenas as modificações estruturais, mas também os imaginários e sentidos – as percepções – que segmentos sociais buscam para explicar as modificações por que passam as relações sociais no espaço das cidades.

Dito isto, pressupomos que ao lançarmos um olhar analítico aos espaços das cidades, encontraremos objetivadas as relações sociais de uma sociedade que se orienta para o consumo, assim como as diferentes representações construídas sobre eles. Ao falarmos em espaços da cidade, estes são espaços físicos, mas também espaços de diferentes práticas e trajetórias, portanto, espaços de representações.

Nesta perspectiva, concordamos com Santos (2008) quando afirma que os espaços das cidades comportam um feixe de forças desiguais que está sempre mudando de significações devido ao movimento social e pode, também, ser apreendido como um imenso movimento do mundo. À medida que concordamos com a perspectiva de Milton Santos acrescentamos que locais de moradia atuam na construção de cotidianos e vivências, organizando suas práticas e agindo significativamente na construção de percepções, de leituras do campo social.

Nesta mesma direção, Telles (2006) afirma que pensar a cidade a partir de referenciais polarizadores entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, pouco esclarece sobre as novas configurações que têm sido redesenhadas no mundo social. A autora entende que os

grandes equipamentos de consumo já compõem a paisagem urbana, redefinindo circuitos e práticas entre os sujeitos sociais.

As cidades orientadas para o consumo são cidades que têm seus desenhos baseados também nas práticas dos grandes equipamentos de consumo: lojas, centro de compras – *shoppings centers*, dentre outros. Estes equipamentos de consumo além de trazerem uma nova configuração para a estrutura física da cidade levam, com eles, a lógica de exclusão presente no campo social da sociedade de consumidores. Onde eles se instalam geralmente conseguem modificar o seu entorno.

A redefinição de práticas na cidade pode ser vista desde a rápida construção de vias de acesso aos equipamentos de consumo, estradas pavimentadas, linhas de ônibus anteriormente existentes, melhorias físicas do entorno, até a contínua propaganda do mercado para que os indivíduos “se ajustem para morar e agir em seu novo habitat natural estruturado em torno dos *shoppings centers* e nas ruas, nas lojas” (Bauman, 2008; 73).

É interessante observar que essa redefinição de circuitos e práticas no espaço da cidade comumente pode ser traduzida em novas maneiras de experienciar os espaços da cidade. São novas áreas de lazer, novos locais de sociabilidade e novos espaços de trabalho. Percursos pela cidade que vão se redefinindo pelos prazeres e obrigações. Como afirma Cassab (2001;132-133), “*A nova ordenação das cidades vai construindo centros de comércio, trabalho e lazer em um só equipamento (...) e que se apresenta de forma autônoma para os sujeitos*”.

Neste sentido começamos a ver que o “*próprio viver na cidade é sinalizador de que o espaço é dotado de variabilidade de práticas sociais ou usanças, na terminologia de Certeau, expressivas da dimensão criativa e relacional do uso do espaço citadino*” (Barreira, 2007; 166).

Estes novos desenhos não somente reconfiguram caminhos, como passam a redefinir os locais destinados às parcelas da população privadas de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, privadas de bem-estar, de direitos, de liberdade, de esperança, ou seja, aquelas pessoas que, em termos concretos, chamamos de pobres. (Souza, 1997; 18).

A cidade que podemos descrever, a partir do percurso teórico de Bauman, da sociedade orientada para o consumo, aparece como local de segregação, de classificação diferencial de seres humanos, das desigualdades estabelecidas e, principalmente, o lugar onde se pode observar o enorme contingente de pessoas, dentre eles os jovens, que ocupa a posição de consumidor falho no campo social.

Uma sociedade onde, cada vez mais, convive com a imensa mobilidade daqueles habilitados para o consumo e a condenação à imobilidade daqueles que foram perversamente declarados como supérfluos (Bauman, 2005, 2007, 2008).

Bauman (2005) chama a atenção para o quão curioso é imaginar que aos consumidores falhos seja destinado um local tão raro nas características da modernidade líquida: o local da permanência. Na verdade, os consumidores falhos são constantemente interpelados a permanecer no espaço onde moram, ou seja, desestimulados de circular livremente pela cidade.

“Os moradores sem meios, e por isso vistos pelos outros como ameaças potenciais à sua segurança, tendem a ser forçados a se afastar das partes mais benignas e agradáveis da cidade e amontoados em distritos separados, semelhantes a guetos” (Bauman, 2007).

Essa falta de incentivo é, na verdade, em parte, produto da falta de neutralidade das práticas do Estado e do Mercado, que premiam os comportamentos considerados aceitáveis e punem as disposições consideradas inadequadas nos espaços da cidade.

Com a assertiva de Bauman, não estamos dizendo que a estas pessoas estão vedadas construções de estratégias individuais ou em grupos para ocupar diferentes espaços da cidade.

Vejamos o que Cassab (2001) sublinha ao falar como os diversos segmentos sociais com precárias condições de existência material viabilizam sua permanência nos espaços da cidade e organizam trajetórias:

(...) O próprio espaço urbano se redesenha: antigos bairros são reinventados em sua ocupação, as ruas se enchem de ambulantes, mendigos, vendedores itinerantes, pequenos golpistas, crianças de rua, todos com estratégias próprias de sobreviver que incluem um conhecimento sofisticado dos próprios recursos técnicos da cidade (Paoli e Almeida apud Cassab, 2001; 101).

Destacamos, porém, que concordamos com Souza (2003; 14) quando este diz que as reações a processos econômicos, políticos e sociais excludentes “*têm limites variáveis, de acordo com as circunstâncias históricas, com as conjunturas e com a história da vítima*”.

Esses três fatores – circunstâncias históricas, conjunturas e história da vítima – acabam por nos remeter aos locais de moradia que os agentes, no caso, jovens, vivenciam seus cotidianos, elaborando suas percepções e práticas.

Duarte (2002) é um dos autores que afirmam a importância dos locais de moradia dos agentes como espaços significativamente decisivos para construção de suas auto-representações. O local de moradia, para o autor, é aquele que diz muito de seus habitantes – afirmamos que estes locais podem ser bairros, conjuntos habitacionais ou ruas das cidades.

Dentre estas possibilidades de moradia, Duarte (2002) descreve e discute as especificidades dos agentes sociais que têm o bairro como referência urbana mais próxima e imediata que revelam as condições reais e concretas da vida. Salienta que se a vida adquire sua concretude no espaço do bairro, este se transformaria em um espaço onde o cotidiano é vivenciado de maneira mais vívida, e sua influência seria decisiva na maneira em que seus moradores se movimentam e se inserem no espaço mais amplo da cidade.

A importância do bairro como experiência primeira de inserção no espaço da cidade também é salientado por Certeau (1998) quando este afirma que ele é uma “*configuração*

primeira, arquetípica de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública (...) um pisar incansável, por que cotidiano”, que organiza e estrutura um sujeito público (Certeau, 1998; 65).

Esse aspecto ressaltado por Certeau, nos faz pensar o bairro como um local de grande importância não apenas funcional, mas como lugar de reconhecimento, de convivência e de complexas relações. A complexidade das relações seria não apenas as relações entre bairro e cidade, mas as relações cotidianas, o ir e vir de seus moradores, os caminhos realizados em suas mediações, pelas memórias de vida que aí se encontram.

Entretanto, o bairro possui uma história, uma origem, suas espécies vegetais, sua hidrografia – quando a possui – suas ruas, vias, infra-estrutura, seu comércio, seus aspectos sociais ao longo do tempo, suas práticas culturais. O bairro é assim, um microcosmo – no dizer de Nobeit Elias (2000).

Levar em consideração a história do bairro é estarmos atentas a dois movimentos: uma história que ao mesmo tempo traz em si a história do lugar em que ele está inserido – a cidade como um todo, o estado, o país, o continente – e, ao mesmo tempo saber que o bairro tem sua própria história, caminhos e origens, considerando que esta singularidade não é mera expressão direta das conjunturas nacionais, econômicas e políticas (Duarte, 2002).

Leão Barros (2004) diz que, do ponto de vista político-administrativo, o bairro corresponde à dimensão do território ideal para a reivindicação coletiva. Esta especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante, uma possibilidade de que ações, aparentemente desconexas, possam adquirir uma significação política, apresentando soluções para uma diversidade de problemas que possam surgir.

Pensar os locais de moradia – bairro – como referenciais importantes para a construção da auto-representação e das percepções de seus moradores, como uma unidade

territorial e política importante, nos remete a pensá-lo também pela óptica dos conflitos e disputas sociais.

Elias (2000) é um autor que ao estudar os processos de interações entre dois bairros, descreve e aponta as várias formas de relações desiguais, disputas e estigmatização que faz com que grupos querelantes interfiram no acesso a recursos de poder.

O aspecto saliente de sua relação é eles estarem ligados de um modo que confere a um recursos de poder maiores que os do outro e permite que esse grupo barre o acesso dos membros do outro ao centro dos recursos de poder e ao contato mais estreito com seus próprios membros, com isso relegando-os a uma posição de outsiders (Elias, 2000; 32).

Embora não estejamos tratando de disputas entre bairros ou aglomerados vizinhos, este modelo de relação exposto por Elias – a relação estabelecidos-outsiders – é interessante ao observarmos que o autor leva em consideração dimensões que vão além do viés meramente econômico e a pensa a partir de uma lógica que fala dos afetos, das fantasias, das experiências afetivas.

As disputas de poder que envolvem o espaço social numa sociedade que se orienta para o consumo também não são dadas *a priori*. São lutas por imposição de discursos, percepções e práticas hegemônicas que interferem diretamente nas condições reais e concretas da vida.

Estas lutas além de expressarem a relação entre os diversos espaços da cidade – com sua composição baseada na distribuição de capital econômico e social – comumente deixam antever que existe uma aproximação muito estreita entre desigualdade nas condições de luta e disparidade entre locais de moradia. Mas ressaltamos que é importante levar em consideração a advertência de Ivo (2010) quando relaciona a questão urbana e a questão social:

Isso não quer significar um simples exercício de “localização espacial das classes, mas supõe considerar as variáveis do território e do espaço como elementos intrínsecos da “questão

social” e da complexidade de como ela se estrutura nas sociedades urbanas (Ivo, 2010; 10).

As problemáticas sociais, traduzidas por uma sociedade que se orienta para o consumo, põem a questão das desigualdades do espaço das cidades sob a perspectiva de que *“a partir dela se ratificam novos espaços de diferenciação ou a invenção de outras maneiras de distinção”* (Ruscheinsky, 2010; 419).

2.1.1 – Cidade e reconhecimento social

Recuperaremos aqui a orientação de que as cidades constituem espaços plurais e heterogêneos, passíveis de produzir diferentes sentidos e significados a depender da posição e do lugar que o sujeito ocupa no campo social. Estes diferentes sentidos e significados assinalam a multiplicidade de vivências no espaço da cidade, assim como indicam que as experiências neste contexto se inscrevem em níveis profundos para atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas dos sujeitos. Neste sentido, passamos a estudar os espaços da cidade como campos de relações entre os agentes que reproduzem as relações objetivas da sociedade.

Lembremos, para tanto, que as transformações mais recentes da modernidade indicam o estabelecimento de critérios hegemônicos para classificação e estratificação social que instituem, através da posição dualista consumidor habilitado/consumidor falho, os sujeitos considerados aptos a serem reconhecidos como sujeito de direitos, e aqueles que são considerados inadequados e não merecedores do reconhecimento social. Entendemos que estes critérios organizam diferentes percepções do mundo social e podem, na medida em que são reproduzidos nas práticas cotidianas, organizar o próprio espaço das cidades e a construção das representações sociais.

Estas mutações nos critérios de reconhecimento social são indicativas, a nosso ver, de alterações nas operações práticas dos sujeitos e nas diferentes visões que estes têm das divisões sociais e de suas posições no campo social.

A cidade pensada como campo de relações sociais surge assim, não somente como centro de produção, de circulação, de consumo e de bens materiais, mas também como produtora de representação e símbolos. Nestes termos, pensar a cidade significa analisá-la em sua dimensão objetiva e subjetiva, realçando sua materialidade e suas representações. É, o que Gomes (2008) nos chama a atenção:

“Lê-la como parte integrante de um sistema comunicacional, o que significa ir além das materialidades, e considerar as representações que se fazem da cidade. Já se disse, há muito, que as cidades são construídas com pedra e carne, mas também com os signos e as linguagens, de modo que as representações passem a ser integrante de um sistema comunicacional” (Gomes, 2008; 1).

Ao assinalarmos que a cidade ocupa uma importante posição na produção de representações e símbolos, nos distanciamos de entendê-la como um campo onde artefatos ideológicos se impõem completamente. A cidade que pensamos nesta dissertação não é um mero campo de ressonância de uma cultura hegemônica de dominação, mas um local onde diferentes sujeitos fazem suas elaborações simbólicas ajudando a desenhá-la e a redefini-la (Cassab, 2001; 34).

Cumpramos assinalar que estamos pensando os sujeitos nos espaços da cidade como aqueles que “podem sempre escapar à rigidez das estruturas sociais e produzir ações que fogem a esquemas pré-estabelecidos e pré-determinados pelas normas e estruturas da sociedade”, mas – e isso é muito importante para o nosso estudo – sabemos que na “vigência de uma situação hegemônica as posições dos sujeitos e o repertório de ações possíveis” sejam mais ou menos definidas (Vasconcelos, 2005:31).

Neste movimento importa questionarmos até que ponto as visões de mundo que se orientam pontualmente para o consumo conseguem, através de estratégias constantemente elaboradas no cotidiano e sedimentadas nas práticas de reconhecimento e não reconhecimento social, podem manipular a imagem que os diferentes sujeitos fazem de si e de sua posição no espaço social. Até que ponto jovens moradores de espaços populares, comumente afetados por precárias condições materiais de existência, tendem a perceber o mundo social e a aceitá-lo a partir do olhar que não os reconhecem e os excluem dos espaços da cidade.

É importante pensarmos nas negociações simbólicas e alternativas de sobrevivência social construídas por sujeitos que ocupam espaços na cidade projetados pela exclusão no campo social.

O não reconhecimento nos espaços da cidade frequentemente é acompanhado da marginalização e criminalização da pobreza que atribuem a este segmento social a responsabilidade pela “desintegração do espaço público”, pelas variadas manifestações da violência, e o “esgarçamento” dos laços sociais no núcleo urbano (Wacquant, 2008:10).

Estes processos de não reconhecimento e criminalização da pobreza, vistos por Lüic Wacquant como uma “demonização” de alguns residentes da cidade, “formam uma combinação estrutural e discursiva, em que cada elemento reforça o outro e em que ambos servem para legitimar políticas públicas de abandono urbano e contenção penal” (Wacquant, 2008: 11).

A situação de desamparo social a que muitos jovens estão sendo submetidos nos espaços da cidade pode ser indicativa de que as relações entre as instituições de políticas sociais e públicas e este seguimento social têm se dado a partir do local de exclusão no campo social, melhor ainda, a partir da posição de consumidores falhos que estes sujeitos ocupam na sociedade que se orienta para o consumo.

Este local de exclusão, material e simbólica, que alguns sujeitos ocupam nos espaços da cidade frequentemente tem uma estrutura que combina enclausuramento organizacional compulsório baseado no “confinamento espacial”, “estigma” e na restrição a transitar por outros espaços da cidade (Wacquant, 2008:12). Trazemos as características com que Lúic Wacquant trabalha a questão do “gueto” apenas para dar à nossa dissertação a perspectiva de pensar que os locais de desigualdade nos espaços da cidade, que os jovens vivenciam seus cotidianos, não são separações naturais na forma de convívio humano, mas um tipo de violência, material e simbólica, coletiva, concretizada no espaço urbano. Este tipo de violência baseada no confinamento espacial demonstra que as transformações no atual estado da modernidade é uma ambivalente relação entre uma grande mobilidade espacial para algumas pessoas e um enorme confinamento urbano para um grande seguimento social.

Vista por este ângulo, a cidade também pode ser pensada enquanto “um outro” na constituição de sujeitos jovens, que constroem seus conhecimentos do mundo e orientam suas escolhas a partir dele (Cassab, 2001: 31).

Esta importante posição de “outro” que a cidade ocupa na constituição de sujeitos jovens e na relação destes com a constituição de autoestima e respeito social – percebida através do “senso do seu espaço e do senso do espaço do outro” –, nos faz caminhar um pouco mais sobre as condições de ser jovem hoje, morador de espaços desiguais (Bourdieu, 2004; 158).

2.2 – Ser jovem hoje

O que acontece quando jovens são interpelados a vivenciar seu cotidiano em um espaço onde o reconhecimento social se dá a partir de práticas e valores sociais orientados para o consumo?

Após apresentarmos as características de uma sociedade de consumidores, aquela que se orienta para o consumo, e as relações que se estabelecem no campo social com suas repercussões para a questão do reconhecimento, precisamos pensar o que é ser jovem hoje, frente às transformações no campo social para, logo depois, nos aprofundarmos na reflexão sobre os jovens que vivem suas existências no espaço da cidade ocupando a posição relegada aos consumidores falhos.

A expressão “ser jovem” que utilizamos em nossa dissertação se articula em pensar a juventude enquanto representações sócio-culturais, e ao mesmo tempo, uma condição social.

Afirmá-la enquanto representação e condição significa que estamos levando em consideração os variados sentidos e significados e que estes são elaborados a partir de uma dada posição social e um contexto sócio-histórico definido. Significações e sentidos construídos por diversos grupos sociais e situações vividas em comum por certos indivíduos (Grosso, 2000).

É importante ressaltar que, caracterizar juventude enquanto situação vivida em comum por certos indivíduos, *“somente poder ser definida através da especificação da estrutura na qual, e através da qual, os grupos situados surgem na realidade histórico-social”* (Mannheim, 1982; 71).

Ao falarmos em grupos situados, no entanto, não quer dizer pensar a juventude enquanto um “grupo concreto no sentido de uma comunidade” (Mannheim, 1982).

A juventude, como trabalhamos aqui, não é *“um grupo que não pode existir sem os seus membros terem conhecimento concreto uns dos outros (...) [e não é, de modo algum] comparável a associações tais como as organizações formadas por um objetivo específico”* (Mannheim, 1982; 69).

Quando delimitamos juventude utilizando as reflexões de Mannheim sobre gerações, estamos pensando que “ser jovem” aponta também para um *“tipo particular de identidade de situação, de “grupos etários” relacionados, incrustados em um processo sócio-histórico”* (Mannheim, 1982; 73).

Desse modo, é importante frisarmos também que não podemos pensar em juventude, apenas levando em consideração a inscrição temporal, similar, de suas existências. Precisamos ter em mente que, à contemporaneidade somam-se as circunstâncias históricas e sociais dos seus locais de moradia. São estas que auxiliam a definir que os jovens que pesquisamos vivem uma situação comum.

É a inscrição em uma situação comum que nos permite trabalhar com os jovens enquanto grupo. E é ela, também, que predispõe os jovens a *“um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante”* (Mannheim, 1982; 72).

Sabemos que pensar a juventude enquanto vivência de transição à maturidade é relativamente nova e que *“por muitos séculos, não se concebia uma fase intermediária entre a infância e a idade adulta”* (Pereira *et al*, 2009; 6). A partir do momento em que a juventude pode ser concebida também por uma fase da vida humana em direção à vida adulta, pensar os jovens, hoje, é também estar atento para o fato de que estes podem estar, mais do que outros indivíduos ou grupos sociais, “preocupados em se inserir na sociedade” (Cruz, 2003; 19).

Novaes (2006) chama a atenção que se a caracterização de jovens pode ser dada pela faixa etária – 14 a 24 anos, esses limites de idade também não seriam fixos, tendo relação também com a condição social que delimitam seus espaços de experiência.

Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo – com o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho –, uma parte

“deles” acaba por alargar o chamado “tempo da juventude” até a casa dos 30 anos (Novaes, 2006).

Isso nos faz concordar com Coutinho e Portinari (2006; 61) quando estes ressaltam que ser jovem, na cultura ocidental contemporânea aponta, sobretudo:

para uma movimentação articulada e infinitamente superposta de muitos imaginários, ou de muitos fragmentos de imaginários onde o jovem emerge como uma “abertura”, uma permeabilidade e uma suposta permissividade no que concerne às fronteiras estabelecidas entre diferentes papéis, práticas e lugares no tecido social.

Ser jovem na contemporaneidade é estar em meio a uma gama de representações que apontam significados diversos para grupos e indivíduos. Não é, portanto, ser jovem de uma maneira homogênea, coesa, ou definida em termos unificados.

A juventude ao ser pensada como concepção fabricada por grupos sociais para dar significações a comportamentos atribuídos a ela, ou seja, imersa em uma rede de representações, revela também que essas significações podem ser passíveis de mudanças e são, ao mesmo tempo, construídas socialmente. Encontramos representações que atribuem à juventude o caráter de fragilidade e vulnerabilidade, até representações que a associam a criminalidade urbana.

Parece certo atribuir à juventude o uso sociológico no plural para lembrarmos a existência de uma pluralidade de juventudes que apontam, ao mesmo tempo, a realidade de grupos sociais concretos e suas diferenciações (Rezende apud Groppo, 2000).

Trazer as representações para pensar as juventudes é ao mesmo tempo salientar que o “ser jovem” não é um processo que o indivíduo, ou grupo social referido, leve à cabo sozinho. Concordamos com Antônio Groppo quando este esclarece que as representações que as

juventudes constroem para si apontam, nem que seja divergindo em diversos graus, para um padrão considerado ideal ou típico da juventude em sua época (Groppo, 2000).

Dissemos o quão diferente a sociedade que se orienta para o consumo teceu as relações sociais e as modificações que trouxe para o espaço social. O mesmo, portanto, não poderia deixar de ser encontrado quando pensamos na questão da juventude.

Takeuti (2002) ao estudar as tramas existenciais juvenis na contemporaneidade aponta que o sentimento de deriva social – o vazio presente na sociedade – parece incidir, de maneira aguda, “sobre as condutas sociais dos jovens, e, mais particularmente, sobre a sua subjetividade” (Takeuti, 2002; 16).

A referência a um campo cultural e simbólico onde as crenças e valores se pautam no individualismo, onde o contato com os outros jovens pode estar acontecendo sob a lógica do descarte que interfere nas suas atividades rotineiras nos espaços da cidade e no domínio de suas expressões afetivas.

Neste sentido, alguns autores estão trabalhando a questão dos riscos e perturbações nas trajetórias juvenis. São situações em que, para citar um exemplo, a gravidez na adolescência é apontada como um “problema social” “contingente à lógica de modernização dos comportamentos sociais e tomada como revelador dos paradoxos e tensões inerentes à socialização juvenil no interior das famílias” (Brandão, 2006; 81).

Se lembrarmos que a sociedade que se orienta para o consumo concentra as suas disposições de comportamento para treinar consumidores desde a mais tenra idade, podemos imaginar que a condição de ser jovem na contemporaneidade está imersa em uma cultura que faz do comportamento consumista a sua “regra de ouro” no campo social.

Inúmeros trabalhos têm sido realizados para compreender as transformações que uma sociedade que se orienta para o consumo tem provocado nas existências sociais de jovens e nas suas subjetividades.

As características de uma modernidade cada vez mais fluida, transformando os espaços sociais e os espaços da cidade, têm ajudado a compor análises de teóricos estudiosos das juventudes. São estudos que tentam compreender as modificações nas vivências da cidade, mudanças nas condutas de jovens, relações entre juventude e outras categorias sociais, a violência, a criminalidade, ou mesmo os efeitos de uma sociedade de consumo, e a moda como questão nas práticas juvenis.

Pais (2006) relaciona as transformações nas estruturas e vidas sociais a uma variedade de condutas, práticas e disposições nos comportamentos de jovens na contemporaneidade. A fluidez, a inconstância, a imprevisibilidade, a turbulência, as flutuações, as desestabilizações, são traduzidas em comportamentos de valorização do risco, a afirmação simbólica, esportes radicais, consumo de drogas, excentricidade no vestir, o gosto pela metamorfose e uma compensatória integração no mercado de consumo transformando-se em agentes de simulacros.¹⁹

Novaes (2006) faz uma reflexão sobre juventude e medo a partir do que ela chama de “paradoxo historicamente inédito” que nos faz lembrar as ambiguidades e contradições da modernidade líquida, e da maneira perversa que se dá o reconhecimento social na sociedade de consumidores.

Na geração em que se alarga, cronologicamente, o “tempo de ser jovem” em relação às gerações anteriores da mesma sociedade moderna, amplia-se a expectativa de vida da população em geral, ao mesmo tempo, também se generaliza

¹⁹ Simulacros, para o autor, se refere à um realidade inventada, “à realidade que atribui aos bens de consumo uma qualidade de esplendor que o mercado capitaliza, dada a potencialidade que esses bens de consumo têm de dirigir a fantasia num mundo dominado pela hiperestesia (sensibilidade excessiva aos estímulos)” (Pais, 2006;17).

um sentimento de vulnerabilidade dos jovens frente à morte (Novaes, 2006; 111).

O sentimento de vulnerabilidade frente à morte, conforme coloca a autora, não se coadunaria com a proposta de uma sociedade que fez da aposta no desejo, por felicidade, a sua matéria-prima para compor comportamentos orientados para o consumo. A contradição expressa nos sentimentos dos jovens é ao mesmo tempo denunciadora de que o caminho percorrido por esse atual estágio da modernidade é, no mínimo, falacioso. Os medos e a insegurança observados por Bauman (2009) para pensar a condição de vida numa sociedade de consumo e suas relações sociais podem – e as pesquisas de Regina Novaes apontam para isso – ser encontrados nos discursos, representações e práticas das juventudes.

No patamar do medo, segundo Novaes (2006), as juventudes, para além de suas diferenças de condições econômicas e do grau de vulnerabilidade, se encontrariam. Os medos que hoje são compartilhados por jovens de diferentes posições sociais variam, conforme a autora, desde o medo da morte, do futuro até o medo de se sentir inadequado.

Parece que podemos supor dois panos de fundo para a condição de ser jovem hoje: o fato de estarem imersos numa cultura de consumo que ajudam a forjar os sujeitos de consumo, ou, nas palavras de Bauman, o consumidor por vocação – aquele que não somente inscreve no sujeito o consumo como um dever e obrigação moral, mas também como uma disciplina e um método de conduta – e o medo compartilhado.

Porém, é quando se fala na generalização do medo, e da insegurança, como característica de uma sociedade que se orienta para o consumo, e a relaciona com a dimensão objetiva dos espaços das cidades, que a juventude passa a ocupar outro lugar no espaço social. As intolerâncias, a procura por responsáveis pela desestabilização do campo social, engendra desconfianças e fazem dos jovens seus principais suspeitos (Takeuti, 2002).

O jovem, na contemporaneidade, vê, e tem, suas existências sociais no espaço das cidades comumente associadas à violência, esteja ele na posição de vítima ou de algoz. Deste modo, poderia parecer compreensível que as práticas dos jovens estejam sendo orientadas por representações sociais onde o medo e a insegurança comumente estão presentes.

Embora estes dois panos de fundo possam sugerir um nivelamento para se pensar as condições de ser jovem na contemporaneidade, apontamos que este nivelamento pode ser ilusório. A “cadeia de mecanismos reativos” quando o assunto é medo, desconfiança e violência nos espaços da cidade, ou, ainda, desorganização de ordens variadas no campo social, não recai homoganeamente sobre as juventudes (Takeuti, 2002).

As representações sociais sobre violência urbana, sobre o caos nas cidades contemporâneas, incluindo a brasileira, e as enunciações de fatos na imprensa, são construídas a partir do lugar social ocupado pelos agentes ou vítimas da criminalidade (Takeuti, 2002).

Podemos verificar também, a partir das discussões feitas no primeiro capítulo, que as disposições de comportamento na sociedade que se orienta para o consumo também não se dão de maneira uniforme, e tampouco o reconhecimento social a partir delas. O fato de estarem imersos numa cultura de consumo faz com que as diferenciações entre os jovens venham cada vez mais à tona. O espaço social não é um espaço de posições homogêneas, tampouco um espaço livre das disputas simbólicas.

Isso nos impele na direção de pensar que quando o consumo deixa de ser um campo social específico para se tornar o modo pelo qual os jovens orientam suas práticas, ou seja, quando a lógica de consumo passa a se tornar o pano de fundo orientador do ordenamento social, as questões postas para estes jovens podem transformar-se em dilemas a serem resolvidos.

Os jovens habitantes dos espaços da cidade, sejam eles de áreas populares ou não, estão constantemente submetidos às solicitações consumistas e aos apelos para uma vida orientada para o consumo: o vestir-se, os modelos de sucesso, como carro, roupas, os inúmeros símbolos de *status* postos a todos.

Takeuti (2002) discute sobre os dilemas de jovens que ocupam lugares de rejeição no espaço social submetidos às solicitações consumistas.

Eles querem também participar das “ofertas” desta contemporaneidade *high-tech* e de todas as suas promessas. E do mesmo modo que buscam entrar neste frenético movimento de consumo de “iguarias” desta civilização contemporânea, eles desejam acessar a condição de cidadãos visto que é o consumo que, em princípio possibilita estes *status*. (...) Assim eles têm como “ádua tarefa”, a produção de sua existência social, “custe o que custar”, e isso a partir de reduzidos recursos (para muitos, a partir do “nada” (Takeuti, 2002; 273).

Esse apelo consumista, segundo a autora, faz com que muitos jovens “olhem desconfiados” para o mundo do trabalho e da educação formal por este ser visto como um mundo que dificilmente lhes possibilitará a abertura à condição de serem reconhecidos como sujeitos (Takeuti, 2002; 274).

O que Takeuti expõe em relação às juventudes pobres e consumo nos faz lembrar o projeto racionalizador, que discutimos anteriormente, e a idéia falaciosa da sociedade onde a ciência e a técnica varreriam a desigualdade, a violência e as lutas no campo social.

Recuperamos um argumento feito anteriormente, de que as condições sociais em que um grupo vive delimitam o espaço de experiência de seus membros, para pensar que assim como fazem com suas representações, as disposições de comportamento dos jovens inseridos em uma sociedade de consumo não podem acontecer de uma mesma forma. Segundo Souza (2003) o pertencimento à classe explica porque os indivíduos – no nosso caso, os jovens – não

se movem de modo arbitrário no espaço social, ao mesmo tempo em que nos informa sobre a constituição de um *habitus* específico.

É este princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social – o *habitus* – que nos faz, novamente, lembrar a existência de juventudes diferentes para jovens com idades iguais (Souza, 2001). “Qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens iguais vivem juventudes desiguais”, informa Novaes (2006; 105). Desigualdades de gênero, de classe social, de local de moradia, atuam como recortes importantes para se pensar a juventude nos dias atuais.

Em outras palavras, hoje, para avaliar as possibilidades de inclusão/exclusão de um jovem, certamente é preciso considerar quanto ganham seus pais, se ele é negro ou branco, homem ou mulher e onde mora. Mas no que diz respeito aos jovens mais pobres, há ainda mais um critério que pode fazer a diferença: hoje existem os “jovens de projeto” (Novaes, 2006; 112).

O recorte que Novaes faz dos jovens pobres – “jovens de projeto” – é importante para lembrarmos que há também diferentes maneiras de vivenciar a juventude nesta condição material de existência, a pobreza. São estilos, estéticas, trajetórias pessoais diferenciadas, auxiliando a fazer, do pensar o que é ser jovem, hoje, um quadro com variadas cores e múltiplas gradações.

Mas, para o que mais nos interessa, estas diferenças e desigualdades são definidoras de práticas no campo social e ao mesmo tempo têm interferência direta na questão do reconhecimento social e na atribuição de respeito e autoestima dos jovens, como discutiremos a seguir.

2.2.1 – Os jovens na posição de consumidores falhos

É intrigante observar que trazemos os jovens na condição de ocupantes da posição social de consumidores falhos, quando dissemos que a cultura de consumo incita valores e normas sociais que valorizam o novo, o jovem, em contraposição ao antigo.

Como pensar que a vida e existências sociais de muitos jovens são desvalorizadas no campo social quando muitos sentidos possíveis atribuídos à modernidade e juventude, numa sociedade orientada para o consumo, parecem coincidir? Quando “ser moderno” parece comportar características de “ser jovem”? O grande interesse pela novidade, a extravagância, irreverência, espontaneidade, ousadia, rebeldia, exclusividade, dentre outros? (Groppo, 2000). Não parece contraditório pensar que, pela perspectiva do desperdício de vidas, uma sociedade que se orienta para o consumo consiga descartar do seu campo social alguns dos membros que portariam a gama de significados valorizados por ela?

Podemos pensar duas maneiras inter-relacionadas de responder a esta questão.

Uma primeira maneira seria tentar respondê-la pela perspectiva da economia, em uma sociedade que se orienta para o consumo. Esta “também deve ser uma economia de objetos de envelhecimento rápido, obsolescência quase instantânea e veloz rotatividade” (Bauman, 2005:36). Por este ângulo, a relação entre novo e obsoleto tem uma especificidade. A imputação de obsolescência, o que torna um objeto ultrapassado e, portanto, descartável, não é somente dada pela idade que ele tem (embora a durabilidade, para Bauman, seja vista com maus olhos por uma sociedade de consumidores). O descarte e a atribuição de imprestável, com destinação ao lixo, passa pela necessidade crescente de substituição dos objetos, pelo incômodo que eles possam trazer e pela pouca duração da satisfação que eles causam.

A outra possibilidade é pensar que as situações de vida material, já então precarizadas, não fazem com que estes consigam atender as disposições de comportamentos requeridas para a sociedade de consumidores e não consigam dessa maneira ter suas existências sociais reconhecidas no espaço da cidade.

Se trouxermos o modelo desta relação para pensarmos os jovens que ocupam a posição social de consumidores falhos, entenderemos as suas posições de seres refugados numa sociedade de consumo, onde é grande a valorização do novo, do que é jovem, sem que isso queira apenas dizer que eles são considerados supérfluos por sua condição material de existência. Embora a pobreza seja um ponto determinante para a noção de consumidor falho proposta aqui – conforme pudemos verificar, principalmente no que diz respeito à precária formação de disposições de comportamento requerida por uma sociedade competitiva – esta dimensão do não reconhecimento do campo social está, também, estreitamente vinculada à colonização do espaço entre os indivíduos, pela lógica de mercado. Os jovens, moradores de áreas populares, são considerados redundantes também pelo incômodo que causam a consumidores exigentes, sejam eles moradores de áreas privilegiadas, ou turistas que consumirão o espaço da cidade como uma outra mercadoria qualquer e, por isso, dificilmente encontram um lugar no campo social que não seja aquele relegado aos “sobrantes”.

Esta relação, a nosso ver, revela a intrincada e perversa teia da produção do refugo humano e dos efeitos que advêm desta produção.

A sociedade de consumidores, conforme já dissemos, reconhece apenas os consumidores habilitados – aqueles que efetivamente consomem e que exibem em suas práticas cotidianas as disposições de comportamento reconhecidas numa sociedade orientada para o consumo, que espera dos indivíduos a contínua atividade de remodelar a si mesmos, e a seus corpos como uma mercadoria vendável e sejam hábeis no descarte e na rápida substituição de objetos.

Estes comportamentos estão no cerne da atribuição de respeito e autoestima, ao mesmo tempo em que são modelos de atribuição de reconhecimento e estima no campo social.

Os jovens, moradores de áreas precarizadas, não consomem como esperado a uma sociedade orientada pelo consumo – no caso brasileiro, são herdeiros diretos da *ralé estrutural* pensada por Jessé Souza – nem tampouco exibem as disposições de comportamento buriladas no próprio ato de consumir. São consumidores falhos, portanto, ao serem consumidores falhos, a sociedade orientada para o consumo, que só reconhece a si mesma, não legitima nem atribui respeito a estes jovens. Como a atribuição de respeito e autoestima se dá no espaço da alteridade, estes jovens, já precarizados em suas condições de existência materiais, podem experimentar humilhação, estigma, indiferença, em suas vivências cotidianas, além de passarem a ter uma enorme possibilidade de se adequarem ao lugar de seres refugados e subgentes, que é deferido a eles.

Ao pensar nos espaços das cidades e nas relações destes com os jovens consumidores falhos, a falta de neutralidade das práticas do Estado e do Mercado vão condensando a relação perversa que descrevemos anteriormente. Nessa conjuntura, o mercado premia a quem passa a se adequar à lógica de consumo, ao mesmo tempo em que atrela valores existenciais, como felicidade, longevidade e amor, a mercadorias vendáveis.

O Poder Público, através de políticas públicas, vai organizando e modelando os espaços da cidade baseado nesta lógica, ao remover comunidades inteiras de seus locais de moradia para embelezar a cidade para o turista, quando não fornecem equipamentos públicos que atendam às demandas dos moradores das áreas a que foram transferidos, quando não organizam os espaços de moradores pobres das cidades ou quando, através de seus instrumentos repressivos, criminalizam a pobreza.

Podemos ainda ressaltar o papel decisivo que algumas Políticas Públicas e/ou Projetos de “cunho social” localizados nas áreas precárias de moradia, mas que, mesmo orientados por ideais de dignidade humana e igualdade, expressam uma hierarquia valorativa dos seres humanos ao referirem-se ao espaço de moradias desses jovens como lugares de *cultura violenta*. Essa noção de cultura violenta, além de essencializarem o fenômeno da violência, atribuem a estes espaços um elemento intrínseco e potencializador de violência.

Isso pode também nos ajudar a pensar que as políticas públicas, ou programas e projetos que lidam com estes jovens, atuam no sentido de modelar seus comportamentos e corpos no sentido “do trabalho”, em um momento onde o reconhecimento social vem se dando a partir do consumo e das disposições de comportamentos esperados por uma sociedade de consumidores. Isso pode inclusive apontar a pouca eficácia do sistema educacional. Como esperar disposições de comportamentos orientados para o trabalho e a educação formal quando o lema disseminado pela sociedade, e materializado nos espaços da cidade, é a fruição de desejos através da aquisição de objetos de consumo?

Estes programas e projetos têm cada vez mais utilizado um recorte de território para organizar suas práticas e comumente vêm sendo implantados em bairros e conjuntos residenciais populares. Wacquant (2007) ao refletir sobre a lógica policial e punitiva que podem estar anexadas às atividades de serviços educativos e sociais alerta:

Se os bairros pobres forem saturados com policiais, sem que haja uma melhoria efetiva nas oportunidades de emprego e nas condições de vida nessas áreas, e se não forem multiplicadas as parcerias entre o Sistema de Justiça criminal e os outros serviços do Estado, o que estará sendo assegurado é o aumento da detecção de condutas ilícitas e a ampliação do volume de detenções e condenações judiciais (Wacquant, 2007; 59).

Wacquant (2007) aponta ainda que estas “categorias deserddadas”, que são a presa favorita da justiça criminal, frequentemente já têm suas vidas e suas condutas coercitivamente

acompanhadas pela assistência social através de programas, políticas e projetos. Nessa perspectiva, para Wacquant, *“a penalização da precariedade cria novas realidades, e realidades feitas sob medida para legitimar a extensão das prerrogativas do Estado punitivo, segundo o princípio da profecia auto-realizante”* (Wacquant, 2007;71).

Comumente a noção de inclusão dos jovens é abordada a partir da relação entre escola e trabalho. Esta passa a compor não apenas os objetivos de políticas públicas pensadas para juventude como também os variados discursos que versam sobre os jovens na atualidade.

Com isso, não queremos apontar que a escola, o trabalho e o lazer, sejam pontos já garantidos a estes jovens; não o são. Não precisamos de tratamento teórico para esta questão. Os indicadores sociais mostram desigualdades cada vez mais absurdas. O que tentamos mostrar aqui é que aconteceram mudanças substanciais na questão que envolve o reconhecimento social.

Takeuti (2002) ao entrevistar jovens moradores de espaços populares diz que a tríade estudo-trabalho-dinheiro, apesar de estar presente nas falas dos jovens, foi manifestada através de um profundo descrédito e apatia.

A escola como meio para “mudar de vida” tratar-se-ia, para eles, de uma exigência para um certo tipo de inserção profissional e social, a qual muitos têm a certeza de ser algo longínquo a poder atingir, na medida em que são confrontados com as suas precárias condições sociais objetivas de vida (Takeuti, 2002; 67).

Os jovens moradores de áreas populares, conforme vimos, não podem ser pensados enquanto um grupo homogêneo. São estilos de vida, estéticos, participações políticas que se distanciam da realidade de um grupo coeso, unificado. Porém, da perspectiva do reconhecimento que estamos tratando aqui, estes jovens podem experienciar enquanto uma situação comum, a falta de respeito social também a partir do lugar onde moram.

Se pensarmos este ponto a partir da óptica das representações sociais, podemos dizer que mesmo indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social possam ser bastante diferentes em termos de suas personalidades, eles se aproximam uns dos outros no que diz respeito à estrutura básica de sua experiência social comum, seu pensamento e de sua ação. Eles são similares com respeito ao *habitus* – no sentido atribuído por Bourdieu – que incorporaram, bem como com respeito aos padrões de linguagem e racionalização que compartilham, isto é, com respeito às suas representações sociais (Minayo,2002).

Para aqueles que trazem em seu corpo os signos visíveis de desvantagens no jogo de inserção social, a cidade é um espelho de alta reflexão. Quando fora de seus espaços, são identificados como não-cidadãos (Cassab, 2001;41).

É com este foco que passaremos a apresentar a constituição do espaço da cidade de Maceió, sua relação com os espaços populares e as representações dos jovens moradores do Conjunto Habitacional Selma Bandeira.

3. A CIDADE DE MACEIÓ E O CONJUNTO HABITACIONAL SELMA BANDEIRA

Este capítulo tem a intenção de trazer as informações colhidas a partir da Observação Participante que realizamos no Complexo Benedito Bentes e no Conjunto Habitacional Selma Bandeira.

Como passo preliminar, faremos uma breve discussão sobre as modalidades de intervenção no espaço urbano com foco em ações que transferem os segmentos sociais com precárias condições materiais e sociais dos seus locais de moradia. Essa breve discussão se justifica pelo fato do Conjunto Selma Bandeira, contexto sócio-espacial onde se deu nossa pesquisa, ter sido construído para atender as decisões do poder público municipal da cidade de Maceió. O propósito do capítulo é fornecer as informações necessárias para que consigamos delinear o meio social em que os jovens entrevistados estão inseridos, suas dinâmicas e complexidades.

3.1 - Da remoção espacial à reprodução social? Problematizando intervenções nos espaços da cidade

O Cícero [Prefeito] veio aqui (...) disse aí na frente que o Selma é a Ponta Verde dele (...) Ponta Verde (...) cadê que ele vem morar aqui?

Deák (2004) nos diz que o Brasil transformou-se, de um país predominantemente agrário, em um país virtualmente urbanizado. O autor identifica que algumas das características deste processo são a rapidez e a intensidade. Mas, destaca que a natureza desta urbanização não é evidente e compunha contradições: enquanto as oportunidades de vida pareciam o verdadeiro mote de atração para segmentos sociais virem para os espaços da

cidade, existia um movimento contraditório que era o crescimento de “subproletários” que aumentava nos ajuntamentos urbanos. Neste caso, o sentido de melhores oportunidades de vida obscurecia e não explicava a formação de “submoradias”, e deixava antever a relação entre crescimento das cidades e aumento do número de privações a que as pessoas vivenciavam, ou seja, aumentava a pobreza.

Maricato (2007) explica essa contradição estabelecendo ligações explicativas que relacionam o processo industrial, a acumulação capitalista e a história social, política e econômica do Brasil:

As cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas o ambiente construído faz mais do que refletir. Como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica (Maricato, 2007; 83).

Encontramos estes três elementos explicativos de Maricato (2007) no estudo sobre a situação das cidades de Alagoas e sobre os deslocamentos de sua população, feito pelo economista Cícero Carvalho.

O processo de urbanização de Alagoas não foi realizado pela atração das oportunidades nas novas empresas, afirma Cícero Carvalho (2005). Esse fato, segundo o economista, aponta para a importância de levarmos em consideração o aparecimento de dois setores distintos nas organizações das cidades alagoanas: a economia informal, concentrada em bairros considerados periféricos na capital e em outras cidades, e uma grande parcela de população marginalizada que vive “nos quase 300 aglomerados subnormais” – favelas palafitas, grotões e encostas – e nos bairros mais pobres de Maceió.

Uma das consequências mais marcantes deste processo de urbanização, para Carvalho (2005), é a ampliação do déficit habitacional e uma grande concentração de renda na cidade de Maceió. Produzindo 46% da riqueza do Estado, a cidade concentra a maior parte da administração pública Federal e Municipal, além de ser o pólo turístico do Estado (Carvalho, 2005).

Maceió tem atualmente 932.608 habitantes e enfrenta problemas com emprego, habitação, educação, saúde, transporte e infraestrutura urbana. O município tem uma forte presença federal, por meio de políticas sociais e dos programas sociais de distribuição de renda, concentrada fortemente em alguns espaços específicos da cidade (Carvalho, 2005). A intervenção federal atua como parceria importante para superação de históricas desigualdades em Alagoas.

A existência e o funcionamento da economia dos bairros periféricos e das áreas mais pobres não podem ser compreendidos sem estes elementos fundamentais: a intervenção pública por meio das políticas sociais e as transferências redistributivas federais (...) o PETI [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil] coloca mais renda na economia local que todo o Distrito Industrial do Tabuleiro dos Martins (Carvalho, 2005; 32).

O reconhecimento de transformações realizadas com o impulso de Políticas Sociais do Governo Federal, como salienta Carvalho (2005), não nos impede, porém, de problematizar as saídas que estão sendo articuladas para resolver as questões urbanas e sociais de Maceió.

Essas intervenções estatais terminam por ajudar a mapear a pobreza na cidade e delimitar o território ocupado pelos segmentos sociais desfavorecidos, ou seja, por meio da distribuição espacial de programas e projetos de cunho social, podemos ver Maceió como um mosaico de bairros pobres, com configurações distintas, apresentando perfis variados (Kaztman, 2007; 303).

Bairros com grandes extensões territoriais, como o caso do bairro Benedito Bentes, também concentram um enorme contingente de recebedores de renda do Governo Federal, principalmente do Programa Bolsa Família.

Entendemos que a territorialização da pobreza, assim, acaba por transforma-se numa questão urbana urgente, particularmente em função de um enorme contingente de pessoas que passam a morar em espaços estratégicos na cidade. Estes espaços privilegiados podem ser desde centros da cidade em vias de revitalização, até áreas litorâneas. A concentração da pobreza passa, então, a demandar outras intervenções.

Pereira (2005), ao analisar os significados políticos e afetivos do processo de revitalização de um bairro em Maceió, o Jaraguá, afirma que uma ação comumente realizada pelo poder público municipal, para intervir na organização dos espaços da cidade, tem sido remover populações inteiras de seus locais de moradia.

Transferir não para trazer melhorias da comunidade e sim para “limpeza” do local por onde passa a rota turística. Com isso o turismo constrói sua nova base na cidade de Maceió por meio da segregação das comunidades pobres que habitam suas áreas de interesse. Essa atividade econômica se efetiva no ofuscamento da visibilidade da pobreza urbana que caracteriza a cidade (Pereira, 2005; 62).

Estas ações, Pereira (2005) define como políticas que se utilizam da lógica do *incluir para excluir*. Com propostas de garantia dos direitos de habitação e melhores condições de existência (como casa própria, saneamento e outros), essas intervenções, finalmente, atuariam no sentido de demarcar, no espaço geográfico, o que já estaria sedimentado no tecido social, o local da exclusão.

Bauman (1998) salientando que a busca de pureza é também uma busca do atual estado da modernidade e que “*se expressa diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas*” nos diz que:

(...) entre as numerosas corporificações de “sujeira” (...) um caso – sociologicamente falando - e de importância muito especial, e na verdade, única: a saber, aquele em que são outros seres humanos que são concebidos como um obstáculo para a apropriada “organização do ambiente”; em que, em outras palavras, é uma outra pessoa ou, mais especificamente, uma certa categoria de outra pessoa, que se torna “sujeira” e é tratada como tal (Bauman, 1998; 82).

As práticas de remoção e acomodação de grupos de pessoas revelam também que a organização dos espaços da cidade se estabelece em um campo de disputas simbólicas. É a partir das tensões neste campo que os lugares físicos são demarcados na estrutura das cidades, levando em consideração o montante de capital, econômico, cultural ou social, que está em jogo. As disputas por espaços da cidade são, também, disputas por reconfigurações no campo social.

A respeito das disputas no campo social, é razoável questionar se os bairros ou conjuntos sociais que foram originariamente concebidos para receber populações removidas de outros espaços da cidade, e onde abundam programas e projetos de cunho social, não estão sendo favorecidos por elementos que reproduzem as desigualdades de forças no campo social.

Kaztman (2007), refletindo sobre as políticas de superação da pobreza urbana, afirma que os programas habitacionais voltados para a população de baixa renda, além de acarretar a acentuação da segregação urbana, reduz a possibilidade de escolha do novo local de moradia e a decisão sobre que tipo de moradia é melhor e mais adequada para eles.

Tal falta de participação nas decisões sobre seus locais de moradia – o lugar, o tipo de habitação etc – implica na concepção desses moradores como *platéia desqualificada*, ou seja, essa categoria de pessoas, ou segmento social, para os quais a inserção participativa em decisões que versam sobre suas vidas, tem se dado de maneira insignificante.

Porém, a não participação em instâncias formais de participação que deliberam sobre as organizações nos espaços da cidade que influenciam diretamente em suas vidas, não se traduz em desconhecimento sobre o processo de exclusão vivenciado por eles.

Lins (2008), ao enfrentar a problemática da regulamentação fundiária, em Maceió, expõe que os rearranjos no espaço da cidade passam por disputas entre segmentos sociais, onde o Estado participa do processo numa posição de não neutralidade, como podemos observar na reflexão abaixo transcrita:

Em determinado momento da história da favela e do loteamento, quando os representantes da Prefeitura “perceberam” o risco que corriam os moradores da favela, dada a insalubridade do lugar, e quiseram removê-la, ouviram a seguinte resposta de um de seus líderes: *“Se a questão de remoção é a preocupação com a nossa saúde, a mesma preocupação deve ser dirigida aos ricos do lado de lá [os moradores do loteamento], pois a mosca que pousa nos nossos pratos é a mesma que pousa nos pratos deles. Por que não removê-los também?”* (Lins, 2008; 231).

O trabalho de Lins (2008) acentua, ainda, que as desigualdades nas condições de luta e a não neutralidade das práticas de Estado, podem não passar despercebidas pelos segmentos sociais que são os principais alvos da remoção: *“Havia já naquele momento uma percepção dos moradores da favela de que eram os ‘ricos’ que queriam tirá-los de lá e que os representantes da Prefeitura desempenhavam um papel proativo neste sentido”* (Lins, 2008; 231).

A pergunta que surge, do que estamos discutindo, interroga: Os segmentos sociais, que passam por práticas de remoção dos lugares onde moram, são capazes de, além de perceber o lugar desigual que ocupam no campo de disputas simbólicas, traduzir esta percepção em mobilização política e reivindicação coletiva?

Essa questão é muito importante para pensar o bairro de Benedito Bentes, o Conjunto Selma Bandeira e as representações sociais dos jovens que pesquisamos.

3.2 – O Conjunto Habitacional Selma Bandeira

Maceió tem 54 bairros distribuídos em 503 km². A relação entre eles, conforme sugere a fala do morador antigo do Selma Bandeira que reproduzimos aqui, não acontece sem dissensos e disputas sociais, políticas e simbólicas. O mapa abaixo ilustra a distribuição dos bairros de Maceió.

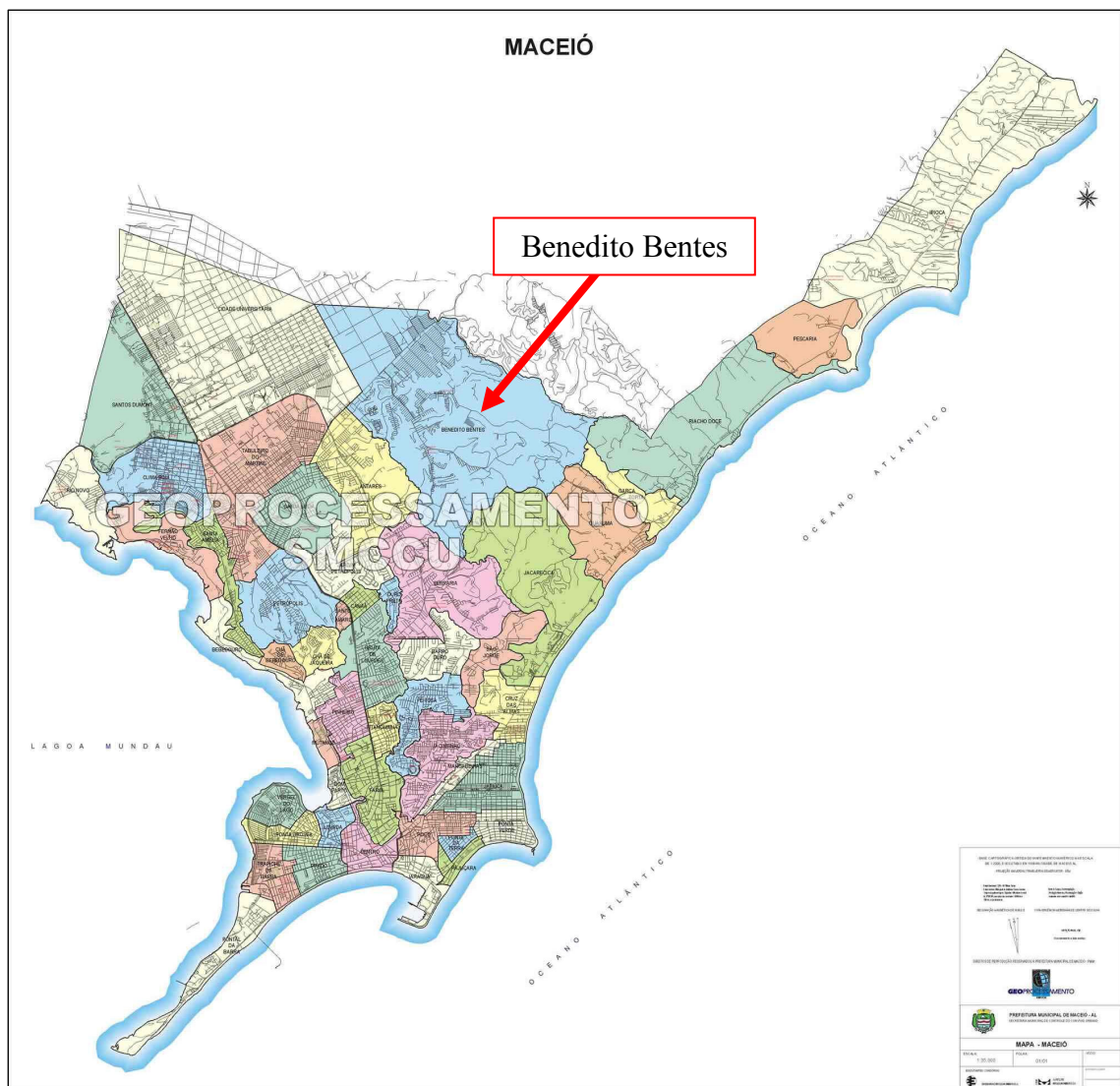


Fig. 1 – Mapa de bairros de Maceió.

Benedito Bentes, conforme podemos verificar no mapa, é um dos maiores bairros da cidade, em extensão, e o segundo mais populoso. Nasceu em 1986, como um Conjunto

Habitacional, construído pela Companhia Habitacional – COHAB, cresceu muito desde então e foi elevado a bairro em 2000.



Fig. 2 – Vista área do Benedito Bentes em 1986.



Fig. 3 – Vista aérea do Benedito Bentes em 2009.

Os dados do IBGE, disponibilizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão, nos informam que o Benedito Bentes possuía em 2007, 78.602 habitantes dentre os quais 41.018 eram mulheres e 37.584 homens.

Formado por oitenta logradouros, diversos conjuntos habitacionais e grotas - Benício Mendes, Frei Damião, Jardim Paraíso, João Sampaio II, Luís Pedro III, Moacir Andrade, Selma Bandeira, Carminha, os loteamentos Alvorada e Bela Vista, as grotas da Alegria e da Caveira – o bairro foi se transformando em um Complexo Habitacional e, recentemente, foi construído em sua entrada um Shopping Center que modificou consideravelmente o entorno do bairro.

Mas, o Benedito Bentes tem uma característica particularmente interessante em relação à formação e constituição de outros bairros de Maceió: ele vem sendo urdido diretamente pelas mãos do Poder Público. Os conjuntos habitacionais que ajudam a compor o Benedito Bentes são construídos para receber moradores vindos de diversas partes da cidade – por políticas de remoção de famílias – e, ainda, para atender demandas de movimentos sociais como o Movimento Sem Teto. São antigos moradores da área lagunar, moradores da região do Porto de Maceió, famílias que moravam em casas feitas de lona e papelão, dentre outros. Mais recentemente foram construídos, também pelo poder público, mais dois conjuntos habitacionais: o Conjunto Paulo Bandeira e a Cidade Sorriso.

Isso, conforme pudemos verificar através de pesquisas que desenvolvemos anteriores a este trabalho²⁰, parece vir contribuindo para a reprodução de disputas políticas e fragmentações na ordem dos discursos e representações sobre o bairro que culminam em uma dificuldade crescente em estabelecer uma agenda de negociações e reivindicações para serem discutidas com o Poder Público.

Essa heterogeneidade confere ao bairro/complexo uma dinâmica representacional variada que parece interferir diretamente na forma como alguns moradores se localizam no espaço onde moram. A exemplo disso, tivemos contato com alguns moradores de conjuntos habitacionais que compõem o espaço do bairro, que não se referiam ao Benedito Bentes como

²⁰ Estamos nos referindo diretamente à pesquisa realizada para o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens que esboçamos na Introdução.

seu local de moradia: “(...) não vou mentir, não moro no Benedito, moro no Moacir Andrade.”

À medida que pesquisávamos o Benedito Bentes fomos ouvindo pequenas histórias contadas por moradores sobre a origem do bairro, residentes antigos e alguns moradores mais jovens: “Isso aqui era o fim do mundo, mas era um sossego, não tinha muro nas casas, era um descampado bonito de se ver.” (morador de 60 anos) Ou, ainda:

“A gente podia sair, jogar bola, ver as canas do outro lado da rua (...) agora a gente não vê mais, tem lixo. Eu cresci aqui, brincado bem aqui, pulava do quintal da gente pra o outro quintal e não acontecia nada (...) ia tomar banho no açude aqui perto, ia andando (...) agora os moleques não podem mais (...) o Biu era outro Biu (...) (morador de 28 anos).

Essa contextualização temporal feita pelos moradores nos auxiliou diversas vezes a entender que a complexidade de relações de um bairro é também mediatizada pelas relações cotidianas, poetizadas pelo ir e vir de seus moradores, pelos caminhos realizados em suas áreas, pelas memórias de vida que aí se encontram, conforme nos revelou Mayol (1998).

Quando procuramos outras histórias sobre o bairro, encontramos, na internet, uma história sobre a construção do Benedito Bentes que o descreve como um lugar ermo, “considerado o fim do mundo, para onde iriam famílias, por ser distante do centro da cidade. A moradia era mais barata, o que facilitou a migração de muitas famílias para esse bairro”.²¹

Em 19 de maio de 2009, o Benedito Bentes foi definido como um dos Territórios da Paz²² - projeto vinculado ao Programa de Segurança Nacional com Cidadania/ Pronasci²³ –

²¹ Informações encontradas no site www.bairrosdemaceio.net

²² O Territórios de Paz é um projeto vinculado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – que tenta articular as diferentes forças de segurança – Polícia civil, Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Secretaria de Segurança Pública – e representantes da sociedade civil. Visa, dentre outras ações, a Criação de Conselhos de Segurança Pública e “atingir jovens em situação de risco para informá-los de seus direitos de cidadania”. É interessante observar que o objetivo do projeto, chamado Geração Consciente é fazer com que o jovem seja reconhecido na sociedade e largue o crime tornando-se um multiplicador dos direitos do consumidor para com outros jovens. Para detalhes ver <http://portal.mj.gov.br>.

justificado a partir de seus altos índices de violência, e passou a abrigar ações, programas e projetos em sua área. Mulheres da Paz, Protejo, Programa de Esporte e Lazer na Cidade, Policiamento Comunitário, Escola Aberta, dentre outras ações mais pontuais qualificadas como ações que visam “aumento e ampliação de cidadania”, tais como: retirada de documentos, cartões SUS, e outros. Destes programas e projetos, o Policiamento Comunitário foi instalado no Conjunto Selma Bandeira.

Foi a partir da escuta das histórias contadas pelos moradores de bairro, e pela referência de abrigar a sede do primeiro Policiamento Comunitário do Estado de Alagoas, que começamos a entrar em contato com o Conjunto Selma Bandeira e suas especificidades. O conjunto Selma Bandeira, para nós, começou a vir à tona neste momento.

Segundo moradores locais, o Conjunto Selma Bandeira foi criado pelo poder público para moradores da Lagoa Mundaú e outros moradores de diversas habitações precárias conhecidas como “cidades de lona”.

O Conjunto tem um Posto de Saúde, uma escola que atende crianças até o 5^a ano do Ensino Fundamental, uma instalação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e a sede do Policiamento Comunitário.

A sua estrutura física é curiosa: Uma avenida que atravessa todo o Conjunto e que parece dividir fisicamente o lugar ao meio. De um lado os equipamentos públicos – a Escola Selma Bandeira, o Posto de Saúde, a sede do Policiamento Comunitário e poucas casas. Do outro lado ruas paralelas onde se encontram quase a totalidade das casas dos moradores, dois mercadinhos, a sede do PETI e a Associação de Moradores. Entre as ruas existem grotas descampadas e área verde. Não existem limites físicos para a delimitação do conjunto. O conjunto tem sete igrejas Evangélicas; não dispõe de ginásio de esporte ou área de lazer, estruturados pelo poder público. O campo de futebol organizado pelos moradores foi

²³ O Pronasci é composto por projetos que, segundo informações, visam ações estruturais, valorização profissional, enfrentamento à corrupção, integração do jovem e da família, segurança e convivência, além de ações de monitoramento e planos habitacionais.

interditado pelo Policiamento Comunitário por, segundo este, ser de difícil acesso para a polícia. Os jovens, no entanto, improvisaram um campo numa área privada onde há, segundo relatos de alguns jovens e do Policiamento Comunitário, constantes disputas pelo espaço.

Durante toda a pesquisa registramos o Conjunto Selma Bandeira, com seus equipamentos públicos, ruas, traçados e movimentações. Disponibilizamos algumas imagens abaixo para que possamos dar um contorno mais claro ao lugar, auxiliando na visualização do espaço do Conjunto.

Durante a apresentação das fotos, discorreremos sobre algumas informações que foram coletas por moradores, ou fruto de nossa observação.



Fig. 4 – Planta do Conjunto confeccionada pelo Posto de Saúde.

Esta planta foi encontrada no Posto de Saúde que, segundo informações, a utiliza para ações e trabalhos da equipe de saúde. Os 4 traçados maiores que podemos ver na foto representam as ruas do conjunto e, os grandes espaços em branco localizados entre eles, as grotas e área verde.

Com o aprofundamento das pesquisas pudemos observar o que chamamos de diferenciações do espaço do conjunto. Em ocasiões diversas, como visita ao Posto de Saúde,

Escola, em conversas com moradores, ouvimos referência a uma rua considerada “muito difícil de trabalhar (...) a rua do inferninho” foi ressaltada como o lugar onde jovens usavam drogas e “ficavam soltos”. A fala que transcrevemos em seguida é de um morador, antigo, fazendo referência à rua: “*não vale a pena ir lá, tudo acontece naquela rua, aquele que vai passando ali [aponta para um jovem], é de lá, aquela rua é perigosa (...) ninguém pode com ela não*”.



Fig. 5 – Planta do Conjunto mostrando limites territoriais do Selma Bandeira.

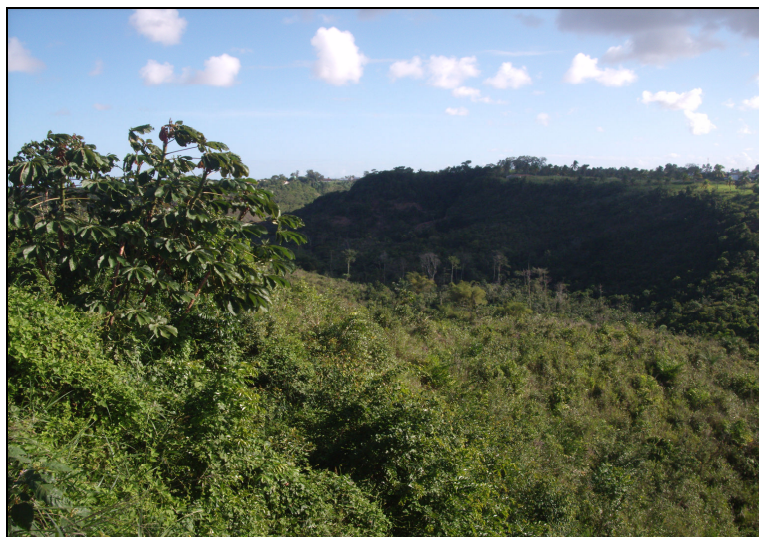


Fig. 6 – A área verde que circunda o conjunto.

Segundo informações existem alguns caminhos abertos pelos moradores para ir a outros espaços do bairro.



Fig. 7 – Área verde com descampado que circunda o espaço do Selma Bandeira.

Próximo a essa área existe uma estrada, de barro, que faz uma ligação entre a parte alta e a parte baixa da cidade, o Complexo Benedito Bentes e o bairro de Jacarecica, próximo à praia.



Fig. 8 – Limite do Selma Bandeira com o Conjunto Moacir Andrade.



Fig. 9 – Limite do Selma Bandeira com o Conjunto Paulo Bandeira.



Fig. 10 – Vista da principal rua do Conjunto.

Como descrevemos anteriormente, nesta rua está localizado o maior número de equipamentos públicos: escola, posto de saúde, policiamento. Nesta rua também está sediada a Associação de Moradores. A linha de ônibus que integra os vários conjuntos foi modificada:

antes era uma linha de integração do bairro, e agora os ônibus que passam pelo Selma Bandeira cobram a tarifa “normal” para percorrer o Benedito Bentes. O ônibus que atravessa o Selma Bandeira foi apelidado, por alguns jovens, de “fábrica de pão”, fazendo referência ao calor no interior do ônibus, à superlotação e à fumaça negra expelida pelo veículo. “*olá, olá, como vem (...) solta pão, solta pão, solta pão (...)*”



Fig. 11 – Principal rua do Conjunto vista por outro ângulo, com jovens reunidos.

Podemos verificar nesta foto alguns jovens reunidos na calçada da Escola Selma Bandeira. Eles assinalaram que este seria um “*bom lugar de sombra*”. Durante o tempo da pesquisa este foi um dos espaços onde comumente encontramos agrupamentos de jovens e moradores antigos reunidos. A área do Conjunto, como lugar de sol forte e “*poucos lugares com cobertura, de sombra*”, foi frequentemente ressaltada. Durante a pesquisa pudemos ouvir várias queixas sobre as dificuldades vivenciadas pelos moradores.

Área de jogo de futebol.



Fig. 12 – Área de jogo de futebol organizada pelos jovens.



Fig. 13 – Área de futebol vista por outro ângulo.

Retratamos a área acima em dois ângulos para que possamos mostrar o tamanho do local onde os jovens improvisam o jogo de futebol.

Segundo informações do Policiamento Comunitário, este local é uma área privada, onde foi pensada a construção de um campo de futebol, mas o proprietário não se dispôs a vendê-la. Informaram ainda, que variadas vezes os jovens põem traves de futebol neste lugar, o proprietário retira, cerca o terreno e alguns jovens pulam a cerca e voltam a jogar bola novamente²⁴. Abaixo, um grupo de jovens reunidos jogando bola.



Fig. 14 – Jovens jogando bola na área de futebol organizada por eles.

Durante a nossa estada em campo, para a observação participante, pudemos conhecer o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a Escola Selma Bandeira, o Posto de Saúde, o Policiamento Comunitário, a Associação Comunitária e conhecer as atividades desenvolvidas por eles.

Entendemos que essas informações são de suma importância para entendermos o conteúdo representacional dos jovens que delineamos como foco de nosso estudo.

²⁴ Esse é um dos poucos componentes de resistência que pudemos observar na vida dos jovens que residem no Conjunto Selma Bandeira.

Verificaremos, no próximo capítulo, que as falas dos jovens estão permeadas de sentidos e significados elaborados a partir de suas vivências no espaço de moradia. É baseado neste fato que traremos a partir de agora não somente as imagens dos equipamentos públicos, mas também as informações que colhemos sobre seus funcionamentos.

A Escola Selma Bandeira



Fig. 15 – A Escola Selma Bandeira com jovens reunidos.



Fig. 16 – Entrada da Escola Selma Bandeira.

A escola é frequentada basicamente pelos estudantes dos conjuntos Luiz Pedro, Moacir Andrade, o recém criado Paulo Bandeira e do próprio, Selma Bandeira e atende alunos do Ensino Fundamental – até o 5º ano.

Segundo informações colhidas na Escola, a violência no conjunto promoveu mudanças significativas na escola, tais como: aumento de muros, segurança privada, o fechamento da escola para a Educação de Jovens e Adultos que funcionava à noite e a inviabilidade da implementação do Programa Escola Aberta no Conjunto Selma Bandeira.

A escola também recebe ações integradas entre o Policiamento Comunitário e o Corpo de Bombeiros em um projeto chamado “Bombeiro Mirim” que envolve 15 meninas e 25 meninos²⁵, e trabalha sobre temas como Cidadania e Primeiros Socorros. Alguns dos monitores do Projeto Bombeiro Mirim são profissionais da Guarda Municipal.

Essas ações articuladas entre Policiamento Comunitário, Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros, segundo coleta de informações, fazem parte do projeto de articulações previstos pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI



Fig. 17 – Sede do Programa de Erradicação do Trabalho infantil, com jovens reunidos.

²⁵ Todos os estudantes envolvidos neste Programa são oriundos da Escola e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O PETI está instalado no Conjunto Selma Bandeira e se localiza a poucos metros da sede da Polícia Comunitária.

O programa atende a todo o Benedito Bentes e a dois conjuntos vizinhos ao bairro. A capacidade do Programa é de 150 crianças, mas apenas 127 estão cadastradas. Destas 127, segundo informações obtidas pela organização do programa, 97 têm frequência regular.

O PETI não dispõe de carro próprio, sendo este um fator que dificulta o trabalho de visitas às famílias das crianças e jovens atendidos.

A sede do PETI é uma casa com salas separadas para as atividades como leitura e recreação. É um local abafado, com pouca ventilação natural, com salas sem nenhum tipo de ventiladores.

Queremos ressaltar que durante algumas visitas, encontramos uma grade fechada, com cadeado, separando alguns profissionais, das crianças que estavam no intervalo de suas atividades.

Embora tenhamos informações de que o Programa dispõe de atividades como música e teatro, durante a observação participante não registramos tais atividades sendo desenvolvidas.

A atividade desenvolvida pelo PETI, que acompanhamos durante o período de nossa observação, foi uma partida mista de futebol – meninas e meninos – realizada na área onde fica o Policiamento Comunitário. As crianças e jovens jogavam bola acompanhados de um profissional do Programa.

Mas, cumpre assinalar que nossas visitas ao PETI tinham também outro propósito: conhecer as atividades do Programa de Esporte e Lazer na Cidade – PELC – que, como nos foi informado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, eram realizadas na sede do PETI.

Durante o período de nossa observação participante não presenciamos nenhuma atividade sendo desenvolvida e o PETI pouco sabia informar sobre o PELC.

O Policiamento Comunitário.



Fig. 18 – A base do Policiamento Comunitário com policiais e jovens jogando bola.

Segundo informações colhidas, o Policiamento Comunitário é responsável por uma área de 2 km, apenas o Conjunto Selma Bandeira, e é composto por 17 policiais, dentre eles, um policial do sexo feminino. Para realizar seu trabalho, possui 4 (quatro) guarnições e 1 (uma) viatura.

Ainda segundo informações obtidas pelos gestores públicos²⁶, a escolha pelo Conjunto Selma Bandeira como primeira base de instalação do Policiamento Comunitário de Alagoas aconteceu em função do alto índice de criminalidade e homicídio na área: 5 (cinco) a 6 (seis) homicídios por mês.

Foi salientado que em seis meses de atividades o policiamento conseguiu uma redução dos índices de homicídios: cinco homicídios em seis meses, e nenhum destes sendo jovem.

A polícia comunitária vem trabalhando com ações preventivas, visitas domiciliares e participação em projetos articulados com Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. Desenvolve atividades integradas com a escola local, posto de saúde e instituições religiosas.

²⁶ No dia do ato oficial em que o Benedito Bentes foi instituído como Território da Paz, essa foi uma fala constante dos gestores presentes (Ministro da Justiça Tarso Genro, Governador do Estado Teotônio Villela Filho e Prefeito da Cidade de Maceió Cícero Almeida).

Ainda segundo as informações obtidas a partir do nosso contato com policiais da Base Comunitária, uma das propostas do Policiamento Comunitário é a interlocução entre a comunidade e as instituições, seja viabilizando documentações para os moradores do conjunto, seja levando para o local, cursos profissionalizantes. Como ação realizada com base nesta proposta de interlocução foi ressaltada, pelos membros da base, a solução do problema de um morador do conjunto que estava precisando de uma cadeira de roda.

Durante visitas à base do Policiamento também pudemos acompanhar discussões sobre a formação de um Conselho com Moradores do Conjunto e reuniões com mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz. Embora não haja restrição a participação de maiores de 18 anos no Conselho que estava sendo formado, não havia registro de nenhum jovem morador do Selma Bandeira como um dos seus membros.



Fig. 19 – Área onde está instalada a base do Policiamento Comunitário, com jovens jogando futebol.



Fig. 20 – Jovens jogando futebol próximo à base do Policiamento Comunitário.

Consideramos importante dar um destaque a esta área do Conjunto onde está instalada a sede do Policiamento Comunitário porque nos chamou atenção a maneira com que ela surgiu em diversos momentos de nossa observação participante. Ou seja, observamos que esta área é um local onde as crianças e jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil jogam futebol, e onde vários jovens se reúnem para conversar e jogar bola. Em algumas conversas foi também referida como o lugar onde alguns homicídios ocorreram e, antes da chegada do Policiamento Comunitário, o lugar onde o Conjunto produzia cavalhadas constantemente.

Essa área agora é referida como a *“frente da polícia”* ou ainda *“a área da polícia”*. Essa referência está presente na fala de crianças, jovens e moradores antigos do Selma Bandeira.

Entendemos que neste lugar as relações de força existentes no Selma Bandeira ganham mais expressividade e podem ser melhor apreendidas.

A história desta área – contada pelos jovens – parece ter uma importante significação na história do Conjunto e nas modificações realizadas a partir da chegada do Policiamento Comunitário no local. Segundo alguns jovens, este era um local onde eram realizados

encontros e festejos dos moradores do Conjunto, além de partidas de futebol. Com a entrada do Policiamento Comunitário no Conjunto, a área foi cimentada e modificada em sua estrutura, ganhando postes de iluminação – como podemos verificar na Fig. 19 – como justificativa de que abrigaria várias barracas de feira para moradores locais trabalharem. Isso, segundo os jovens, inviabilizou as cavalhadas e dificultou a prática do futebol. A história deste local e suas variadas dinâmicas estarão presentes na análise dos Grupos Focais, porque compuseram diversas falas dos jovens sobre a relação deles com o Policiamento Comunitário e o lazer. Fica neste local, também, o lugar que realizamos os grupos focais e as entrevistas, que passamos a descrever e analisar no capítulo que se segue.

4. SER JOVEM MORADOR DE ÁREAS POPULARES: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS NO SELMA BANDEIRA

A compreensão e a análise das representações sociais que faremos aqui foi possível, a partir do material recolhido e analisado da observação participante (que detalhamos no item anterior), a realização de dois grupos focais, quatro entrevistas individuais e o cruzamento entre estes dados.

Para a realização dos grupos focais elaboramos um roteiro de discussões com temáticas que pudemos observar como pertinentes à pesquisa a partir da bibliografia estudada e das observações e anotações de campo. Estes temas englobaram questões que não possuíam um caráter de inflexibilidade, podendo ser modificadas durante o andamento do grupo. Tomamos o cuidado metodológico, sugerido por Weller (2006) de começarmos sempre com a mesma questão para que uma possível análise comparativa entre os grupos não fosse inviabilizada. Os temas foram: Vida familiar, Escola, Trabalho, Violência, Polícia, Local de moradia – Cidade de Maceió, Bairro Benedito Bentes, Conjunto Selma Bandeira – Programas e Projetos, Experiências de discriminação. A construção do roteiro de discussões seguiu algumas sugestões do roteiro elaborado por Weller (2006).

- Vida Familiar: tínhamos como objetivo conhecer a percepção dos jovens sobre a sua dinâmica familiar, o conhecimento que eles possuíam da história de sua família – lembrando que as famílias destes jovens são oriundas de outros espaços da cidade.

- Escola: intencionamos conhecer as vivências escolares procurando identificar dificuldades e problemas experienciados pelos jovens e tentar reconstruir as trajetórias destes pelo espaço da cidade.

- Trabalho: intentamos conhecer os sentidos e significados que os jovens dão ao trabalho, atividade remunerada, conhecer suas vivências neste âmbito e tentar reconstruir as trajetórias destes pelo espaço da cidade.

- Lazer: objetivamos conhecer o que consideravam diversão, lazer, seus gostos e preferências e também tentar reconstruir as trajetórias destes pelo espaço da cidade.

- Violência: conhecer as vivências dos jovens relacionadas à violência, apreender o sentido e significado que dão a elas e como eles definem o que seja violência.

- Policiamento Comunitário: objetivamos apreender a percepção e os sentidos que os jovens atribuíam ao Policiamento Comunitário.

- Programas e Projetos: tínhamos como objetivo saber o conhecimento, a participação, o significado e os sentidos destes, poder construir a trajetória dos jovens pelo espaço da cidade.

- Experiência de Discriminação: conhecermos as vivências dos jovens a partir do não reconhecimento, ou falso reconhecimento, e compreender os sentidos, significados e nomeações atribuídos a elas.

Escolhemos estas temáticas por considerar que as representações sociais dos jovens estariam sendo construídas a partir da relação com estes elementos: A história familiar, a experiência escolar, o trabalho ou a falta dele, seus gostos, a estrutura física do Selma Bandeira, as experiências de não reconhecimento e a relação com a chegada do elemento novo: o Policiamento Comunitário e os programas e projetos.

Gostaríamos de conhecer as vivências individuais e coletivas dos jovens e a relação entre elas. Ao conhecê-las, tínhamos como objetivo reconstruir as trajetórias dos jovens no espaço em que moram – conjunto, bairro, cidade – no intuito de analisar em que contexto e sobre quais condições realizam suas práticas. As dinâmicas de suas práticas nos auxiliariam a reconstruir, a partir delas, os contextos sociais em que esses jovens estão inseridos, as

coerções que experienciam em seus cotidianos, os significados que dão a elas e a construção de estratégias. Os elementos utilizados para compor as suas representações sociais sobre seus espaços de moradia nos ajudariam, assim, a reconstruir o Conjunto Selma Bandeira e o *habitus* coletivo do grupo, a fim de que pudéssemos responder à questão sobre os efeitos das situações de humilhação e não reconhecimento na existência social dos jovens (Weller, 2006).

Inicialmente foram realizados dois grupos focais, que foram formados sem agendamento prévio. Os jovens foram contactados e convidados a participar, enquanto conversavam entre si e, também, enquanto observavam o desenrolar de uma partida de futebol na área onde fica a sede do Policiamento Comunitário. Mas, porquanto não tenham sido contactados previamente, os grupos foram realizados no mesmo espaço físico: a barraca de feira, desocupada, situada na principal rua do conjunto, local onde observamos os jovens se reunirem frequentemente.

Pudemos observar, desde os primeiros contatos com o espaço físico do Selma Bandeira e com os jovens moradores do local, que uma barraca de feira localizada na rua principal do conjunto, próxima à sede do Policiamento Comunitário, parecia se constituir como um dos espaços de encontro, de partilha de experiências, portanto, um espaço de interações.

A realização dos grupos focais neste local teve algumas implicações que consideramos positivas: facilitou com que os jovens pudessem discutir os temas ao mesmo tempo em que íamos sendo confrontados com situações cotidianas do conjunto – a superlotação do ônibus, o movimento do Policiamento Comunitário, a movimentação da Associação de Moradores, a entrada do Batalhão da Polícia Militar no Conjunto, partida de futebol, e outros – e que, em grande parte, foram tomadas como exemplo para o que eles estavam relatando. Trabalhamos, desta forma, com conteúdos de memórias, fatos e vivências passados que vieram à tona e importantes elementos vivenciados durante a realização do grupo. O relato de alguns

acontecimentos teve uma grande carga emocional, à medida que foram somados a algumas situações vivenciadas enquanto o grupo era realizado.

Um exemplo do que estamos falando ocorreu no momento em que o grupo 1 relatava suas experiências com a Polícia Comunitária e discutia algumas questões sobre a violência policial. Duas viaturas do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar adentraram à rua do Conjunto e às falas foram somadas fortes cargas emocionais – caracterizadas por uma densidade do discurso – e uma maior interação do grupo, *“ó lá, ó lá, ó lá...lá vem eles, se você não tivesse aqui, iam parar pra ver que a gente tava fazendo”*. *“toda vez é assim (...) aí! só passam olhando (...) ó (...) oxi, ia pará na hora pra saber o que era”*.

Acreditamos que esta presença do grupo no local aberto do conjunto facilitou com que alguns temas viessem à tona, temáticas que não estavam previstas quando elaboramos o quadro temático para a discussão, como o medo.

Após a realização dos grupos focais, sentimos a necessidade de aprofundar mais algumas temáticas e realizamos quatro entrevistas individuais, que foram feitas em dias e horários diferentes. Entrevistamos dois jovens que não haviam participado dos grupos focais e dois participantes. As entrevistas, por sua vez, ocorreram nas ruas do Conjunto e próximo ao Policiamento Comunitário. Realizamos as entrevistas no mesmo lugar onde contactamos os jovens, ou seja, enquanto o cotidiano do grupo ia sendo vivenciado.

Para um maior aprofundamento do meio que pesquisávamos, coletamos dados sobre a situação social dos jovens entrevistados, escolaridade, religião, a participação, ou não, nos programas e projetos desenvolvidos no bairro, a participação em coletivos de juventude – grupos religiosos, culturais e outros.

No total, entre grupos focais e entrevistas individuais, interagimos com 14 rapazes com idade que variaram entre 13 e 20 anos, dentre os quais apenas três estudam e nove possuem Ensino Fundamental incompleto. Todos os entrevistados fazem parte de famílias

que participam do Programa de transferência direta de renda com condicionalidades, o Programa Bolsa Família, dois exercem atividade remunerada e todos eles têm seu tempo de vida atrelado às vivências no Selma Bandeira. Dois dos entrevistados são evangélicos e apenas um jovem participa de coletivo de juventude – canta no Coral da Igreja Evangélica da qual é membro.

Em sequência, três quadros (dois dos grupos focais e um das entrevistas individuais) contendo informações dos jovens entrevistados.

Quadro 1 – Perfil do Grupo 1

Nome	Idade	Escolaridade	Atividade Remunerada/trabalho	Tempo de moradia	Programas e Projetos ²⁷	Religião	Participação em Coletivo de Juventude
Marcos	13 anos	3ª série/Escola Selma Bandeira	Não	13 anos	PBF	Não	Não
Rodrigo	15 anos	Fund. Incompleto/1ª série	Não	15 anos	PBF	Não	Não
Pedro	16 anos	Fund. Incompleto/2ª série	Não	16 anos	PBF	Não	Não
Cardoso	16 anos	Fund. Incompleto/3ª série	Não	16 anos	PBF	Não	Não
Ricardo	17 anos	Fund. Incompleto/4ª série	Não	17 anos	PBF	Não	Não
Cícero	19 anos	1º ano Nível médio/Benedito Bentes	Não	17 anos	PBF	Evangélico	Não

Quadro 2 – Perfil do Grupo 2

Nome	Idade	Escolaridade	Atividade Remunerada/trabalho	Tempo de moradia	Programas e Projetos*	Religião	Participação em Coletivo de Juventude
Marcelo	13 anos	6ª série Benedito Bentes	Sim	13 anos	PBF/PETI/PELC	Evangélico	Coral/Evangélico
Marciel	14 anos	Fund. Incompleto/4ª série	Não	14 anos	PBF	Não	Não
João	15 anos	Fund. Incompleto/2ª série	Não	15 anos	PBF	Não	Não
Reginaldo	17 anos	Fund. Incompleto/4ª série	Sim	17 anos	PBF/ Agente da Paz	Não	Não
Francisco	19 anos	Fund. Incompleto/5ª série	Não	19 anos	PBF	Não	Não
Arnaldo	20 anos	Fund. Incompleto/5ª série	Não	20 anos	PBF	Não	Não

Quadro 3 – Perfil das Entrevistas individuais

Nome	Idade	Escolaridade	Atividade Remunerada/trabalho	Tempo de moradia	Programas e Projetos*	Religião	Participação em Coletivo de Juventude
Marcelo	13 anos	6ª série Benedito Bentes	Não	13 anos	PBF/PETI/PELC	Evangélico	Coral/Evangélico
Paulino	16 anos	Fund. Incompleto/5ª série	Não	16 anos	PBF	Não	Não
Tiago	17 anos	Fund. Incompleto/4ª série	Não	17 anos	PBF	Não	Não
Reginaldo	17 anos	Fund. Incompleto/4ª série	Sim	17 anos	PBF/ Agente da Paz	Não	Não

²⁷ PBF: Programa Bolsa Família; PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; PELC: Programa de Esporte e Lazer na Cidade.

É importante ressaltar que construímos estes quadros com a caracterização dos dois grupos de discussão não apenas para traçarmos o perfil dos jovens – embora saibamos que estas informações auxiliam o entendimento das análises, na proporção em que deixam claro quem são os participantes da pesquisa – mas para que tenhamos também um quadro de referência dos espaços das práticas deles.

Dito de outro modo, a escolaridade – a frequência a uma escola dentro ou fora do conjunto –, a participação em um coletivo de juventude, afiliação a grupos, seja ele religioso ou cultural são, ao mesmo tempo, possibilidades de trajetórias em espaços diferentes de seus locais de moradia. Esse ir além de seus espaços de habitação pode, ainda, representar a participação em contextos diversos onde seus esquemas de percepção e apreciação de práticas podem sofrer modificações ou mesmo cimentar esquemas pré-existentes. São possibilidades de deslocamento no espaço físico do conjunto, do bairro, na cidade e, como não podemos olvidar, a importante possibilidade de contato com elementos que viabilizam uma leitura mais ampla do espaço social onde estão inseridos para uma melhor articulação de suas ações.

Sabemos que muitas vezes a participação em um sistema educacional, religioso, trabalho pode representar a reprodução de práticas assimétricas no campo social, que auxiliam na perpetuação de relações sociais desiguais e da violência simbólica ocultadas pelos perversos mecanismos de manutenção da hierarquização do espaço social. Mas entendemos que são também nestas instâncias sociais que estão estocadas as possibilidades de construção de estratégias existenciais, políticas e sociais.

Os dados destes quadros também nos chamam a atenção para outros pontos. Fomos levados a estabelecer relação entre eles: a baixa escolaridade – apenas três jovens estudam – associada a famílias receptoras da transferência direta de renda com condicionalidades do Governo Federal, e a baixa participação em programas e projetos sociais é um exemplo disso.

Temos conhecimento que o Programa Bolsa Família, segundo informações colhidas no portal da internet do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS –, pauta-se na articulação de 3 dimensões para a superação da fome e da pobreza, dentre elas a questão da escolaridade, a coordenação de programas complementares para o desenvolvimento das famílias receptoras do Bolsa Família como programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, e outros.

Embora alguns programas estejam fisicamente presentes no espaço do Conjunto Selma Bandeira, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – e o Programa de Esporte e Lazer na Cidade – PELC – apenas um jovem participa e participou de suas atividades.

A participação em coletivos de juventude também nos chamou a atenção. No espaço do Benedito Bentes pode ser encontrado um Centro de Cultura, com atividades culturais sendo oferecidas aos moradores de todo o complexo, além da presença de uma Organização Não Governamental – ONG – que também oferece atividades para jovens moradores do local. Nenhum dos entrevistados participou, participa, ou sequer tinha conhecimento destas atividades.

Podemos observar que estes quadros, portanto, apontam também para a falta de variabilidade das práticas destes jovens para além do lugar onde residem.

Antes de darmos prosseguimento, é importante salientarmos o ambiente no qual os grupos focais foram realizados. Embora tenham sido realizados no mesmo local físico – a barraca de feira próxima à área onde fica a sede do Policiamento Comunitário – os contextos onde eles se deram foram completamente diferentes.

O grupo 1 foi realizado quando os jovens estavam conversando entre eles e a área em frente ao Policiamento Comunitário estava sendo usada por outros jovens – moradores de outro Conjunto – em um jogo de futebol. Havia muita movimentação de pessoas pelas ruas.

A realização do grupo 2 aconteceu quando os jovens estavam conversando, a área em frente ao Policiamento Comunitário estava vazia, não havia atividade, as ruas estavam com menor movimentação.

Em contrapartida, no momento das 4 entrevistas individuais, embora estivéssemos nas ruas do Conjunto, havia pouca movimentação nas ruas.

Consideramos importante realçar estas diferenças por entendermos que não é apenas necessário compreender “*o que é conhecido*” e “*como é conhecido*”, mas também, “*quem conhece*” e de “*onde conhece*”. Neste sentido, além de caracterizarmos os jovens entrevistados – seu perfil e apresentarmos o Conjunto Selma Bandeira – o contexto em que se dão as entrevistas, individuais ou grupais, adquire importância à medida em que podem representar, também, o acesso “*a funções expressivas das representações sociais e sua relação com a vida afetiva e emocional*” (Spink, 1995;86).

Embora tivéssemos as temáticas como guia para as discussões no grupo, uma dinâmica dos jovens do Grupo 1 nos levou a um outro direcionamento. Quando estávamos nos reunindo para iniciar o grupo – dois jovens ainda estavam se aproximando – um dos rapazes, Marcos, 13 anos, exclamou: “*Tira uma foto e depois vem contá quem tá vivo*”. Essa frase, particularmente nos chamou a atenção sobre as possíveis experiências de morte que esses jovens vivenciaram ou vivenciam em seus cotidianos e o impacto delas para a construção de suas subjetividades, entendidas aqui também como auto-percepção. Além disso, notamos, pela movimentação e fala de Marcos, que o grupo já havia começado desde a hora em que começamos a nos reunir. A partir de então optamos por iniciar os grupos focais a partir de uma pergunta ampla, embora diretamente relacionada com a pesquisa, para ver os elementos de percepção trazidos pelos jovens participantes e observar, também, a dinâmica entre eles. Daí por diante, agimos desta maneira nos grupos focais e, após, nas entrevistas individuais.

Intentamos proceder desta forma para que pudéssemos ver os elementos representacionais sobre o que é ser jovem no Selma Bandeira surgirem a partir das falas dos participantes do grupo e não diretamente provocados por nós.

A pergunta que iniciamos os grupos foi: “Como é ser jovem, viver, no Selma Bandeira?”

Essa pergunta, nas duas ocasiões em que foram formuladas, provocou dinâmicas diferentes nos grupos. O grupo 1 enveredou por uma série de relatos sobre experiências de violência, enquanto o grupo 2 passou a contar a história do Conjunto Selma Bandeira.

“bate uma foto aí, bate e conta (...) depois vai ver, vai tá falando um (...) será você Rogério? Vai ser esse aqui ó”. – Rodrigo, 15 anos, participante do Grupo 1.

“(...) no Selma é assim: pode tá vivo, pode tá morto. A gente sabe que a polícia tá aí, mas quem sabe né? Saio de casa, volto pra casa, saio de casa, volto pra casa. Viver aqui é jogar futebol e fumar maconha.” – Pedro, 16 anos, participante do Grupo 1.

“(...) antes eu nem sabia o que era isso, ser jovem, essas coisas (...) num podia sair de casa que era só tiro, agora não, agora a gente pode ficar aqui, ir na rua” – Reginaldo, 17 anos, participante do Grupo 2.”

“A gente vivia em casa, era tiro de dia, minha mãe mandava a gente se esconder, porta trancada, todo mundo dentro (...) depois da polícia não, agora a gente corre pra cá, qualquer coisa que tem a gente corre pra cá.” – Marcelo, 13 anos, participante do Grupo 2.”

Embora a pergunta tenha trazido dinâmicas diferentes – o grupo 1 passou a relatar episódios de violência e o grupo 2 discorrer sobre as modificações no Selma Bandeira – o andamento dos grupos revelou que os elementos que as compuseram foram os mesmos: violência, espaço do conjunto e polícia. Estes três elementos perpassam, ora de maneira direta, ora de maneira indireta, as falas dos jovens entrevistados.

As falas trazidas pelos jovens, nos grupos focais e nas entrevistas individuais a partir da pergunta sobre como é ser jovem no Selma Bandeira contemplaram a maioria dos temas que havíamos selecionado para compor um quadro guia de discussões. Violência, Selma Bandeira, Policiamento Comunitário, Experiências de discriminação, Programas e Projetos, Lazer, Escola, Vida familiar.

Os grupos trouxeram para a discussão a temática da morte, que não havia sido contemplada de maneira direta no quadro guia que havíamos confeccionado, e o Medo. Estes temas foram trazidos a partir de vivências individuais, vivências de grupo, relacionados ao tema da Polícia, do Local de Moradia e, em duas ocasiões, na Vida Familiar.

A análise das falas nos levou à criação de categorias que pudessem abarcar o conteúdo das representações. A seguir, as análises.

4.1 “Como vai se não tem como ir?”: Deslocamentos e trajetórias

Gostaríamos de trazer uma reflexão de Vera da Silva Telles, sobre os significados da distância no espaço urbano, para iniciar as nossas discussões.

Mas a distância não é uma métrica simples entre pontos e localidades distintos no espaço. (...) A distância tampouco é um espaço vazio, é algo que vai se especificando nas dobras do mundo social, nos pontos de junção entre os espaços e que são demarcados por todas as complicações dos meios de transporte e circulação pela cidade. (Telles, 2006;106).

Concordamos com Telles que a distância entre localidades não pode ser pensada a partir de uma equação que resuma os deslocamentos no espaço a uma medida simples entre pontos. As falas dos jovens vêm justamente em direção às complicações dos meios de transporte urbano, e revelam uma estreita conexão entre os feixes de forças desiguais que perpassam “as dobras do mundo social” e as dificuldades de circulação pela cidade.

Mas, podemos continuar nos perguntando o que é distância? E de que maneira estes feixes de forças atuam de maneira a interferir nos deslocamentos dos jovens pelos espaços da cidade?

Sabemos que um dos maiores orgulhos das conquistas da Modernidade – seja ela pensada em termos de modernidade líquida, ou outra – é ter dado condições aos sujeitos humanos de cobrir longas distâncias em um curto espaço de tempo. Seja ele físico – a distância entre duas cidades, entre bairros – ou virtual, pelo uso das redes de internet, ou celulares, esse encurtamento dos espaços trouxe importantes modificações na forma de viver de grupos humanos.

Dizer, como faz Vera Telles, que a distância tem que ser pensada levando em consideração as complicações dos meios de transporte e de circulação, nos faz refletir sobre a tão debatida discussão de que as modernizações não são postas para todos.

Bauman (2008) ao ponderar sobre as transformações decorridas das modernas formas de locomoção, chama a atenção para o enorme contingente humano que, a despeito de todas as possibilidades de deslocamento nos espaços, está condenados à imobilidade.

São segmentos sociais que vivenciam um descompasso entre a imobilidade que experienciam em seus cotidianos e o tempo histórico de velocidades instantâneas.

Essa discussão sobre mobilidades, distâncias e velocidades, se atualiza quando analisamos as falas de jovens moradores do Selma Bandeira que revelam suas trajetórias pelos espaços da cidade. Veremos que às complicadas situações dos meios de transportes, são somadas as experiências de discriminação e não reconhecimento que eles vivenciam quando precisam, ou querem, se deslocar nos locais onde vivem.

Veremos que é quando a desigualdade de forças nos espaços sociais onde eles experimentam suas existências se revela mais fortemente. Um campo de disputas simbólicas

onde as suas posições no tecido social ditam suas trajetórias e os poucos usos que fazem dos espaços da cidade.

Paralelo a isso, podemos observar que suas representações do local onde moram são feitas de referências de tempo e espaço, a partir de modificações ocorridas no Selma Bandeira.

Quando perguntamos aos jovens sobre os locais que eles vão comumente, por onde transitam, onde circulam, suas falas expressam um grande desconhecimento de outros espaços fora do lugar onde vivem.

“Fora daqui? Do Selma? Eu quase nunca vou não (...) eu não sei onde é que fica, eu nunca fui lá. Se mandar assim, vai lá saber, eu não sei, nunca fui (...) eu só saio do Selma pro Biu [Benedito Bentes]” (Paulino, 16 anos).

Chama-nos a atenção que eles se referem aos outros espaços, além do Selma Bandeira e do Benedito Bentes, como Maceió. São falas que revelam como eles estão desconectados da cidade em função das dificuldades de locomoção.

“Só fui pra Maceió 3 vez, quando meu primo tava no hospital, minha mãe levou eu e meu irmão, e se me solta lá eu me perco todo” (Tiago, 17 anos).

“Minha mãe quase nunca vai pra Maceió e, quando vai, eu não saio não, fico aqui no Selma mesmo, faz as conta: daqui pro Biu, do Biu pra Maceió e depois voltar tudo de novo” (Marcelo, 13 anos).

A pouca trajetória fora de seus locais de moradia geralmente é realizada também trilhando o percurso de familiares mais velhos quando estes se dirigem a algum lugar de trabalho.

“Eu ia pra faxina da minha irmã, ajudava lá, era na Pajuçara, aí não ia mais não” (Tiago, 17 anos).

“Eu ia, às vezes, com meu tio quando ele ia fazer coisa lá no mercado. Ficava lá esperando ele terminar. Ia e voltava (...) só, mas num ia em outro canto mais não” (Paulino, 16).

Esse trilhar o percurso realizado pelos familiares mais velhos se mostra ainda mais significativo quando lembramos que essa geração de familiares é oriunda de outros espaços da cidade.

Embora a fala dos jovens – e as entrevistas que fizemos com alguns moradores mais antigos do Selma Bandeira – sugiram que não houve, pelo menos nestes casos, uma desconexão dessa geração mais antiga com alguns espaços da cidade que transitavam anteriormente, o mesmo não acontece com os jovens que nasceram no Conjunto Selma Bandeira.

Podemos ver que para os jovens que já nasceram no Selma Bandeira, a situação dos deslocamentos ganham outras configurações e sentidos. Suas histórias não passam pela experiência de terem sido removidos de seus locais de moradia, mas sim pelo fato de que são construídas em meio às novas estruturas espaciais e às reconfigurações de vidas que as outras gerações foram levadas a fazer. Dessa maneira, a relação entre distância e proximidade parece se estabelecer de outros modos.

“A lonjura que é a praia, aí num vô. Às vezes a mãe fala de quando morava lá na lagoa, de como era ir pra lagoa, mas diz que é longe, aí eu fico aqui, andando no Selma” (Marciel, 14 anos).

Os locais de moradia, como um *jogo de referências* de diferentes gerações, adquirem importância crucial se pensarmos que o Selma Bandeira foi projetado para receber famílias de diversas partes da cidade: Lagoa Mundaú, Cidade de Lona e ainda famílias que viviam em áreas consideradas de risco, como encostas e grotas (Telles, 2006; 157).

Mas essas diferentes referências desaparecem quando pensamos que a pouca circulação dos espaços da cidade, pelos jovens, pode ter estreita ligação com os motivos que levaram os moradores antigos a serem transferidos. Estamos falando sobre um ideal de pureza²⁸, posto por Bauman, como um ideal bastante presente nas organizações das cidades.

Além do pouco conhecimento dos outros espaços da cidade, os jovens mostram que não articulam expectativa e qualidade de vida e meios de satisfazê-las, em outros lugares que não os locais onde moram. Lazer e atividades remuneradas são realizadas no Selma Bandeira e, eventualmente, em outros espaços do Benedito Bentes.

“Eu só trabalhei no Bui, uma vez, vendia cd no centro e voltava pra casa. Depois parou, num vendi mais. Aí só aqui que fico mesmo, só aqui” (Cardoso, 16 anos).

“É aqui mesmo que eu trabalho, vendo fogos nessa banquinha aqui, depois vendo confeito, essas coisas” (Reginaldo, 17 anos).

“Quando tem um show no Bui a gente vai, mas num tem sempre não, mas só volta depois do sol nascer, num consegue voltar antes, num dá não” (Rodrigo, 15 anos).

Essa pouca variabilidade de práticas em outros espaços onde moram tem uma estreita relação com os meios de transporte.

Pudemos contactar, através das falas dos jovens, que essa pouca variabilidade de práticas em outros espaços, além dos lugares onde moram, está intimamente relacionada a experiências de discriminação e não reconhecimento vivenciadas pelos mesmos.

Podemos acompanhar a fala do jovem explicando porque, quando vão a algum show no Benedito Bentes, precisam esperar o dia clarear.

“Quando tem um show no Bui a gente vai, mas num tem sempre não, mas só volta depois do sol nascer, num consegue voltar antes, num dá não (...) o ônibus não pára pra gente, olha e num pára, a gente já ficou esperando e eles num pára, dá a mão e nada (...) aí a gente fica sentado esperando (...) e volta a pé de noite num dá né? os cara do outro conjunto pega a gente

²⁸ Não seria exagero afirmar que os processos de remoção de moradores equivalem aos processos de higienização e normalização noticiados por Foucault em suas reflexões sobre a modernidade.

(...) a gente podia voltar de ônibus, mas ele num pára nunca (...) é ruim que só” (Rodrigo, 15 anos).

Ou, ainda, o motivo pelo qual o jovem não acompanhou mais a irmã ao local onde ela trabalhava:

“Eu ia pra faxina da minha irmã, ajudava lá, era na Pajuçara, aí depois não deu mais (...) a dona da casa disse que ela não me levasse mais, que não era pr’eu ir porque eu ficava andando lá pelo lugar e era ruim, aí eu num fui mais” (Tiago, 17 anos).

Os sentimentos de recusa, de não-aceitação e não-reconhecimento ficam revelados nas ações dos motoristas, que não param, e da dona de casa que não quis mais que o jovem acompanhasse sua irmã ao trabalho. As portas se fecham, as estradas ficam interditadas, e os jovens sabem e sentem que essas atitudes de rejeição, passam por sua condição de serem jovens moradores de periferia.

O fato de não serem reconhecidos como possíveis passageiros de ônibus é utilizado como explicação para a evasão escolar e o desestímulo para ir à escola.

“Eu vou pra escola a pé, o ônibus não pára pra gente, todo dia tenho que vim com a cabeça no sol, minha irmã tá estudando mais perto (...) mas eu estudo no começo do Bui, o motorista olha e não pára, dá vontade de não ir” (Marcelo, 13 anos).

“Estudei aqui no Selma, fiz até a 5ª série, mas acabou, acaba aí (...) sair daqui pra outra escola é ruim demais, já viu o ônibus? num pára, só passa cheio, com gente pingando, só tem fumaça (...) e é pagando passagem (...) aí não fui” (Reginaldo, 17 anos).

Se levarmos em consideração que o ônibus, enquanto meio de transporte público, é o elo de ligação entre as diversas localidades da cidade, podemos ver, a partir das falas dos jovens que este elo, para eles, é, na maioria das vezes, negado.

Podemos observar que, aqui e ali, os jovens criam estratégias para a falta deste elo: esperar até o sol nascer, ir à escola a pé. Mas, é importante percebermos que estas estratégias

não são construídas sem gerar alguns sentimentos de dor e sofrimento. Eles, como sujeitos reflexivos, são capazes de entender que seus deslocamentos ficam interditados em função do lugar que eles ocupam. Andar a pé, quando o ônibus passa ao lado, *“é ruim, o sol na cabeça”*.

Entendemos que essa condição de pouca mobilidade física, expressa também a condição de imobilidade social.

A relação entre a falta de ônibus e a escola, referida na fala de Reginaldo, revela outras formas de limites às suas práticas: a escola do Conjunto Habitacional Selma Bandeira aceita alunos somente até o 5º ano. Depois disso o aluno precisa conseguir vaga em outra escola do Benedito Bentes, ou fora do bairro.

Isto nos faz refletir sobre o limite imposto, a estes jovens, expresso na fala de Reginaldo quando ele diz: *“fiz até a 5ª série, mas acabou, acaba aí”*. O que pensar sobre o fato de o Estado só oferecer o ensino até a 5ª série, na Escola localizada no Selma Bandeira? Qual a expectativa que o próprio Estado tem em relação a esses jovens? Essa imposição de limites nas práticas escolares pode ser verificada amplamente nas falas de moradores mais velhos quando estes afirmaram que os jovens do Selma Bandeira não têm vagas nas escolas, curso profissionalizante, tampouco trabalho.

Essa reprodução de condições de vida precarizadas remete ao fato de que os limites impostos à circulação dos jovens em outros espaços da cidade são também legitimados pelas práticas do Estado quando este estabelece os espaços de exclusão. É a falta de escola, de condições melhores no Posto de Saúde e nos transportes públicos que vão organizando e reconfigurando os locais a que estes jovens terão acesso nos espaços da cidade e, conseqüentemente, no tecido social.

“Fui poucas vezes nesse Posto (de Saúde), mas não tinha dentista, tinha de pagar lá no Biu” (Pedro, 16 anos).

Isso nos faz pensar no que dissemos durante todo nosso trabalho sobre as posições que esses jovens ocupam no campo social. Suas condições de luta, já fragilizadas pelas condições de serem herdeiros diretos da ralé estrutural, somam-se à perpetuação das condições de vida das gerações que os precederam. Observemos o relato abaixo:

“Eu comecei a estudar no Selma depois acabou (...) minha mãe buscou vaga, mas só tinha no CEPA [Complexo Educacional localizado no bairro do Farol], não deu (...) é muito longe, dois ônibus, aí eu ajudei ela nas coisas, depois fui vende cd, aí parei, tô parado” (Francisco, 19 anos).

Esse ciclo de exclusão, reprodução da pobreza e limites de práticas nos espaços da cidade nos remete a pensar o quão este segmento social é constantemente interpelado a permanecer no espaço onde mora, desestimulado a circular livremente pela cidade, tendo como lugar no espaço social, o local de permanência reservado a consumidores falhos. São privações de variadas ordens, inclusive o direito de usanças dos espaços da cidade, o direito a circulação, ao ir e vir.

“(...) quando eu ia pro trabalho, e o ônibus não parava, aí eu tinha que ir a pé (...) mas eu tinha que dá a volta toda na rua porque o policial me parava, a polícia me pegou e dizia “vai pra onde? Vai pra onde?” oxi, tive que dizer muitas vezes que eu era trabalhador, que tava cedo na rua pra trabalhar, aí comecei a dá a volta na rua pra não dá de cara com eles” (Reginaldo, 17 anos).

O cerceamento de seus deslocamentos inclui assim, lazer, trabalho e parecem ditar o lugar que cabe a eles não somente nos espaços da cidade, mas também nos espaços do Selma Bandeira. A Polícia aparece como um forte elemento de configuração e reconfiguração das práticas destes jovens.

“eles pára nós, joga no muro e baculeja, dá vontade de correr, mas num pode, né?” (Cardoso, 16 anos).

O tratamento que esses jovens recebem da polícia revela o conteúdo representacional que a sociedade tem em relação a eles; eles representam um “perigo em potencial”. Mesmo

que tenham “vontade de correr”²⁹, sabem que estão imobilizados pela força do Estado. Os policiais não acreditam que ele é um trabalhador - *tive que dizer muitas vezes que eu era trabalhador, que tava cedo na rua pra trabalhar* –, como se o lugar que está reservado para esses jovens não pudesse ser o do trabalho. Essa falta de respeito social e desconfiança que a presença destes jovens traz a alguns segmentos sociais, tem um elemento potencializador de penalização da precariedade, como posto por Wacquant (2007) e inclui, na maioria das vezes, o braço punitivo do Estado. As falas abaixo se referem a algumas práticas policiais descritas pelos jovens:

“eles num tem pena não, vão tudo no empurrão (...) sai pra lá, sai pra lá, bora, bora, é só assim (...) e eu tava andando, vinha pra casa quando me pararam, foi aqui não, foi no Moacir (...) pensei, vô morrer, fiquei com medo, tudo armado, pensei que ia me botar no carro e levar pra outro lugar, sei lá” (Ricardo, 17 anos).

“Parece que diz assim, ó lá, é do Selma, vamo lá (...)”
(Cardoso, 16 anos).

Mais uma vez, essas falas são significativas para demonstrar o quanto eles percebem a representação negativa que a polícia e a sociedade têm deles. A marca do estigma fica evidenciada quando apenas a sua aparência física pode ser a razão para a polícia agir com força e violência, sem “pena”, no “empurrão”. Diante da violência policial, logo pensam na possibilidade de serem fisicamente eliminados³⁰ - “*pensei: vou morrer*”. A morte ronda a vida desses jovens que têm amigos e irmãos assassinados cotidianamente. Talvez esse jovem tenha pensado que a polícia iria levá-lo também, para esse “*outro lugar*”, onde já estão os seus amigos e irmãos.

²⁹ Mesmo correndo o risco de incorrer no erro num excesso de interpretação, diria que este jovem queria correr, não só para evitar o constrangimento de ser revistado pela polícia, ele queria correr da própria estrutura social perversa onde eles ficam num lugar de não reconhecimento social.

³⁰ Dizemos fisicamente eliminados porque no campo simbólico e subjetivo, eles são mortos todos os dias quando são negados em sua condição de sujeitos de direitos.

Quais são os habitantes habilitados a circular, sem que sejam constrangidos ou tomados como alvos de práticas punitivas, pelos espaços da cidade?

Pudemos verificar que essa lógica policial punitiva, presente em bairros e conjuntos residenciais populares, como diz Wacquant (2007), também se interpõe entre os jovens moradores do Selma Bandeira quando estes têm a pretensão de sair do lugar onde residem. A força policial, fora do Conjunto, não somente pune os jovens, mas acaba demarcando uma fronteira fixa para os seus deslocamentos. E é a estas fronteiras que os jovens se referem quando falam de suas experiências com a rua.

“(...) por isso não passo mais por lá (...) pra lá eu não vou, nem posso ir, essas peste fica tudo peruando onde a gente anda (...) essas peste num deixa passar por lá, eles pára a gente no meio de todo mundo” (Arnaldo, 20 anos).

Podemos perceber como os jovens, exercendo sua capacidade reflexiva, reagem à postura violenta da polícia, decidem evitar passar pelos lugares para não serem constrangidos com as ações de “baculejo” da polícia - *pra lá eu não vou, nem posso ir*. A representação negativa que eles têm da polícia, como sendo umas “pestes”, foi construída a partir das várias experiências que já tiveram onde são constrangidos “*no meio de todo mundo*”. Como toda “*peste*”, a polícia também produz estragos, deixa sequelas e até provoca a morte.

Observemos o mapa que um jovem elabora sobre seus deslocamentos.

“Ta vendo ali? Quando termina o Selma? Ali já começa o outro conjunto e eu quase nunca vou lá, não tem nada pra fazer por ali (...) daquele lado a gente descia pra ir pra praia, mas num vamo mais, tem roubo (...) oxi! A gente volta até sem roupa (...) no Bui eu quase nunca vou não (...) não gosto de encontrar a polícia que fica lá, que vem logo pra cima da gente, e aqui eu fico andando pela rua, igual agora, não gosto de jogar bola com eles ficam, aí eu fico andando só” (Marcelo, 13 anos).

Mais do que a descrição de seus deslocamentos e a justificativa para eles, a fala desse jovem aponta para as delicadas fronteiras que organizam sua relação com o Selma Bandeira: a falta do que fazer, a discriminação policial e a proximidade da violência. São esses limites traçados no mapa de suas trajetórias que acabam por traçar linhas e desenhos que reconfiguram seus mapas de afetos. Outro elemento que fica evidenciado nesta fala é como eles estão expostos à condição de vítimas de violência urbana. É importante perceber que, contrariando a lógica de percepção que a sociedade tem sobre esses jovens, muitas vezes eles são vítimas da violência e não agentes da violência. Eles temem ser roubados- (...) *num vamo mais, tem roubo (...) oxi! A gente volta até sem roupa -;* mas, também temem a polícia - (...) *não gosto de encontrar a polícia que fica lá, que vem logo pra cima da gente.* Ou seja, os mesmos jovens que são vistos pela sociedade e pela polícia como um perigo em potencial podem ser, na verdade, vítimas da violência urbana, além da violência estrutural expressa na insuficiência de infraestrutura dos serviços públicos dos bens de consumo coletivos – transporte, escolas, telefones, praças urbanizadas etc.

Marcelo continua:

“Eu não gosto do Selma não, não gosto daqui (...) é ruim, não faço nada, ando de lá pra cá no sol quente (...) eu queria morar com minha vó, no outro lugar, mas ela morreu e a casa dela tava pra cair, minha mãe num podia ir pra lá com a gente (...) aqui a casa num cai, tá de pé, mas num gosto não (...) do Selma eu num gosto não, queria ir embora”.

Se observarmos as falas que trouxemos para pensar os jovens e seus deslocamentos, poderemos notar que elas se compõem de expressões como: *“tô parado”*, *“acaba aqui”*, *“pra lá não vou”*, *“não saio não”*. É evidente também como eles se sentem desconfortáveis no lugar onde moram, o Selma Bandeira. Isso é representativo de um não gostar do lugar que ocupam no tecido social – *“não gosto daqui”*, porque é um lugar de difícil acesso e deslocamento, e onde eles vivem muitas situações da violência expressas pelo não reconhecimento e pela indiferença social.

As falas dos jovens estão marcadas pelas impossibilidades que vivenciam cotidianamente; suas composições discursivas podem indicar duas questões: primeiro, conforme já dissemos, os jovens têm seus deslocamentos cerceados já a partir do bairro onde residem – pela negação da possibilidade de utilizar os transportes públicos, as humilhações sofridas pela desconfiança policial – e refletem sobre isso. Segundo, essa limitação vivenciada por eles pode influenciar diretamente no que Bourdieu (2004) chama de *sense of one's* e para o *sense of other place*, ou seja, no senso do seu espaço e no senso do espaço do outro.

Os jovens sabem, pela vivência prática, os lugares por onde não devem transitar, e as sanções aplicadas ao descumprimento desses limites: seja na relação policial, seja na relação com motoristas de ônibus ou, ainda, quando resolvem continuar os estudos em outras escolas.

“(...) por ali eu não passo mesmo! Já tomei baculejo 3 vezes” (Marcos, 13 anos).

“Foi quando eu ia pra escola, dia de prova, por isso não gostei de estudar lá, mas o Selma não tem mais, minha turma já acabou (...) fiquei no ponto, no sol, esperando, e passaram dois e nem olharam que eu pedi pra parar, aí chegou uma mulher e ficou e pediu também, pro outro que passou (...) aí ele parou pra mulher subi, quando eu fui subir, ele gritou: desce, desce, desce, num vem pra cá não! E tava cheio de gente lá dentro que viu” (Cícero)..

“E ele pára? [o ônibus] se precisar dele eu num saio nunca daqui” (João, 15 anos).

Mas esse “saber as regras do jogo” que compõem os deslocamentos, ou seja, saber os locais onde não lhes são permitidos transitar pode, inevitavelmente, levar à uma precária instalação nas bordas do tecido social. Somado à precarização de suas condições materiais de vida, esses jovens ainda vivem as limitações em suas práticas na vida existencial.

“Já teve dia deu ter dinheiro pra ir no Biu, ia fazer umas coisa lá, ficar no ponto até num querer mais e nenhum parar (...) eles pensa que a gente vai maiá [descer do ônibus sem pagar] que num vai pagá passagem, nem olha pro ponto (...) eu já disse já lá em casa, nem me pede que eu num vou mais, aquelas peste num presta” (Pedro, 16 anos).

Essa “violência sem lei”, composta por situações de discriminação, humilhação e precárias condições materiais de vida, que ajuda a sedimentar a limitação das suas mobilidades, não consegue, no entanto, tirar a capacidade reflexiva desses jovens.

“[o ônibus] (...) era de graça, ninguém pagava não pra ir pro Biu, era cheio assim, mas num pagava, agora é cheio e ninguém pode sair daqui. Faz as conta (...) daqui pro Biu, do Biu pra Maceió e depois voltar. O sol quente, daqui a pé pro Biu, é uma tirada quente e quando chega não tem aula (...) como vai se não tem como ir” (Reginaldo, 17 anos).

Constatamos, porém, que a composição entre pouca mobilidade física e social, juntamente com a deslegitimação de suas práticas – a discriminação, a desvalorização de suas presenças seja no ônibus, seja em outros espaços onde moram – interferem diretamente em suas tomadas de posição, na elaboração de estratégias e na percepção de fragilidade de suas vidas.

A pouca mobilidade passa, assim, a ser traduzida em confinamento espacial compulsório. Observemos as falas dos jovens, durante a realização de um grupo focal, quando pedimos que trouxessem uma imagem que melhor representasse o Selma Bandeira:

“Uma prisão! Tá tudo preso aqui” (Marcos, 13 anos).

“Não pode sair, não pode fazer festa, tem que ficar aqui, todo dia a mesma coisa, vejo aí, a gente tudo sem fazer nada (...) a gente tá preso (...) e ainda tem polícia aqui (...) O Selma é o Baldomero mesmo” (Reginaldo, 17 anos).

“Num pode sair, num pode jogar bola, num pode ir pra canto nenhum? Tamo tudo preso, é só olhar, olha aí, polícia, polícia e nada pra fazer. Tira uma foto aí, tira de nós tudo e depois vem contar quem tá vivo” (Rodrigo, 15 anos).

Entendemos que, neste momento, as falas dos jovens são mais do que descrições geográficas, ou simples relatos de vivências cotidianas³¹. Mais uma vez, revelando sua capacidade reflexiva, esses jovens que vivem no Selma Bandeira, afirmam que se sentem como se estivessem numa prisão, sob a vigilância permanente da polícia, em condições precárias de vida e marcados pelas impossibilidades, tal como de fato vivem as pessoas que ocupam o nosso sistema prisional. Como dissemos anteriormente, lamentavelmente, a população carcerária é constituída, de fato, em sua maioria, por jovens, negros e pobres. Não é sem razão, portanto, que as interdições e impossibilidades vivenciadas no cotidiano façam com que os jovens representem seu lugar de moradia como uma prisão, um lugar onde não podem fazer o que desejam – *“fazer festa”*, *“jogar bola”*, *“andar pelas ruas livremente”*.

4.2 “A gente não pode mais”: Os jovens, os Programas e os Projetos

Neste tópico nos aprofundaremos na percepção dos jovens sobre os programas e projetos existentes no Selma Bandeira, suas percepções e sentimentos acerca das circunstâncias do espaço onde vivem.

Relembremos que o espaço do Selma Bandeira abriga o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, o Programa de Esporte e Lazer na Cidade – PELC³² –, além da primeira base de Policiamento Comunitário do Estado e ações que se apresentam como diminuidoras da desigualdade social e violência.

São, portanto, ações, programas e projetos que, uma vez instalados no local de moradia desses jovens, assumem uma função oficial, do Estado, de fazer uma reorganização do espaço social com conseqüente influência nas disposições de luta de seus moradores.

³¹ São relatos que nos lembram a reflexão de Vera Telles: “Suas coordenadas são lançadas da morada na qual estão constelados percursos, direções de vida e os sentidos de um mundo social construído nessa relação entre história de vida e as circunstâncias do espaço” (Telles, 2006; 157).

³² O PELC nos foi apresentado, uma vez, na sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil pela auxiliar de serviços gerais que encontrou um cartaz sujo e amassado atrás de um armário.

Lembremos também que a instalação desses programas e projetos advém de dados oficiais que apresentavam o conjunto Selma Bandeira com altos índices de homicídio, portanto, como local violento. A chegada desses programas e projetos altera a trajetória desses jovens? Perguntamos-nos durante todo o andamento desse trabalho.

Não nos esqueçamos de que a construção do conjunto Selma Bandeira aconteceu, em parte, como uma alternativa pensada pelo poder público para garantir direitos habitacionais, direitos de moradia etc. para os familiares desses jovens. A política de remoção a que a geração primeira de moradores do Selma Bandeira foi alvo já constava, dessa forma, como uma proposta de reorganização do espaço social e da diminuição das desigualdades nos espaços da cidade.

Isso nos faz pensar que esses jovens moradores vivenciam suas experiências cotidianas em um contexto onde há uma reprodução da desigualdade vivenciada pelos seus familiares, que chegam até eles como uma perpetuação de processos de exclusão e se somam agora às experiências de morte e violência.

É neste contexto de reprodução de exclusão que o Estado vem com propostas de novas reconfigurações do tecido social: transferir renda para famílias dos jovens, erradicar o trabalho infantil, levar esporte e lazer, cursos profissionalizantes, além de diminuir a violência em seus espaços de moradia com a chegada do Policiamento Comunitário.

Vejamos a fala de um jovem que participa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI:

“Era melhor quando eu ia vender dvd pra ajudar lá em casa (...) aqui a gente vem pra cá e não pode nem brincar, diz que é pra parar de trabalhar, mas não pode brincar (...) a gente brincava de correr, de pegar ladrão, mas não pode mais, diz que é violento e não pode mais (...) a capoeira parou, não tem mais, eu preferia quando não vinha pra cá (...) era melhor vender dvd (...) ainda estudo na escola lá no começo do Biu e vou andando, porque o ônibus não pára” (Marcelo, 13 anos).

A fala desse jovem revela alguns pontos que podem lançar luz sobre o ciclo de reprodução de condições precárias de existência: esse jovem participa de três diferentes programas: O de transferência de renda – sua mãe é recebedora do Bolsa Família –, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Esporte e Lazer na Cidade. Embora participe dessa diversidade de “ações de redução de desigualdade” esse jovem não consegue assegurar um reconhecimento social desatrelado da noção de violência e desrespeito social. Revela que gostaria de brincar ou mesmo trabalhar - vendendo DVD; mas, estando no Programa, “*não pode*”. Essa é uma realidade muito presente na vida dos jovens que são “beneficiados” pelos programas sociais. Na verdade, eles não são ouvidos nem considerados na formulação dos mesmos; isso amplia as possibilidades de se sentirem frustrados e infelizes, ainda que a intenção seja resgatá-los da condição de excluídos.

Visualizamos, portanto, uma combinação estrutural entre uma precária inclusão, através dos programas e projetos, e algumas práticas discursivas que associam a existência social desses jovens a uma sociabilidade violenta. Isso fica evidente na fala de alguns jovens:

“(...) teve aqui o curso de agente da paz, eu fiz, fiz todo direito, aí disseram que iam encontrar um lugar pra gente trabalhar o que aprendeu, mas não arranjaram nada, nem mostrou o que era pra fazer (...) fiz o curso e não sei o que fazer com o que aprendi, ficou perdido (...) é assim, não dá pra canto nenhum”
(Reginaldo, 17 anos).

A frustração com relação à inaplicabilidade do que aprenderam é patente. Entendemos que a descontinuidade dos projetos e programas sociais produz mais desilusão e desapontamento na vida dos jovens do que mesmo produzem transformações em suas vidas.

“(...) eles [Policiamento Comunitário] pensa que a gente vai fazer o quê lá? Vamo matar? Vamo brigar lá embaixo?”
(Ricardo, 17 anos).

Vejamos a fala de um jovem sobre as condições de lazer no Selma Bandeira, mesmo com a presença, oficial, do Programa de Esporte e Lazer na Cidade:

“A gente bate bola e só. Tem nada pra fazer, fica aqui conversando, depois vai pra casa (...) teve capoeira aí, teve uns dois dias, depois acabou, o professor num vem, não tem mais, sei lá (...) só sei que num tem” (Marciel, 14 anos).

Essa descontinuidade das ações, percebidas pelos jovens, a nosso ver, é um produto da falta de neutralidade das práticas de Estado que, a despeito da redução de desigualdade que apregoa, vai dificultando as construções de estratégias para este segmento social.

Dos programas e projetos existentes no Selma Bandeira, sendo este o nosso recorte territorial, o Policiamento Comunitário emergiu carregado de sentidos e significados para a percepção do que compõe a existência dos jovens no Selma Bandeira. Ou seja, a presença da base do Policiamento, segundo a fala dos jovens, alterou suas trajetórias no espaço do Selma Bandeira e deu outros significados à prática policial.

A alteração de seus deslocamentos é ressaltada a partir da referência do tempo – o Selma Bandeira de antes e o Selma Bandeira de agora – e da relação dos jovens com a violência e a morte.

“Antes eu não saía de casa não. Tinha medo dos tiros, a gente ficava escondido em casa, agora não, no Selma agora, eu posso andar, converso com todo mundo. Meu irmão morreu aí perto, agora, no Selma agora, a gente num vê mais isso não” (Marcelo, 13 anos).

“Toda vez a gente sabia que morreu um, corria todo mundo pra vê, morreu um, morreu um (...) ia ver se conhecia (...) o povo todo vinha ver, agora a gente pode vim pra rua, pode vim conversar” (João, 15 anos).

Essa modificação na relação com a rua, a partir da diminuição da violência e morte, os jovens reconhecem ter sido efetivada com a presença do Policiamento Comunitário. A instalação da base, no Conjunto, parece alterar também a relação de pertença dos jovens com o local onde moram.

“Agora eu digo, moro no Selma, antes num dizia (...) agora, com a polícia daqui. Agora digo que moro” (João, 15 anos).

“Quando a polícia de fora vem, agora eu digo: eu moro no Selma, sou do Selma Bandeira” (Arnaldo, 20 anos).

Podemos notar que as falas anteriores revelam uma alteração no sentido de pertença ao espaço onde moram, mas esse sentimento advém também da proteção que o Policiamento traz em relação à própria prática policial.

Em todas as falas ouvidas no Selma Bandeira, a polícia é representada com uma divisão entre a “de dentro” e a “de fora”. Esta cisão bem diferenciada tem suporte nas experiências cotidianas onde a Polícia “de fora” representa o uso abusivo da força, do desrespeito e da possibilidade de morte, e a Polícia “de dentro” representa o uso do diálogo, a mediação da palavra e a redução de homicídios em seus locais de moradia. Para demonstrar isso recolocamos a fala de Ricardo, já anunciada anteriormente:

“(...) eles num tem pena não, vão tudo no empurrão (...) sai pra lá, sai pra lá, bora, bora, é só assim (...) e eu tava andando, vinha pra casa quando me pararam, foi aqui não, foi no Moacir, se fosse aqui eles num fazia, num pode mais (...) pensei, vô morrer, fiquei com medo, tudo armado, pensei que ia me botar no carro e leva pra outro lugar, sei lá.” (Ricardo, 17 anos).

“Polícia daqui, a de dentro (...) com eles é diferente, eles conversa e dão conselho, os de fora outro dia pegou esse aí e confundiu com o traficante do Biu (...) [risos], olha a cara do bonito! Deu sorte, se não tivesse com a identidade tava era morto, o pobre” (Marcos, 13 anos).

Entendemos que a percepção da Polícia passa a ser alterada: ela não é mais um todo homogêneo, de práticas similares e violência gratuita. Passando a comportar divisões entre a “de fora” e a “de dentro” não somente a relação com o espaço do conjunto é alterada, mas a relação e interação entre eles parece ter se modificado.

“Agora a gente pode ficar aqui, conversar, eu vendo coisa ali, naquele poste” (Reginaldo, 17 anos).

O reconhecimento das transformações operadas pela presença do Policiamento Comunitário, no entanto, não impede os jovens de refletirem sobre os limites das modificações nos seus deslocamentos:

“Essas peste agora num deixa mais jogar futebol lá embaixo (...) vamo jogar onde? Se bate bola aqui eles reclama do carro, se vai lá pra baixo, não pode! (...) vai jogar nas venta dele?” (Pedro, 16 anos).

“A gente pediu pra botar o carro lá em cima, pra deixar espaço pra gente, pra num reclamar que bateu no carro e nada (...) fica com essas cara de coruja olhando tudo” (Pedro, 16 anos).

Observamos que se constitui uma contradição entre o aumento de seus deslocamentos e de seus espaços de sociabilidade, por um lado, e a imposição de limites feita pelo Policiamento, de outro. Assim, apesar de reconhecerem os ganhos com o Policiamento Comunitário, mantêm a percepção de que suas trajetórias continuam sendo vigiadas.

Dessa forma, ao mesmo tempo que os jovens reconhecem que a presença do Policiamento Comunitário ampliou seus espaços, possibilitando a ocupação das ruas, reclamam que não podem circular livremente, não podem “jogar futebol”, por que a polícia fica “de coruja olhando tudo”.

“Tudo que a gente faz agora é fumar maconha e bater bola, e batê bola a gente num pode mais tanto (...) sabe aquele campo lá? Todo dia diz que vai dar certo e todo dia dá em nada. Agora tudo que a gente faz tem que pedir pra eles, festa tudo.” (Pedro, 16 anos).

“Ia fazer carnaval, D. Rose ficou pitada, eles proibiram, não podia andar por aqui, só podia ficar parado. Veio banda de música ruim, devia ter botado música melhor né? Foi ruim, ruim! Tudo aqui a área deles” (Ricardo, 17 anos).

A indignação dos jovens com relação às práticas policiais, seja a prática dos “de dentro”, seja a prática dos de “fora”, revela que eles não estão alheios ao que a sociedade e o Estado estão fazendo com eles. Querem uma saída para viabilizar suas vidas, suas brincadeiras e suas potencialidades. Apesar de não estarem organizados politicamente (apenas um deles fazia parte de um grupo cultural), eles expressam desejos de mudança em suas vidas. E, num gesto de rebeldia, até mesmo desacatando a autoridade do policial, formula uma frase marcada pelo deboche e pela indignação - *Se bate bola aqui eles reclama do carro, se vai lá pra baixo, não pode! (...) vai jogar nas venta dele?”*

Neste momento, a polícia “de fora” e a polícia “de dentro” parecem atuar no campo do constrangimento, apesar de usarem diferentes instrumentos para isso: os jovens não circulam no Selma Bandeira por “orientação” da Polícia de “dentro”. E não circulam livremente no Benedito Bentes pela “vigilância” da Polícia “de fora”. A limitação aos seus deslocamentos é operada, ora pelo uso do diálogo – polícia “de dentro”, ora pelo uso da força – polícia “de fora”.

Essa contenção territorial, seja pelo diálogo, seja pela força, não passa despercebida pelos jovens:

*“É pra gente ficar aonde? É só pra fazer o que eles querem é?
Assim só no Baldomero, oxi!”*

Achamos importante retomarmos uma observação de Wacquant (2007;59) para falar sobre a lógica policial e punitiva, presente em bairros e conjuntos residenciais populares.

Se os bairros pobres forem saturados com policiais, sem que haja uma melhoria efetiva nas oportunidades de emprego e nas condições de vida nessas áreas, e se não forem multiplicadas as parcerias entre o Sistema de Justiça criminal e os outros serviços do Estado, o que estará sendo assegurado é o aumento da detecção de condutas ilícitas e a ampliação do volume de detenções e condenações judiciais.

Ressaltamos que além do aumento da detecção de condutas ilícitas e a ampliação do volume de detenções e condenações, essa prática do Estado – produtora de confinamentos de jovens em seus locais de moradia – é mantenedora de condições de exclusão e reprodução de desigualdades.

4.3 “Podia, mas não podia”: Entre o consumo e a subsistência

Como viemos demonstrando, os espaços da cidade são compostos por coordenadas, trajetórias, códigos e deslocamentos diferenciados que, em certa medida, expressam os

diferentes campos sociais a partir dos quais os sujeitos compõem suas existências. Apesar de ocuparem diferentes campos sociais, onde se inscrevem diferentes *habitus*, os sujeitos que vivem sob a égide da modernidade líquida partilham dos mesmos desejos na esfera do consumo, porque a “fabricação dos desejos” busca atingir todas as classes sociais, indistintamente. Assim, entendemos que o apelo consumista, que atualmente é instigado pelos meios de comunicação (tv, rádio, internet, outdoors etc), atinge a todos, ainda que apenas alguns estejam aptos a consumir³³. Ou seja, todos os segmentos sociais são instigados pela “fabricação de desejos” no âmbito da modernidade líquida; são as impossibilidades de aquisição dos objetos de consumo que passam a codificar os incluídos e os excluídos, evidenciando assim, os efeitos da inclusão perversa com uma maior clareza.

Nesta perspectiva é que nos propomos a atualizar a discussão que empreendemos sobre as condições de existência dos jovens moradores do Selma Bandeira tomando como parâmetro as possibilidades e impossibilidades que vivenciam na dimensão do consumo.

Apesar de Alagoas ser um Estado marcado pela extrema pobreza, a cidade de Maceió já dispõe de muitos equipamentos de consumo que estão espalhados por todos os espaços da cidade, introduzindo modificações significativas para os locais de moradia, trabalho e lazer, conforme dissemos anteriormente.

Informamos, também, que na entrada do bairro Benedito Bentes foi recentemente construído um Centro de Compras – Shopping Center – caracterizado pela mídia, e outros meios de propaganda, como o segundo maior Shopping da cidade de Maceió. Essa construção foi terminada durante a efetivação da pesquisa, de modo que pudemos acompanhar as modificações físicas do entorno, do bairro e as transformações na ordem das representações sobre o mesmo.

³³ Concordamos com Bauman (2008) quando afirma que na sociedade existem os consumidores falhos e os consumidores habilitados.

Com a construção do Centro de Compras próximo ao seu local de moradia, seria possível pensar, à maneira de Telles (2006), que ao acompanharmos o percurso dos mais jovens moradores do Selma Bandeira, nos espaços da cidade, poderíamos chegar certamente ao grande equipamento de consumo:

“Os *shopping centers*, que se multiplicaram nos últimos anos e se espalham pelas diferentes regiões da cidade, são referências urbanas importantes – é por lá que circulam os jovens das periferias pobres da cidade” (Telles, 2006; 92).

Ou, de outra forma, poderíamos pensar que a possível ausência de jovens, moradores do Selma Bandeira, no Shopping Center, seja atribuída a uma identidade cultural diferenciada, que se contrapõe ou renega os signos da modernidade ou do consumo, construindo para si outras formas de vivenciar os espaços e desenhar suas trajetórias.

As falas dos jovens, porém, sugerem um outro caminho para pensarmos a relação entre jovens, do Selma Bandeira, e os seus comportamentos de consumo.

O desenho que Telles (2006) recorta no espaço da cidade como trajetória dos jovens não se dá, evidentemente, ao acaso. Os grandes equipamentos de consumo são, para a autora, referência urbana importante também pela possibilidade de emprego – precarizado e instável – que eles possibilitam aos jovens.

A cidade se reconfigura, para Vera da Silva Telles, como uma tensão entre a brutalidade das desigualdades (velhas e novas), a sedução encantatória do moderno mercado de consumo e o jogo de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada.

Veremos que nas existências sociais de jovens moradores do Selma Bandeira, essa triangulação que define as trajetórias dos jovens nas “tramas da cidade” – a relação com o consumo (e todos os comportamentos burilados a partir dessas tramas), a desigualdade e o jogo de possibilidades – se expressa mediante um dilema entre a sobrevivência material e o desejo de adquirir e juntar. (Telles, 2006).

“Quando trabalhava meu dinheiro era da minha mãe, o dinheiro do Bolsa não dava tudo, quando recebia entregava todo a ela. Era assim, depois fiquei sem fazer nada, e agora não dá nada, nada não. Nunca tive um celular que prestava, ou eu comprava ou num tinha que comer. A feira dava, o cara baixou o preço, podia pegá, mas num podia. Tinha câmera, pra tirá foto. Minha mãe falava, ia tirar dinheiro da Bolsa e falava, voltava o dinheiro não dava mais, feijão, a carne. Depois minha irmã separou, veio com meu sobrinho, filho dela, ta sem trabalho. Mariana [sua namorada] perguntou liga lá, num podia, depois o que tinha vendi, era ruim demais. Aí fiquei sem trabalho e agora nada. Num podia comprar nada, podia, mas num podia” (João, 15 anos).

Se levarmos em consideração uma frase utilizada na fala de João, “*podia, mas não podia*”, podemos pensar que, de certa maneira, o consumidor habilitado é uma virtualidade, uma meta a ser alcançada sempre, mas constantemente fugidia. Todos, em certa medida, falhamos, como consumidores. A relação “*entre poder [consumir] e não poder*” é constantemente mobilizada para acionar as linhas dos desejos do consumo, conforme posto por Bauman (2008). Ao revelar suas impossibilidades, João revela, em sua fala, seus desejos de consumo: um celular e uma máquina fotográfica. Para esse jovem se interpõe um limite: ou come - *feijão, carne* - ou adquire os objetos de desejo – *o celular e a máquina fotográfica*. No caso, o campo da necessidade fala mais alto. Chama atenção também, neste curto depoimento, como as famílias vivenciam e estabelecem laços de cooperação e solidariedade: quando o jovem entrega todo o dinheiro que ganhava no trabalho para sua mãe, e quando a família acolhe, mesmo vivenciando privações, a irmã e o sobrinho após o processo de separação. Os depoimentos revelam que os dilemas entre desejos e privações são uma marca na vida dos jovens que ocupam a posição de consumidores falhos.

Ou seja, a combinação articulada entre desejar e não poder, que compõe o dilema da relação com o consumo, nestes jovens, é frequente.

“Eu ia vender cd aí na feira do Biu, meu primo arrumo. Vendia cd, mas de verdade eu não vendia não, ficava sentado. Minha mãe perguntava pelo dinheiro, eu saía de casa e ia ver os filme, ficava vendo os filme que vendia na barraca do meu colega. Filme de luta que eu gosto. Depois fui ajudar minha mãe no

lixo, lá no lixão, eu e um colega achamo a carcaça do dvd, quando foi pra arrumá, tava velho, não passava nem os filme que eu vendia do cinema, num prestava. Depois a patroa de minha irmã deu um pra ela, mas não é bom não, passa os filme, mas num é bom não, bom mesmo é daquele que dá pra gente cantar, que tem karaokê” (Tiago, 17 anos).

A diferença está na posição polarizada que esses jovens ocupam na escala de desempenho consumista, que dita as regras do reconhecimento social, os jogos de possibilidades postos para eles e as sanções a seus comportamentos considerados inadequados. Porém, conforme podemos observar, essa diferença longe está de ser sutil.

Se seguirmos, acuradamente, a fala de Tiago, veremos que somado ao desejo por um “bom dvd”, estão os desejos negados por cinema, lazer, possibilidade de escolha. Para ele fica reservada apenas a herança de precárias condições materiais de existência, o lixo como possibilidade de aquisição de objetos e o refugio. Além de que, na composição de direitos apregoados por Programas e Projetos voltados para a criança e a juventude, a possibilidade de usufruir livremente de seu tempo de vida, fora dos limites do trabalho insalubre está fora de questão, como vimos no item 4.2.

Se transformarmos esta fala em coordenadas traçadas nos espaços da cidade, podemos ver que esse jovem não escreve seu percurso pelas vias que o levam ao grande equipamento de consumo construído na entrada do bairro onde mora, o Shopping Center. Acompanhando sua caminhada, inevitavelmente chegaremos ao lixão da cidade de Maceió: Lugar de refugio de objetos; lugar onde se encontram pessoas que conseguiram apenas espaços de precarização e miséria na estrutura social – lugar onde Tiago vai para acompanhar sua mãe.

A construção de estratégias para realização dos desejos é, assim, constituída por um jogo de possibilidades de participação no mercado de consumo e pelas tentativas de ampliação de seus deslocamentos pela cidade: trabalhar vendendo dvs, ir ao lixão ajudar a mãe, remover objetos jogados no lixo, consertar objetos encontrados no lixão – “*a carcaça do DVD*”.

Esse feixe de linhas vai se compondo, assim, num grande tecido de inclusão precária e perversa, e despertando sentimentos de inadequação. Vejamos a fala do jovem quando relata sua experiência com o trabalho:

“Eu trabalho assim, né, trabalho, ganho na hora, compro coisa pra come quando tô trabalhando (...) queria comprá um celular e uma bicicleta (...) mas nunca dá, nunca dá” (Marciel, 14 anos).

As poucas experiências de trabalho relatadas pelos jovens que entrevistamos, revelam a insuficiência do que ganham para conseguir consumir os objetos desejados. Entre comer e adquirir os objetos de desejo – *um celular e uma bicicleta* -, mais um jovem opta pela manutenção da sobrevivência física – *nunca dá, nunca dá*.

O relato abaixo revela outro ângulo da relação entre inclusão precária e sentimento de inadequação:

“Eu ia buscar trabalho e num conseguia, ia e num dava certo (...) agora num digo mais que moro no Selma, pra vê se consigo” (Arnaldo, 20 anos)

As dificuldades de conseguir uma inserção nos espaços do consumo passam, também, pela dificuldade de conseguir se inserir no mercado de trabalho. A fala de Arnaldo deixa transparecer que a razão que o impede conseguir o emprego desejado é a identificação do seu local de moradia. Para conseguir o emprego, então, terá que negar o local de sua residência; terá, talvez, que negar sua própria identidade, seus gostos e estilos adquiridos em seu processo de socialização.

Se lembrarmos que as famílias desses jovens são oriundas de outros espaços da cidade e foram removidas de seus antigos locais de moradia, a relação dos jovens com o consumo adquire outra especificidade, outra dimensão.

A idéia de que a cidade e o bairro são feitos, também, de “usanças” como põe Certeau (apud Barreira, 2007), nos faz pensar que a condição de consumidores falhos vivenciada por esses jovens, começou a ser delineada a partir do processo de transferência de moradia

vivenciada pela remoção de suas famílias para esse lugar marcado pelo estigma de ser de periferia.

A partir de todos esses relatos, entendemos que os jovens do Selma Bandeira vivem uma dupla inserção negativa no espaço social: são herdeiros da raiz estrutural e ocupam a posição de não reconhecimento relegada aos consumidores falhos.

4.4 “Bate uma foto e depois vem contá quem tá vivo”: os jovens e as experiências com a morte

É importante atualizarmos, neste tópico, as informações sobre a relação entre o Conjunto Habitacional Selma Bandeira e os índices de homicídios que ocorriam em seus espaços. No Selma Bandeira, conforme as informações que colhemos, eram registradas 6 mortes/homicídios, por mês, antes da instalação da base do Policiamento Comunitário. Com a chegada do Policiamento, a violência teria diminuído para 1 homicídio no período de 6 meses.

Se lembrarmos que o Selma Bandeira tem 2 km de extensão – definido a partir do trabalho do Policiamento Comunitário –, teremos uma dimensão do local onde as experiências de violências e mortes eram vivenciadas pelos jovens.

“A gente se escondia em casa, corria pra se esconder e ficava só ouvindo tiro, tudo de dia, meio dia, qualquer hora (...) a gente corria pra casa e ficava só ouvindo” (Pedro, 16 anos).

Podemos imaginar os efeitos subjetivos do que é viver cotidianamente ouvindo os zumbidos dos estopins de balas a “qualquer hora”. Da casa, único espaço de proteção que lhes resta, ficam ouvindo e, talvez, pensando se as balas disparadas estão tirando a vida de mais amigos e familiares. A proximidade com as situações de violência e morte faz também com que os jovens moradores se refiram ao presente vivenciado no Selma Bandeira utilizando-se de referenciais de tempo e espaço. O tempo em que o Selma Bandeira era o lugar onde os homicídios ocorriam e eles assistiam cenas de violência cotidianamente.

“Tem menino que não pode mais dizer o que é [ser jovem]. Tá morto, num tá mais aqui. Outro dia pegaram um ali, deram uma pisa, ninguém sabe quem foi. Foi polícia? Num sabe (...) num foi? Num sabe. Todo dia era a mesma coisa no Selma” (Rodrigo, 15 anos).

Essa fala revela o que encontramos nas representações sociais dos jovens moradores do Selma Bandeira: o forte *imprinting* que a experiência com a morte/homicídios trouxe às suas existências. Está presente no imaginário dos jovens a possibilidade de suas vidas serem interrompidas pela ação da polícia; essa realidade amplia ainda mais o campo de vulnerabilidade em que estão inseridos. A dúvida ainda paira sob suas cabeças - *Foi polícia? Num sabe (...) num foi? Num sabe.*

São relatos de mortes de colegas, conhecidos, moradores do bairro, onde a presença da polícia é frequentemente evocada.

“O irmão do neguinho foi assim, ele era calado, mas gente boa, a gente soube da notícia e foi lá vê (...) uns diz que confundiram ele, que foi a polícia que matou, a gente não sabe direito não, mas que a polícia faz, faz mesmo (...) chegamo lá tava o pivete baleado, todo sujo, com sangue (...) neguinho tá aí agora, sem irmão” (Cardoso, 16 anos).

O direito à vida fica constantemente ameaçado pela presença do braço opressivo do Estado representado pela polícia. A dúvida sobre se foi a polícia quem matou ou não, fica mais uma vez evidenciada – *(...) uns diz que confundiram ele, que foi a polícia que matou, a gente não sabe direito não, mas que a polícia faz, faz mesmo.* Evidentemente que todas essas experiências vividas e relatadas, expressam a representação que os jovens têm da vida e da morte. A banalização da morte produzida pela polícia evidencia o quanto suas próprias vidas são desvalorizadas pelo Estado. É claro que os jovens que presenciam as mortes cotidianamente, que ficam vivos sem o irmão, sem o amigo, sentem-se potenciais vítimas da violência policial. Apesar da precariedade da vida, eles lamentam que muitos não puderam nem ser jovens - *Tem menino que não pode mais dizer o que é [ser jovem]. Tá morto, num tá mais aqui.* Essa demarcação das vivências com a violência letal, manifestada na centralidade

dos relatos de morte, esteve também presente como explicação para alteração de seus deslocamentos nos espaços da cidade.

A fala abaixo é de um jovem que faz referência aos caminhos que não transita no Benedito Bentes:

“Não vou lá não [na estrada que liga o Benedito Bentes a praia], diz que todo dia acham um morto por lá. Num vou mesmo. Tinha uns aqui que iam, agora aí, agora num vão mais (...) meu irmão morreu foi enganado”. (Marcelo, 13 anos).

É pertinente nos indagarmos até que ponto quando um jovem admite que alguém “morreu por engano”, é porque eles acreditam que existe alguém que poderia morrer por justa causa. Esse questionamento vale para os jovens e para a sociedade como um todo que tem naturalizado a morte, particularmente de jovens que se envolvem com o consumo ou tráfico de drogas. É muito comum ouvirmos, pela mídia e pela polícia, justificativas de assassinatos em função das drogas. Neste sentido, é possível que essa realidade passe também a compor o universo representacional dos jovens do Selma Bandeira. A proximidade com uma violência cotidiana, onde a morte por homicídio se faz presença constante, se torna mais significativa quando observamos que ela está frequentemente relacionada com a Polícia, e interfere diretamente na construção de estratégias de enfrentamento à discriminação vivenciada por eles. A morte faz parte do cotidiano desses jovens; por isso mesmo, está presente em seu universo representacional como uma ameaça permanente.

“A gente tá só conversando e eles [Polícia “de fora”] parte logo pra cima, bora, bora, tira a mão daí (...) dá vontade de dizer: tá errado, num somos bandido não, num pode fazer isso (...) mas tá tudo armado, tudo cheio de arma, aí a gente deixa eles fazer o que tão fazendo, vai morrer por isso? Por causa dessas peste?” (Arnaldo, 20 anos).

Podemos observar que a lógica impressa na relação entre os jovens e a polícia vivenciada cotidianamente nos marcos do Selma Bandeira, é de que eles são bandidos, até que provem o contrário. Para evitar a morte, deixam que a polícia faça o que eles próprios sabem

que está errado – “*a gente deixa eles fazer o que tão fazendo ... vai morrer por isso?*”. Como sujeitos reflexivos, os jovens entendem que o enfrentamento do braço armado do Estado pode lhe custar a vida - *mas tá tudo armado, tudo cheio de arma, aí a gente deixa*. Ele precisa afirmar e reafirmar que não é bandido, mas, mesmo assim, “*eles partem logo para cima*”.

O medo de morrer evidencia um paradoxo dos tempos atuais: ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos e científicos possibilitam o aumento da expectativa de vida da população, os jovens vivem sob a ameaça constante de terem suas vidas abreviadas pela violência. Esse “paradoxo historicamente inédito”, referido por Novaes (2006), produz um sentimento generalizado de medo, insegurança e vulnerabilidade na vida dos jovens que vivem nas áreas populares.

Entendemos que a fragilidade da existência humana pode ser mais severamente sentida quando é acentuada pela constante exposição a situações de violência e morte. Em relação a esses jovens, a constante exposição a essas situações é vivenciada em um contexto onde estão presentes as precárias situações de vida material e simbólica. Isso, a nosso ver, pode indicar o grau da vulnerabilidade sentida por eles que é traduzida, em suas falas, pela pouca perspectiva de futuro.

“Pode juntar tudinho [jovens] pelo Selma, tirar uma foto, e depois de um mês voltar (...) pode vê, vai tá faltando um, dois, três (...)” (Cícero, 19 anos).

“Tira, tira e conta (...) vai ta faltando, de certeza” (Marcos, 13 anos).

A forma aparentemente naturalizada com que admitem a possibilidade de eles próprios não estarem mais vivos na nossa próxima visita é revelador do quanto esses jovens vivem sob a ameaça de morte constante. A “*certeza*” que eles têm de que na nossa volta “*vai tá faltando*” é demonstrativo da representação que os mesmos têm da vida e da morte. Não podemos deixar de registrar o quanto foi desconcertante ouvir, por várias vezes, de diferentes jovens, essas mesmas palavras. Podemos ver que a presença do Policiamento Comunitário, embora

tenha reduzido os índices de homicídios nos espaços do Selma Bandeira, não consegue trazer para os jovens outras representações que apontem para a conquista de uma qualidade de vida ou a ampliação de espaços de cidadania.

A representação da morte iminente como algo que define o espaço do Selma Bandeira é fortemente presente, mas também aponta para as complexas relações entre discursos, percepções e práticas violentas.

“Viu no Alerta? [programa televisivo], tão roubando os taxistas, diz que eles pegam o táxi e depois rouba, aí disseram, é do Selma (...) daqui a pouco cai um aí, morto” (Marcos, 13 anos).

Os jovens percebem que a ameaça de serem mortos não se circunscreve apenas ao espaço de moradia. Os programas televisivos, particularmente os programas policiais, também os colocam neste lugar de “bandidos”. Eles sabem que esses discursos hegemônicos podem trazer consequências negativas para suas vidas. Quando a eles são atribuídos os crimes que acontecem na cidade de Maceió, eles sabem que podem ter que responder por um crime que não cometeram, se transformando na próxima vítima do engano da polícia - (...) *daqui a pouco cai um aí, morto.*

A percepção de que eles são “*ameaças potenciais à segurança*”, os leva a pensar suas existências como algo descartável e desvalorizado no espaço onde moram, ao mesmo tempo em que expressam irritação, protesto e reflexão em face das privações que passam. O processo de exclusão que eles vivenciam, nesse caso, acaba por colocar em movimento uma interpretação crítica do meio social que esses jovens estão inseridos. Vários jovens entrevistados deixam transparecer a extrema vulnerabilidade e insegurança em que vivem:

“(...) daqui a pouco cai um aí, morto (...) vivo, morto, vivo, morto, nunca sabe (...) é ruim né?” (Marcos, 13 anos).

“No Selma ou tá vivo, ou tá morto (...) aqui é o fim do mundo” (Francisco, 19 anos).

“(...) esse lugar é nada pra fazer e um monte de coisa pra morrer” (Reginaldo, 17 anos).

“Esse lugar é uma desgraça, tenho é raiva de morar aqui”
(Arnaldo, 20 anos).

As representações negativas que os jovens têm construído em torno do seu local de moradia não foram alteradas com a diminuição dos homicídios. Ou seja, a diminuição dos homicídios, em função da presença da Polícia Comunitária no Conjunto Habitacional Selma Bandeira, não foi suficiente para eles mudarem a percepção que têm da vida; para eles o Conjunto Selma Bandeira não é lugar onde a vida vale à pena ser vivida. Tampouco parece conseguir com que os processos de exclusão vivenciados por eles possam gerar uma participação transformadora do seu meio social (Souza, 2003).

A redução do número de mortes não parece ser suficiente para lhes assegurar o direito à vida, esse princípio básico no qual está amparada a noção de dignidade humana e a condição de cidadão.

A diminuição de mortos no local de moradia desses jovens – fato que consideramos como muito positivo para suas existências – não muda a realidade de exclusão vivenciada por eles.

A quantidade de *vidas desperdiçadas*, desta maneira, vai além da contabilidade formal de número de mortos e aponta para a perpetuação das precarizações da existência. São, também, e por isso mesmo, modos de vida desperdiçados (Bauman, 2005).

O lugar de ralé estrutural – aquela parcela da população que não tem condições de encontrar um lugar na estrutura social, ocupando as suas bordas – continua a receber seus ocupantes: sem escolaridade, privados de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, de direitos, de liberdade, de bem-estar, privados de esperança e de reconhecimento no espaço social (Souza, 1997).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa dissertação refletindo sobre as representações negativas que alguns jovens vivenciam em seus cotidianos por morarem em espaços desvalorizados da cidade.

Refletimos, também, que essas representações, frequentemente, se transformam em práticas discriminatórias contra esses jovens que, ora atribuem a eles a responsabilidade pelas perturbações no tecido social, ora os penalizam pelas variadas expressões de violência nos espaços da cidade.

Durante as discussões que empreendemos em nosso trabalho, sugerimos que a centralidade das práticas de consumo tem realizado alterações nas relações sociais e conseqüentemente influenciado, de maneira decisiva, na atribuição de respeito e autoestima dos sujeitos sociais.

Perguntamos o motivo pelo qual alguns jovens experienciam humilhação e não reconhecimento em suas experiências cotidianas. Respondemos, ponderando, que a posição que eles ocupam no espaço social limita o espaço de suas práticas e define os prêmios e punições que receberão. Problematicamos o que é, para o indivíduo ou grupo social, estar na desvalorizada posição de consumidores falhos; a posição de quem não consegue movimentar-se no tecido social a partir de comportamentos orientados para práticas consumistas; a posição de quem não consegue remodelar a si mesmo como mercadoria vendável, ou seja, vestir-se, falar, comportar-se, de uma maneira hegemônica, pautada pela relação do consumo.

Vimos também que as ações do Estado e do Mercado, longe estão de serem práticas neutras, ao contrário, através delas, as posições de reconhecimento ou de desrespeito social são cristalizadas.

No decorrer de nossas discussões, deixamos claro que pensamos os espaços da cidade como compostos por inúmeros feixes de forças, que fazem deles um complexo campo de disputas simbólicas.

Desta maneira, pudemos inferir que a organização dos espaços da cidade acontece como um reflexo da maneira com que se estrutura o espaço social. Neste processo de organização do espaço urbano é que vimos, também, as presenças importantes das variadas ações do Estado e do Mercado.

Através do contato com os jovens confirmamos que os montantes de capital econômico, de capital cultural e capital social servem assim, conforme vimos, como balizador da organização destas estruturas: as do espaço social e, conseqüentemente, dos espaços geográficos da cidade.

Gostaríamos de retomar estas discussões para considerar, um pouco mais, as análises que empreendemos com as representações sociais dos jovens moradores do Selma Bandeira.

Ao analisar as representações sociais dos jovens, vimos que elas têm sido construídas em um espaço que alia precárias condições materiais de vida, escassa conexão com o bairro onde está inserido e forte presença do Estado, através de programas e projetos. Vimos também que o montante de capital econômico, cultural e social do Conjunto, o inscreve numa posição de desvalor no espaço da cidade: faltam escolas, condições de trabalho, mobilização política com o espaço do bairro e abundam situações de constrangimento no cotidiano de jovens moradores.

As representações sociais dos jovens apontam que se sentir constrangido, para eles, vai além de experiências de situação de discriminação. O sentimento de constrangimento aparece nas representações, com o sentido lato da palavra: coagir, obrigar pela força. Ser constrangido, para os jovens do Selma Bandeira, é ver-se diminuído em sua autonomia

porque vivenciam episódios de desencorajamento na realização de suas práticas dentro e fora do local onde moram.

Esse processo de cerceamento de liberdade, como pudemos observar nas análises, tem origem em muitas interações diferentes. É um campo de forças, de variadas direções e sentidos, posto a funcionar por moradores antigos do Conjunto, por donos de estabelecimentos do bairro, pela polícia, por motoristas de ônibus, por habitantes de outros espaços da cidade. Esse campo de forças que os jovens percebem em seus cotidianos é, assim, composto pelas experiências de discriminação, de humilhação, pelo uso abusivo da força, ou ainda, pela palavra.

Um campo de forças que os faz pensar na condição de sujeitos sem comportamentos adequados, porque discriminados, a transitar pelo bairro, de poder jogar futebol onde sempre jogaram ou, o que é muito significativo, de entrar em um ônibus que trafega pelo local onde moram. Essa falta de adequação é expressa também pela percepção de que existe uma seleção, sendo posta em prática, nas situações de constrangimento: *“parece que diz, olá, olá é do Selma, vamo lá”*.

A percepção de viver intramuros, com cerceamento de liberdade e autonomia adquire sentidos outros com a presença do Policiamento Comunitário.

No desenvolvimento da pesquisa nos perguntamos sobre os significados que o Policiamento Comunitário trouxe para a vivência dos jovens moradores.

Com a análise de nossos dados, podemos dizer que a instalação da base do Policiamento Comunitário tem trazido importantes modificações para a vida dos moradores do Selma Bandeira, ao mesmo tempo em que começa a redesenhar o papel do braço opressivo do Estado. Os jovens do Selma Bandeira começam a pensar que é possível uma relação com a Polícia através do diálogo, a presença da palavra ao invés da força abusiva.

No entanto, isto não tem sido suficiente, pelo menos não ainda, para que os jovens alterem suas trajetórias para além do espaço onde moram. Podemos pensar alguns pontos sobre isso:

Primeiro: a palavra também tem força suficiente para impor limites às práticas dos jovens, e o Policiamento Comunitário tem sido percebido por eles como aquele que remodelou o espaço do Conjunto e desestruturou antigas áreas de lazer.

Segundo: a atuação do Policiamento Comunitário cobre um raio de 2 km, equivalente ao espaço do Conjunto. Para além do espaço do Selma Bandeira, o território é comandado pela polícia, representada por eles como a polícia “de fora”. Podemos pensar, a partir disto, que a palavra que passou a mediar as interações dos jovens com a polícia, resiste apenas ao raio de 2 km. Após estes limites, a outra Polícia assume; ou, dito de outro modo, a palavra se retira e o uso abusivo da força assume o comando das interações.

Uma outra forma de pensar a relação entre Policiamento Comunitário e a precária trajetória dos jovens pode ser explicada levando em consideração os demais projetos e ações presentes no Selma Bandeira. Os projetos e ações não têm continuidade. São presenças instáveis e momentâneas, já que não dão continuidade aos trabalhos que iniciam. Os jovens refletem sobre os programas instalados no Selma Bandeira como objetos não confiáveis.

É curioso que, convivendo com a permanência quase inalterada de suas trajetórias, os jovens mantêm a percepção de instabilidade das ações do Estado. Retomemos as considerações sobre o Policiamento Comunitário.

Os jovens, embora reconheçam modificações importantes trazidas pela presença do Policiamento Comunitário, principalmente em relação à vivência muito próxima com a morte, por exemplo a redução de homicídios nas ruas do Conjunto, continuam a perceber suas vidas como algo frágil e vulnerável, onde a perspectiva de futuro surge como algo demasiado incerto.

Quando perguntamos aos jovens que interagimos, como eles pensavam suas vidas em um futuro próximo, os jovens silenciaram e nada responderam.

Entendemos que a presença do silêncio pode suscitar várias interpretações; mas, se somarmos a ela as variadas falas que ouvimos sobre a possibilidade de morte de um deles em pouco tempo, presente na fala “*tira a foto, tira e depois vem contá quem tá vivo*”, somos inclinadas a pensar que a combinação perversa entre precárias condições de existência, situações de discriminação e pouca mobilidade espacial e social, presente em um espaço onde eles sofreram diretamente com as mortes de colegas, familiares e conhecidos pode, eventualmente, fazer silenciar algumas perspectivas de futuro.

Evidente que ao dizermos isto não estamos deixando de considerar os jovens como agentes sociais capazes de elaborar estratégias e respostas para os problemas e dificuldades no campo social.

A perspectiva de considerá-los enquanto pensadores ativos, como sujeitos reflexivos, construtores de representações sociais, não nos permite jamais representá-los como meros suportes da estrutura.

Refletimos, porém, e isso é importantíssimo, à maneira de Mannheim (1982) quando este diz que:

Qualquer situação dada, então, exclui um grande número de modos possíveis de pensamento, experiência, sentimento e ação, e restringe o campo de auto-expressão aberto ao indivíduo a certas possibilidades circunscritas. Essa delimitação negativa, todavia, não esgota a questão. Em um sentido positivo, existe uma tendência inerente a toda situação que aponta em direção a certos modos definidos de comportamento, sentimento e pensamento (Mannheim, 1982;72).

A restrição ao campo de expressão e a tendência inerente de toda situação que aponta modos definidos de comportamento, sentimento e pensamento, como define Mannheim, nos faz recordar as considerações que Souza (2003) faz sobre as possibilidades de reação a processos econômicos, políticos e sociais excludentes: “[as reações] *têm limites variáveis, de*

acordo com as circunstâncias históricas, com as conjunturas e com a história da vítima”
(Souza, 2003; 14).

Durante nossa pesquisa pudemos fazer um esboço de algumas coordenadas de moradores antigos do Selma Bandeira: são famílias que, há anos, foram transferidas de seus locais de moradia para o recém-criado Conjunto Habitacional. Se acompanharmos a trajetória deles, pela cidade de Maceió, veremos linhas que partiram da Lagoa Mundaú, das Cidades de Lona, encostas e grotas, e convergiram para o bairro Benedito Bentes, para habitarem o Selma Bandeira. Uma migração compulsória, realizada pelo poder público municipal.

Os moradores mais antigos do Conjunto, os familiares mais velhos dos jovens, são gerações que durante anos têm sido privadas de condições materiais, políticas e sociais de existências. Por mais que se esforcem, seus comportamentos são considerados insuficientes para garantir suas saídas das posições de pobreza que ocupam.

Pudemos demonstrar as condições de precariedade que os jovens ouvidos em nossa pesquisa experimentam: vivem com mães “beneficiárias” do Programa Bolsa Família, não trabalham, têm baixa escolaridade associada à evasão escolar, não participam de coletivos de juventude.

O que queremos dizer é que estes jovens estão desenhando suas presenças no campo social, utilizando-se das mesmas linhas e trajetórias que durante anos vêm sendo utilizadas por pessoas que não conseguem sair do lugar residual que ocupam na estrutura social. Segmentos sociais, signatários de um processo de exclusão histórico que Jessé Souza denomina *ralé estrutural*.

O que vemos no Selma Bandeira é a reprodução de uma *ralé estrutural*, onde os jovens moradores continuam trilhando os mesmos caminhos de desigualdade realizados por suas famílias: a baixa escolaridade, a pouca participação na ordem da produção, na vida do trabalho, a pouca mobilidade social e as precárias trajetórias no espaço da cidade.

Entendemos que Escolaridade e Trabalho não são apenas um “campo de tarefas” designado aos sujeitos durante suas vidas, mas sim, ações importantes no campo social. Por serem vinculadas ao êxito, em uma sociedade competitiva, demandam respostas e comportamentos adequados ao campo social (Katzman,2007).

Assim, não ter seus comportamentos modelados pela escolaridade e pelas relações de trabalho faz destes jovens, personagens de uma reprodução continuada de assimetria e desigualdades no espaço social.

Essa reprodução de relações assimétricas toma uma outra proporção se pensarmos no reconhecimento a partir do consumo. A não possibilidade de melhoria em suas condições de vida é intensificada com a impossibilidade desses jovens de burilarem a si mesmos como uma mercadoria vendável: duas condições indispensáveis para ser reconhecido e digno de respeito social no espaço social.

A inclusão pelo desejo, e a exclusão pela não possibilidade de satisfazê-lo, é o movimento incessante para a produção de sujeitos considerados supérfluos no tecido social, os sujeitos que ocupam a posição de consumidores falhos, como aponta Bauman (2008).

Fala-se muito atualmente na inclusão pelo consumo, como salientamos anteriormente. Apontamos que, pela perspectiva que abordamos aqui, isso não garante aos jovens o devido reconhecimento e respeito social. A “negação da distância social” trabalhada pela idéia de que todos podem consumir, faz com que as desigualdades de posição social sejam ainda mais reforçadas, dando visibilidade ao enorme abismo que separa a vida daqueles que podem consumir e aqueles que não podem.

Sugerimos que a “negação da distância social” pretende se efetivar a partir da tentativa de homogeneização dos comportamentos no espaço social, uma tentativa de criação de um *habitus consumista*.

Porém, à medida que sabemos que uma sociedade que se orienta para o consumo, ancora-se na produção de vidas desperdiçadas, e pessoas consideradas refugos humanos, a criação de um *habitus consumista* por esta sociedade, só pode se efetivar, pela criação de comportamentos precários que não atendem à demanda criada por ela.

Afirmamos que os jovens moradores do Selma Bandeira têm suas vidas desperdiçadas, em uma concepção que vai além da evidente, e trágica, relação com as mortes de inúmeros jovens que ocorrem no bairro.

Quando dizemos que os jovens são vidas desperdiçadas, e que a sociedade ancora-se na produção dessas vidas, na verdade, estamos sublinhando que a sociedade que se orienta e define suas práticas através do consumo, faz funcionar modos de vida que, desperdiçados, não servem para alcançar respeito ou dignidade no campo social. No entanto, se estes modos de vida não asseguram aos sujeitos um lugar menos desigual no espaço social, por outro lado, auxiliam na reprodução e funcionamento desta sociedade.

Um jovem que trabalhe e se organize de maneira a seguir a orientação dada pelo consumo – ou simplesmente queira alguns “signos da modernidade”, como vimos nos jovens do Selma Bandeira –, por mais que pareça seguir os comportamentos esperados para o reconhecimento social, não consegue atingi-los. A inclusão inscrita no campo do desejo é rapidamente transformada em exclusão, pela impossibilidade de viabilizar o consumo na prática.

Esta perversa relação com o desejo e a pouca mobilidade social e espacial são, para Bauman (2008), duas das maiores características dos sujeitos que ocupam a posição de consumidores falhos. Aos que falham no consumo cabe-lhes um lugar de permanência, social e espacial, diz o autor.

Isso nos faz inquirir se poderíamos considerar o confinamento espacial dos jovens como um gueto. Podemos pensar os espaços do Selma Bandeira, a partir desta definição?

Demonstramos que os jovens do Selma Bandeira autorepresentam-se como moradores de uma prisão. “*Tamo tudo preso*”, ouvimos. À representação de prisão foram somadas à de “*fim de mundo*” e um “*lugar horrível de se viver*”.

Embora alguns elementos possam aproximar o Conjunto Selma Bandeira da noção amplamente trabalhada de gueto, eles também produzem distanciamentos.

Podemos dizer que, à semelhança do gueto, o Selma Bandeira pode ser pensado enquanto “*um instrumento institucional (...) que emprega o espaço para garantir exploração econômica e ostracismo social*”. O Selma Bandeira é uma área construída socialmente, não é, pois, uma área natural (Wacquant, 2008;12).

Dos elementos salientados por Wacquant (2008) como imprescindíveis para o devido uso do gueto como conceito analítico viável – estigma, restrição, confinamento espacial e enclausuramento organizacional –, salientamos, porém, que falta ao Selma Bandeira, pelo menos ainda, o “*enclausuramento organizacional*”. O elemento fundamental para a elaboração de estratégias e respostas, que retira do confinamento espacial a possibilidade de construção de uma “*cultura unificada*” (Wacquant, 2008; 12).

Consideramos, por fim, que a constante exposição a situações de humilhação, discriminação e falso reconhecimento, associadas a uma histórica reprodução de condições econômicas, sociais e políticas, precárias, e um confinamento espacial, podem diminuir a possibilidade de construção e elaboração de estratégias verdadeiramente capazes de influenciar as disputas no campo social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. “Zoar” e “ficar”: novos termos da sociabilidade jovem. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia. Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- ARENDT, Hanna. Da violência. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória de um bairro. Rev. Análise Social, UFC-Ceará, vol.XLII, p.163-180, 2007.
- BAIROS DE MACEIÓ: banco de dados preparado por Fábio Assumpção in Mapas de Maceió. Disponível em: [HTTP://www.bairrosdemaceio.net](http://www.bairrosdemaceio.net). Acesso em 3 dez.2007.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- _____. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- _____. Vida Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- _____. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- _____. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- _____. Capitalismo Parasitário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.
- _____. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- _____. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- _____. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora, 2010.
- _____. Coisas Ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- _____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus Editora, 1997.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello. Espaços urbanos: a geografia das grandes aglomerações no Brasil. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. As metrópoles e a questão social urbana. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. As cidades da cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

- BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal, 2005.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardim. Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.
- CERTEAU, Michel & GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano. São Paulo: Editora Vozes, 1988.
- COELHO, Maria Cláudia. Juventude e sentimento de vazio: idolatria e relações amorosas. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- CÔRTEZ, Mariana. Modernidade, assimilação e ambivalência no Brasil: a construção social da ambivalência na sociedade brasileira contemporânea. Anais IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), Tulane University, 2008.
- COULON, Alain. Etnometodologia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.
- COUTINHO, Fernanda Ribeiro & PORTINARI, Denise. A roupa faz o homem: a moda como questão. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (Orgs). Culturas jovens – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEÁK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. A humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia. Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- DE SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. . In: SPINK, Mary Jane. O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: Edufal, 1980.
- DORNELLES, João Ricardo W. O desafio da violência, a questão democrática e os direitos humanos no Brasil. Rev. Direito Estado e Sociedade, vol.09, nº09, p.203-221, julho/dezembro 2006.
- DUARTE, Luiz Adriano. Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. São Paulo, 2002, 277p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

- DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). Textos em representações sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- ELIAS, Nobert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FILHO, Edson Alves de Souza. Análise das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane. O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREITAS, Lorena & LUNA, Lara. A família dessorganizada e a reprodução da “ralé estrutural” no Brasil. . In: SOUZA, Jessé (Org). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FRIDMAN, Luiz Carlos. Globalização e Refugio Humano. Rev. Lua Nova, São Paulo, n° 46, p. 46-49, 1999.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Cordeiro Renato. Babel do século XXI: dos mitos às mídias. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.11, n.1, jan./abr. 2008.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Rev. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, vol.12, n° 24, 2002.
- GROPPO, Luis Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- HAROCHE, Claudine. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior no individualismo contemporâneo. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (Orgs.). Sobre a humilhação – sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia. Edufu, 2005.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: MATTOS, Patrícia & SOUZA, Jessé (Org). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007.
- IVO, Anete Brito Leal. A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. In: IVO, Anete Brito Leal. Dossiê: a periferia em debate. Salvador: UFBA, 2010.

IVO, Anete Brito Leal. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. In: IVO, Anete Brito Leal. Dossiê: a periferia em debate. Salvador: UFBA, 2010.

KAZTMAN, Ruben. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

LEÃO BARROS, Sandra A. Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucus e Poço da Panela no Recife. Revista de Urbanismo Nº 9. Março-2004.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. O impacto da teoria das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane. O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LINS, Regina Dulce Barbosa. A regularização fundiária como reconhecimento de direitos: os empreendimentos residenciais Vila Emater II e Vista Atlântica. In: VALENÇA, Márcio Moraes. Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008).

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O respeito de si mesmo: humilhação e insubmissão. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia. Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. O *habitus* precário e as danças da subcidadania. In: SOUZA, Jessé (Org). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MANNHEIM, Karl. O problemas sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M (Org). Mannheim. São Paulo: Ática Editora, 1982.

MARICATO, Ermínia & SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 2003.

MATTOS, Patrícia. O Reconhecimento Social e sua refundação filosófica em Charles Taylor. In: MATTOS, Patrícia & SOUZA, Jessé (Org). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007.

MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

METRÓPOLIS. Direção: Fritz Lang. Produção: Alemão. Roteiro: Thea Von Harbou. 1927. 1 filme:124 min.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). Textos em representações sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org). Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora Ática, 1983.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

PAULA, João Antônio de. As cidades. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PEDROZA, Rejane Guedes. Vida para consumo – A transformação das pessoas em mercadoria. Cronos, Natal-RN, vol. 9, n. 2, p. 485-491, jul./dez. 2008.

PEREIRA, Cláudia & PEREIRA, Miguel & ROCHA, Everardo. Tempos de juventude: ontem e hoje, as representações do jovem na publicidade e no cinema. Rev. ALCEU, PUC-Rio de Janeiro, vol. 10, nº19, p.5-15, jul/dez 2009.

PEREIRA, P. J. Urbano, Demasiado Humano: uma reflexão político-afetiva da remoção de moradores da comunidade de Jaraguá. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

PORTO, Maria Stela Grossi. Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbaná Editora, 2010.

RESSEL, Beatriz Lúcia. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 779-86.

RICCEUR, Paul. (2000). Etapa atual do pensamento sobre a Intolerância. In: A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de Março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 20-23.

RIBEIRO, Renato Janine. O passarinho de Godard. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & TRACY, Kátia Maria de Almeida. Notes Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Conceito e definição de cidades. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. As metrópoles e a questão social urbana. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Cultura, Consumo e Cidadania. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Dossiê: Metrópole. Salvador: UFBA, 2010.

SAAVEDRA, Giovani Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: MATTOS, Patrícia & SOUZA, Jessé (Org). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço habitado: técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1976.

SOARES, Luiz Eduardo. O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. . In: SOUZA, Jessé (Org). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Annablume, 1997.

SPINK, Mary Jane Paris. O estudo empírico das Representações Sociais. In: O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPINK, Peter. A desigualdade cotidiana – a naturalização das materialidades territoriais. In: SPINK, Mary Jane & SPINK, Peter (Orgs). Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade – uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

TAKEUTI, Norma Missae. No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Debates: a cidade como questão. In: CABANES, Robert &

TELLES, Vera da Silva (Org). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TRINCA, Pacanaro Tatiane. O corpo-imagem na cultura do consumo: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. São Paulo, 2008, 163 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELOS, Ruth. O poder e a cultura de violência em Alagoas. Maceió: Edufal, 2005.

VELHO, Gilberto. Epílogo – juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Org). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

WACQUANT, Loïc. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). Textos em representações sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1976.

WELLER, Wivian. Grupo de discussão na pesquisa de adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. Rev. Educação e pesquisa, São Paulo, vol. 32, nº 002, p. 241-260, maio-agosto 2006.